



# Entre vistas

cidades que  
vivem nas  
memórias

Janeiro/2022

# Índice

Memórias e histórias de Jundiaí.....	03
Entre vistas: cidades que vivem nas memórias.....	04
Capítulo 1 .....	17
Cronologia da história de Jundiaí	
Capítulo 2 .....	25
Histórico do Núcleo Urbano inicial de Jundiaí	
Capítulo 3 .....	58
Evolução urbana de Jundiaí entre o final do século 19 e meados do século 20	
Capítulo 4 .....	78
“Porto Seco”: a villa ferrosa de N. S. do Desterrado Mato Grosso de Jundiahay	
Capítulo 5 .....	94
A cidade e suas águas	
Capítulo 6 .....	141
O início da industrialização em Jundiaí (1870 - 1950)	
Capítulo 7 .....	196
Registros e ausências nas projeções da modernidade capitalista em Jundiaí	
Capítulo 8 .....	231
Passados indígenas e afrodescendentes na “terra querida”	
Referências Bibliográficas .....	273

# Memórias e histórias de Jundiaí

**“O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”**

*Jacques Le Goff*

O Sesc Jundiaí tem a honra de apresentar nessa publicação, '*Entre Vistas: cidades que vivem nas memórias*', resultado do delicado trabalho de pesquisa do historiador Alexandre Oliveira. Um bordado de fios de memórias, advindas do depoimento de idosas e idosos participantes do TSI (trabalho Social com Idosos) e convidados moradores da cidade. Entre memórias e o estudo histórico de imagens de época, foram entrelaçados afetos, fatos, sentidos e interpretações que oferecem uma outra narrativa para a história da cidade cuja efeméride de sua fundação é o dia 14 de dezembro.

Nesse trabalho, que complementa o documentário de mesmo nome dirigido e produzido por Z&S filmes, presentearmos a cidade com uma outra narrativa da história, que busca nas memórias das pessoas idosas, leituras de uma outra Jundiaí, do tempo das fábricas, das linhas férreas que aqui se cruzavam e transportavam produtos, pessoas e histórias que até agora estavam silenciadas.

Nosso agradecimento aos idosos e idosas, por suas valorosas contribuições. Nossos agradecimentos aos profissionais, que com carinho dedicaram-se para que esse trabalho viesse a público.

À cidade de Jundiaí, dedicamos esse trabalho com o desejo que dia a dia se torne mais inclusiva e acolhedora às diversidades que habitam suas terras.

*Sesc Jundiaí*



FOTOS 01 a 04 - Registros dos encontros realizados ao longo do processo de desenvolvimento do projeto *Entre vistas: cidades que vivem nas memórias*

# Entre vistas: cidades que vivem nas memórias

O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar.

*José Saramago. O caderno*

**Entre vistas: cidades que vivem nas memórias** é um projeto constituído por duas partes que se entrelaçam e buscam instigar o diálogo entre a memória coletiva e a história de Jundiaí. A memória e a história são muito importantes para compreendermos o mundo e a nós mesmos. Na série e na publicação, estas duas dimensões se entrelaçam e promovem compreensão mútua.

A primeira parte do trabalho é uma série com cinco capítulos que buscou valorizar a multiplicidade de experiências e narrativas, a partir das memórias de vivências na cidade de idosas e idosos, participantes do Programa Trabalho Social com Idosos (TSI) do Sesc Jundiaí, bem como de convidados. A segunda parte é uma publicação virtual sobre a história do espaço urbano de Jundiaí - SP, numa perspectiva imagética.

Ao fazermos este trabalho, buscamos dar visibilidade ao que não está mais presente no cotidiano da maioria dos moradores de Jundiaí. Muitas coisas da cidade podem não ter mais uma existência material, entretanto, existem nas cidades de Jundiaí que vivem nas memórias dos seus moradores e moradoras.

Dentre os vários impactos da pandemia do coronavírus, podemos destacar as alterações nos ritmos da cidade, afetando diretamente a nossa sociabilidade nesse espaço de vivências individuais e coletivas. No momento, ainda temos que manter o distanciamento social e protocolos de segurança em um espaço cuja natureza é a da convivência coletiva, do encontro.

O projeto ***Entre vistas: cidades que vivem nas memórias*** busca cultivar nossa relação com a cidade, pois a série e a publicação, ao trabalharem com as camadas de histórias que existem na cidade, convidam-nos a pensar sobre a importância de se aproximar das memórias e da história como elementos de compreensão do presente e de elaboração do futuro da cidade. O trabalho teve como horizonte e inspiração o debate contemporâneo na área de Humanidades, conforme delineado por Ecléa Bosi: “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu”. Assim, este trabalho, cuja matéria-prima são as memórias individualizadas na sua relação com a coletividade, tem uma importância social e política na atualidade, pois não ter o sentimento de pertencimento para com uma cidade faz com que não nos importemos com ela.

O título proposto - ***Entre vistas*** - metaforicamente remete ao hiato das vivências e miradas de quem palmilhou o espaço urbano, na época do registro da maioria das fotografias da cidade de Jundiaí usadas neste trabalho, e a nossa apreensão hoje. Nos depoimentos e nas fotografias há uma infinidade de vivências que podem ser enunciadas pela evocação das memórias dos participantes.

Pensar a multiplicidade de sujeitos históricos e narrativas pode ser decisivo para a construção de uma sociedade mais plural. Atualmente, Jundiaí é um importante polo econômico no contexto nacional. A partir do século 17, no início da colonização portuguesa, a região foi uma das portas da ocupação do interior brasileiro e, no século 18, serviu de importante caminho de abastecimento de gêneros alimentícios e de muares, vindos do Sul, para as regiões mineradoras de Minas, Goiás e Mato Grosso.

Já no século 19, Jundiaí teve participação destacada no processo da inserção do Brasil no capitalismo mundial, por meio da produção de café e da implantação das ferrovias. Dessa forma, grupos indígenas, africanos escravizados, imigrantes europeus e, nas últimas décadas, populações de outras regiões do país construíram e constroem, cotidianamente, a história da cidade.

**Entre vistas: cidades que vivem nas memórias** buscou numa linguagem e suportes midiáticos da contemporaneidade uma aproximação com essas memórias e, dessa forma, contribuir para a apropriação da cidade e de suas histórias pelos que aqui nasceram e residem, assim como aqueles que escolheram essa cidade para viver. A história e as memórias de Jundiaí são plurais, assim como a cidade deve ser.

As principais fontes visuais utilizadas para a elaboração da publicação são as fotografias do acervo do Centro de Memória de Jundiaí, atualmente denominado Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí (AHMJ), equipamento cultural público vinculado à Unidade de Gestão de Cultura da Prefeitura Municipal. Dentro desse conjunto, as principais fotografias têm a autoria da família Janczur, pai e filho que realizaram, ao longo de décadas, centenas de fotografias do espaço urbano e da vida social de Jundiaí.

O alemão Alexandre Janczur chegou ao Brasil em 1900 e, na adolescência, começou a trabalhar na *Photographia Alemã*, localizada na Rua do Rosário em Jundiaí, como assistente do fotógrafo Bernardo Piepper. Na década de 1920, arrendou a loja na qual era funcionário e, alguns anos depois, já como proprietário, mudou o nome comercial para *Photographia Ideal*.

O filho de Alexandre, João José Janczur (\*20/02/1915 +22/11/2000), foi fotógrafo e cinegrafista. Seguiu os passos do pai, que zeloso com o futuro profissional do filho, intermediou um estágio no estúdio de Max Rosenfeld, um dos principais fotógrafos da cidade de São Paulo, naquela época.

A família Janczur seguramente é responsável pelos registros mais significativos da cidade de Jundiaí, na primeira metade do século 20. O cuidado na composição das imagens é visível ao se estudar esse conjunto documental. Possivelmente, poucas cidades no Brasil tiveram a sorte de contar com imagens fotográficas tão elaboradas produzidas em um espaço temporal tão longo, pois são décadas de trabalho dos fotógrafos Alexandre e João Janczur.



FOTO 05

Fotografia do ateliê fotográfico 'Photographia Ideal', na Rua do Rosário, em Jundiaí. Em frente ao estabelecimento, o fotógrafo Alexandre Janczur e o filho Walter Janczur, no ano de 1929. Acervo AHMJ.



FOTO 06

Fotografias do ateliê fotográfico 'Photographia Ideal' de João José Janczur, na Rua do Rosário em frente ao Largo da Matriz (atualmente Praça Governador Pedro de Toledo). Década de 1940. Acervo AHMJ.

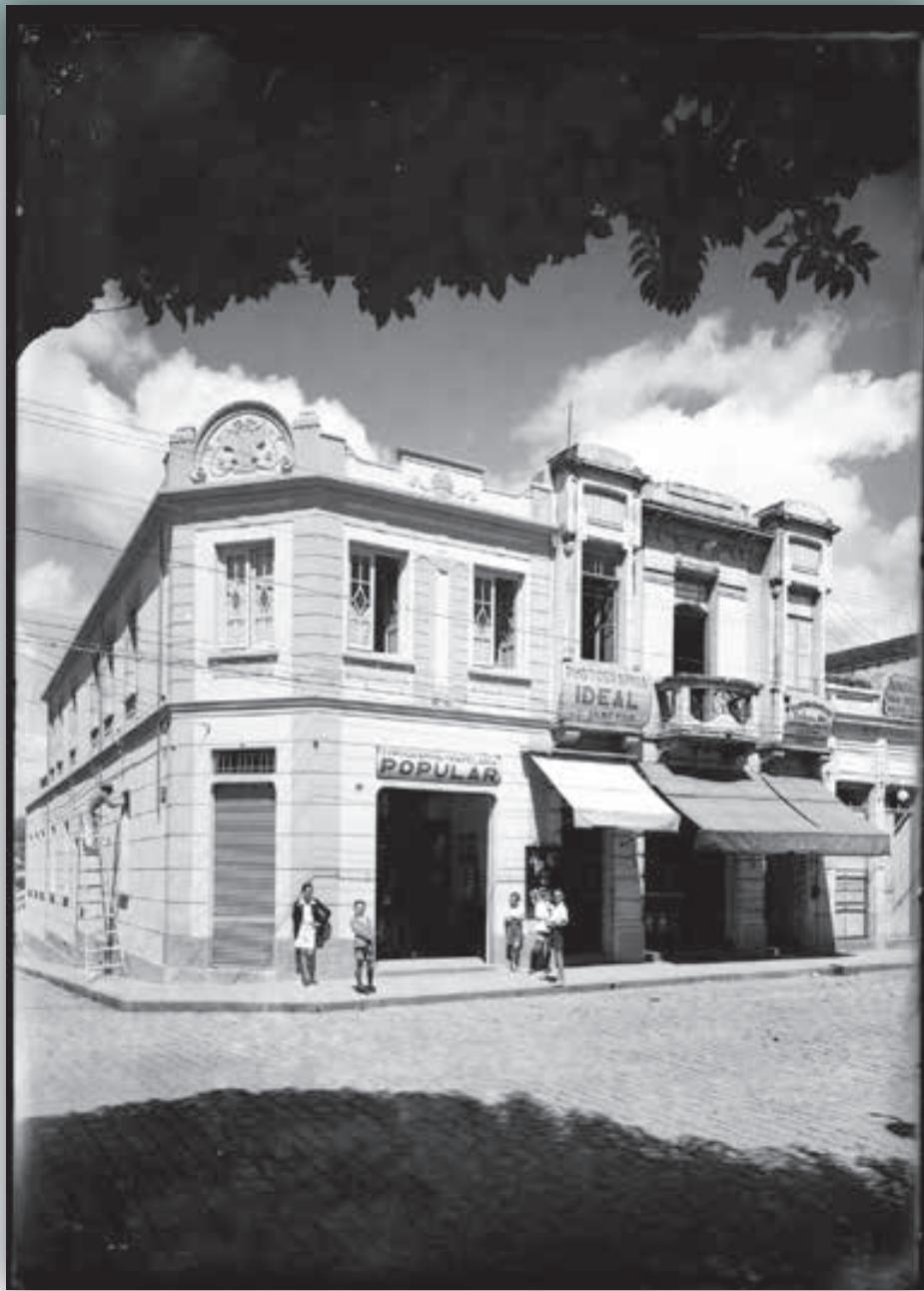


FOTO 07

Fotografias do ateliê fotográfico 'Photographia Ideal' de João José Janczur, na Rua do Rosário em frente ao Largo da Matriz (atualmente Praça Governador Pedro de Toledo). Década de 1940. Acervo AHMJ.

Na década de 2000, após a morte de João Janczur, parte da sua vasta produção foi adquirida junto à sua família pela então Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, e doada para o Museu Histórico e Cultural de Jundiaí - "Solar do Barão". Atualmente, essas fotografias têm o seu local de salvaguarda no Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí (AHMJ), que mantém em seu acervo cerca de 140 imagens produzidas pelos Janczur, em cópias positivas, negativos flexíveis de vários formatos e chapas de vidro também em vários formatos.

Esse trabalho buscou valorizar um importante acervo público, o do Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí (AHMJ). Uma forma de valorização, além da sua divulgação, é informar a procedência das fotografias e, sempre que possível, sua autoria. O que não quer dizer que está isento de erros devido à dificuldade em referenciar as fotografias usadas na publicação. Os leitores e leitoras poderão indicar eventuais erros e, assim, contribuir para o reconhecimento de um acervo tão importante para compor a história visual da cidade de Jundiaí.

Neste momento, cabe um agradecimento por eu ter tido a oportunidade de compor a equipe técnica do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí, no período de 2013 a 2016. Foram anos de intenso aprendizado com todos os funcionários e funcionárias do Museu, mas, em especial, com o fotógrafo e pesquisador Marco Antônio de Almeida Cunha, responsável pelo acervo fotográfico do então Centro de Memória de Jundiaí (atualmente Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí - AHMJ), desde o momento de sua criação, em dezembro de 2012, até 2019, quando se aposentou do serviço público. Esta publicação só foi possível porque ele compartilhou generosamente o seu conhecimento sobre o acervo e a admiração que tinha pela família Janczur, no período no qual trabalhamos juntos.

Atualmente, as imagens estão presentes em diferentes dimensões da vida social. Vivemos em meio às imagens e as fotografias têm um lugar de destaque nas mídias sociais. Entretanto, possivelmente, a maioria das pessoas não busca fazer uma leitura mais aprofundada do universo visual no qual estamos inseridos.

No caso da fotografia, ela ainda tem no senso comum o “estatuto de verdade,” por conta do seu caráter analógico. Mas a fotografia não é a realidade em si, ela é uma construção cultural na qual a visão do fotógrafo está presente nas escolhas da composição das imagens e condicionada pelas possibilidades técnicas disponíveis no momento do registro. Por isso a importância de descontruirmos as ‘realidades’ presentes na imagem fotográfica, ou seja, o trabalho do fotógrafo, os meios de veiculação da imagem e seus usos, bem como o contexto no qual a fotografia é visualizada.

Nas redes sociais, há uma tendência de uso de fotografias antigas do espaço urbano se limitado a um olhar contemplativo. O projeto ***Entre vistas*** intenciona projetar um olhar relacional e indagador aos seus espectadores acerca da cidade e suas múltiplas memórias. Neste trabalho, buscou-se estabelecer uma metodologia de uso das fotografias como fontes documentais a partir do estabelecimento de séries, pois a imagem contextualizada em conjuntos intencionalmente estabelecidos ganha maior potencialidade informativa e de problematização.

Propositalmente, há fotografias que se repetem em mais de um capítulo com o objetivo de ampliar as suas leituras. Um exemplo disso, são as fotografias da construção da Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito e a remodelação do Largo Santa Cruz, atual Praça da Bandeira/Terminal Central, na década de 1930. No capítulo 2, essas imagens são usadas como parte de um inventário visual dos lados da cidade. No capítulo 8, as mesmas imagens estão inseridas no contexto da compreensão das lutas da irmandade de N. S. do Rosário, após a demolição da antiga igreja situada na atual Praça Rui Barbosa.

A publicação tem um recorte a partir das fotografias do acervo do Centro de Memória de Jundiaí, atualmente Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí, e por isso destaca uma parte da cidade. Isso foi uma opção para viabilizar a elaboração do projeto, mas é também uma limitação deste trabalho, pois a Jundiaí das periferias e comunidades não está representada. Há um tempo, vi uma fotografia, de um acervo familiar, na qual estavam retratados dois homens em frente a uma parede que estavam construindo. O enquadramento da foto mostrava os dois emoldurados pela janela que estava sendo levantada e, ao fundo, uma perspectiva de Jundiaí. Os homens, que eram parentes, sorriam orgulhosos no momento do registro, pois estavam concretizando um sonho: ter uma casa própria para a família, depois de vir de outra região do Brasil e escolher Jundiaí para viver. Infelizmente, os registros desses sonhos, como o descrito a partir dessa fotografia, não estão nos acervos oficiais. Essa ausência provoca o questionamento: que história está sendo preservada?

Por fim, tão importante quanto estabelecer uma metodologia adequada para a análise das fotografias, é ter consciência das suas limitações. A fotografia é sempre um ato fragmentário, pois não capta inúmeras realidades também presentes no momento em que ela é tirada. A imagem fotográfica rompe com o tempo daquilo que está sendo retratado e instaura outra(s) temporalidade(s), trazendo dentro de si uma infinidade de outras imagens, vivências rememoradas e projetadas a partir da sua visualização. Muitas vezes, inconscientemente, ao observarmos uma fotografia, somos tomados pelo paradoxo, descrito por Chico Buarque, como uma tentativa de “descobrir no último momento um tempo que refaz o que desfez”.

Um exemplo de como uma fotografia comporta inúmeras realidades é a imagem a seguir. No capítulo 5, esta fotografia é usada para documentar a fonte que existia em frente à Igreja de N. S. do Desterro. No entanto, ao enfocarmos o detalhe mostrado no recorte a seguir, é possível vislumbrar a existência de uma fronteira social e econômica entre as crianças retratadas. A fotografia torna imóvel um momento do fluxo da vida, deixando registrada sua existência, como a das crianças próximas à fonte, em frente à igreja. No entanto, indiferente ao olhar do fotógrafo, a fotografia não mostra que a criança negra, possivelmente a babá de uma criança branca, continuou no seu trabalho, tendo o seu direito de ser criança negado, no contexto no qual foi feito o registro fotográfico.



FOTO 08

Perspectiva da atual Praça Governador Pedro, com o calçamento em primeiro plano e posteriormente a fonte e, ao fundo, a Igreja N. S. do Desterro. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 09

Detalhe da Perspectiva da atual Praça Governador Pedro, com o calçamento em primeiro plano e posteriormente a fonte e, ao fundo, a Igreja N. S. do Desterro. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.

Um dos objetivos da publicação é despertar nos leitores e leitoras novos olhares sobre a historicidade do espaço urbano de Jundiaí. Em cada capítulo da publicação, há uma narrativa visual proposta pela sequência de fotografias e seu conteúdo informativo. Se ao longo do percurso da publicação, os leitores e leitoras vislumbrarem outras histórias de Jundiaí e rememorarem suas vivências na/ sobre a cidade, este projeto terá alcançado êxito.

O poema de Leonello Vicente, colaborador do projeto ***Entre vistas***, pode, no percurso da leitura da publicação, inspirar que nos aproximemos das muitas cidades de Jundiaí que vivem nas memórias de seus moradores e moradoras.



## **Lembranças da rua em que eu nasci**

*Leonello (Nelo) Vicente*

*O ano de trinta e dois, ano de Revolução  
foi o ano em que nasci bem ali, na Rua São João  
Hoje com quase noventa vou avivar minha memória  
e da velha Rua São João vou contar um pouco da história*

*Vou começar lá de cima, falando da Capelinha:  
era onde a gente rezava os terços e a ladainha  
Mais abaixo tinha o Diego (o espanhol batateiro)  
e do outro lado da rua, Seo Rafael quitandeiro*

*Tinha a venda lá na esquina do Seo Bruno Zomignani  
Tinha ali também o barbeiro, Seo Virgílio Cavazzani  
Tinha ali o Roque de Barros, nosso poeta caipira  
que contava pescaria sem dizer uma mentira*

*Naquele tempo minha rua era todinha de terra.  
Fizeram até um bang-bang: "Os Cavaleiros da Serra"  
As brigas começaram lá no morro, 'nos capim'  
e quase sempre acabavam lá no bar do Alexandrino*

*Tinha ali os Roncoletas que vendiam turbaína  
tinha loja de armários que era da Dona Rozina  
Tinha ali o Seo Gerez que era o espanhol saqueiro  
bem vizinho do Prudente que era o nosso sapateiro*

*O seu Ângelo Mietto tinha ali uma ferraria  
e o seu Meme Debroi tinha uma alfaiataria  
Tinha o Américo da loja, Seo Luiz alfaiate,  
o Pradella carroceiro e o Seo Maurício mascate*

*Quase estava me esquecendo mas justiça ainda faço:  
lembrei-me agora do açougue do Seo Luiz Fontebasso  
Também havia me esquecido (e isso seria uma pena)  
do sapateiro Esplendore e sua esposa Filomena*

*Dona Maria e seu Nico tinham ali uma padaria  
vizinho do Ninim Pradella que tinha marcenaria  
Ali na curva da rua tinha a venda do Carbol  
também tinha o Arturzinho que era craque em futebol*

*Tinha o escritório do Zandona, o Rosário carroceiro  
tinha o João Teco do açougue e o Seo Saquito saqueiro  
Tinha ali um relojoeiro: o Seo Antônio Tromboni  
e na esquina tinha a venda do Seo João Castiglioni*

*Tinha ali um eletricista: Seo José Lorenzetti,  
tinha o Seo Jacó barbeiro e a venda do Ferreti.  
Possani tinha fábrica de macarrão  
Seo Thomaz e dona Servilha, a Padaria Conceição*

*O Seo João Cunha da farmácia, o Pedro Piccolo sapateiro  
o Pedrinho da vendinha e o Seo Chico tintureiro  
Na cabeça das crianças, sempre um galo muito feio:  
resultado das cabeçadas lá na caixa do correio*

*Todas as tardes na rua era uma alegria sem fim  
das brincadeiras na quitanda do Oswaldo Pinhatin  
A quitanda foi crescendo e quando foi um belo dia  
o que era uma quitanda transformou-se em padaria*

*Sobre o Rio Jundiaí havia uma ponte de madeira  
ao lado tinha um lago onde se fazia a feira  
Bem ali no fim da rua parece que ouço o apito  
da fábrica de tonéis do Seo Alfredo de Vito*

*A todos da minha rua: desculpem a brincadeira.  
Terminou a Rua São João, pois já cheguei na porteira  
Hoje está tudo mudado, tudo muda nessa vida:  
a São João que era uma rua hoje virou avenida.*

*São as coisas do progresso e o progresso eu não discuto,  
pois onde havia uma porteira hoje existe um viaduto*

# Capítulo I

## Cronologia da história de Jundiaí

A seguir, a cronologia da História de Jundiaí objetiva delinear um panorama articulando a história local a contextos históricos mais amplos.

Propositalmente, o início da cronologia não tem como referência a colonização portuguesa na região. Ter isso como parâmetro é uma visão histórica eurocêntrica, pois desconsidera que a presença humana, na região da Serra do Japi, é da ordem de 6000 a 8000 anos atrás, segundo atestam registros arqueológicos que compõem o acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Assim, se tomarmos como referência a constituição da vila de Jundiaí, temos uma escala secular (cerca de 400 anos). Mas, se usarmos como baliza os registros humanos mais antigos na região, teremos uma escala de milhares de anos.

Associar os “primórdios” da história de Jundiaí a uma origem do bandeirantismo é semelhante à ideia de um “mito de origem”, uma visão de história factualista e elitista que predominou no círculo letrado do Estado de São Paulo, na primeira metade do século 20, reflexo de um contexto intelectual da historiografia brasileira daquela época. Não obstante, essa perspectiva, ainda faz parte dos horizontes dos debates sobre a história de Jundiaí, com destaque.

Em relação às visões da história de Jundiaí, que estão presentes em boa parte dos trabalhos existentes e que delinearam o imaginário coletivo sobre o tema, temos, após a ‘origem bandeirante’, um salto para a imigração. É inquestionável a importância da imigração, no caso de Jundiaí, com destaque para a imigração italiana a partir da criação do Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, importante iniciativa do governo da então Província de São Paulo, no fim do período imperial, na década de 1880.

No entanto, acredito ser inegável a supressão da historicidade indígena e africana na história local. Comumente, desconsidera-se a presença marcante da matriz indígena, que já vivia na região antes do período da interiorização da colonização, época em que o “Mato Grosso de Jundiahy” era considerado um “porto seco” de uma imensa área da América portuguesa.

Também se desconsidera o fato de que Jundiaí chegou a ter mais de um terço da população composta pela matriz africana, no contexto da expansão da lavoura de cana-de-açúcar e depois do café, a partir do final do século 18 e meados do século 19. A existência da Igreja de N. S. do Rosário, demolida em 1922, e a fundação de um dos clubes sociais negros mais antigos do Brasil, em 1895, o Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiaiense 28 de Setembro atestam a importância da matriz africana na cidade.

A visão parcial e elitista também está presente em relação à própria imigração, desconsiderando por exemplo, o fato de Jundiaí ter sido, no começo do século 20, um importante centro de irradiação das ideias anarquistas, presentes no início da organização das lutas dos trabalhadores no Brasil.

O estudo da história de Jundiaí evidencia dimensões da história do Brasil presentes em matizes bem fortes, com todas as suas contradições e embates.

## Cronologia da história de Jundiaí

### Entre 8000 e 6000 anos atrás

"Essa ocupação está relacionada a grupos nômades, com economia voltada para a caça e coleta, de baixa densidade demográfica e grande mobilidade. O principal vestígio deixado por essas sociedades é uma indústria lítica (de pedra lascada)" (MORALES, 2000. p. 10). Alguns objetos relacionados a esse período foram encontrados em bairros como Corrupira e Engordadouro, como: pontas de projétil, mão-de-pilão, lâmina de machado, machado semilunar.

### Por volta de 2000 anos antes do presente

"Em épocas bem mais recentes tem início a sedentarização e a domesticação das plantas por alguns desses grupos caçadores-coletores que entre 2000 e 500 anos antes do presente transformariam a agricultura em sua maior fonte de alimentos. Estes grupos horticultores viviam em aldeias, conheciam a manufatura cerâmica e tinham maior densidade demográfica e complexidade social do que aqueles do período Arcaico, e não eram muito diferentes das populações encontradas pelos portugueses que por aqui aportaram em 1500" (MORALES, 2000. p. 11).

Sítios arqueológicos com fragmentos de cerâmica da Tradição Cultural Tupi-Guarani foram encontrados em bairros como Medeiros e Jundiaí-Mirim.

### Final do século 16 e início do século 17

O fato de Jundiaí tornar-se vila em 1656 indica a presença da ocupação portuguesa na região, a partir da Vila de São Vicente e de São Paulo de Piratininga, desde o final do século 16 e início do século 17. O uso do trabalho escravo indígena era comum, como por exemplo no caso de Raphael de Oliveira, nome associado ao início da ocupação do 'Mato Grosso de Jundiahy' e que possuía cerca de 200 indígenas escravizados.

## **Séculos 17 e 18 - Bandeirismo**

Aprisionamento e venda de indígenas que viviam nas tribos ou em aldeamentos jesuítas, localizados principalmente no Sul do Brasil, além de busca de metais preciosos. Se por um lado o movimento bandeirante expandiu as fronteiras do que viria a ser o território brasileiro, a violência foi um aspecto constante, escravizando e dizimando dezenas de milhares de indígenas. Sua marca de violência pode ser exemplificada com Domingos Jorge Velho, dono de terras em Santana de Parnaíba, bandeirante contratado para exterminar o Quilombo de Palmares em Alagoas, na década de 1690.

## **Séculos 18 e 19 - 'Porto Seco', época do Tropeirismo**

Jundiaí foi um ponto importante na logística de ocupação do território brasileiro, sendo local de saída dos caminhos que iam para as províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além do próprio interior de São Paulo. Jundiaí, nesse momento, era um importante centro de produção de cangalhas, selas e ferraduras e de venda de mulas usadas pelos tropeiros, que eram compradas chucras na região de Sorocaba e do Sul do Brasil e depois adestradas.

## **Final do século 18 e início do século 19 - Cana-de-açúcar**

Crescimento do cultivo de cana-de-açúcar na região central do atual Estado de São Paulo, com Jundiaí fazendo parte do "Quadrilátero do Açúcar", juntamente com Sorocaba, Piracicaba e Mogi Guaçu. Uso de mão-de-obra escrava de indígenas e inserção gradativa de africanos e afro-brasileiros escravizados, substituindo os indígenas, à medida que a economia agrícola se capitalizava.

## **Século 19 - Café**

Nas primeiras décadas do século 19, ocorreu a expansão da lavoura cafeeira, com predomínio do trabalho de africanos e afro-brasileiros escravizados em grandes propriedades, como as fazendas Ermida (na encosta da Serra do Japi), Quilombo, Sítio Grande, Monte Serrat (próximas da atual divisa entre Jundiaí e Itupeva), Fazenda N. S. da Conceição (na estrada Jundiaí-Itatiba) entre outras. Nesse período, o transporte do café produzido na região era feito em lombo de burros até o porto de Santos.

## **Década de 1860 - Ferrovia**

Construção da estrada de ferro São Paulo Railway, ligando Santos a Jundiaí e que serviu como escoadouro da produção cafeeira de boa parte da região produtora de café em São Paulo, impulsionando a economia de toda a região. A inauguração da ferrovia foi em 1867.

## **1865 - Cidade de Jundiaí**

Elevação de Jundiaí da condição de vila para cidade, reflexo da nova dinâmica econômica resultante da produção de açúcar, café e da chegada da ferrovia, nesse momento, em fase da construção, constituindo a linha férrea da São Paulo Railway, que ligaria Santos à Jundiaí.

## **Década de 1870 - Início da industrialização**

Constituição de um sítio industrial na Vila Arens, devido à proximidade com a estação ferroviária, no qual se fez presente sobretudo os setores têxtil e de metalurgia. Como exemplo, podemos citar a Arens e Irmãos, metalúrgica que deu nome ao bairro e a inauguração, na década de 1870, da fábrica de tecidos São Bento, que chegou a ser uma das maiores tecelagens do Brasil. Foi precursora do polo têxtil que surgiu na Vila Arens, no final do século 19 e início do 20 e que contava com indústrias como a Argos, Japy e Rappa Milani, entre outras. Posteriormente, outro local que se destacou com a instalação de unidades industriais, foi o Bairro da Ponte São João, sobretudo com cerâmicas e indústrias moveleiras. Como exemplo, podemos citar a Cerâmica Jundiaiense e a fábrica de cadeiras Pellicciari.

## **1872 - Companhia Paulista de Estradas de Ferro**

Criação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, com o trecho inicial Jundiaí - Campinas, viabilizada com a articulação de grandes produtores de café da região. A Cia. Paulista foi uma referência do transporte ferroviário no Brasil, do final do século 19 até aproximadamente a década de 1960, cobrindo uma parte significativa do território paulista, chegando a outros estados, como Minas Gerais e Mato Grosso.

## **1887 - Núcleo Colonial Barão de Jundiaí**

Importante empreendimento do governo imperial e da então Província de São Paulo, no contexto da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado dos imigrantes europeus. A presença dos imigrantes italianos que vieram morar no núcleo e dos seus descendentes marcou decisivamente a história de Jundiaí no século 20.

## **Década de 1890 - Oficinas da Cia Paulista**

Construção das oficinas da Cia. Paulista (atual complexo Fepasa), importante centro de formação de mão-de-obra especializada desde o início do século 20, favorecendo a industrialização de Jundiaí.

## **1890 - 1950 Aumento da industrialização**

Destacavam-se na paisagem de Jundiaí nesse período inicial da sua expansão industrial, principalmente as oficinas da Companhia Paulista, tecelagens, cerâmicas e as indústrias alimentícias, que configuravam uma nova paisagem urbana e industrial. Os operários, novos atores dessa realidade social, tiveram um protagonismo importante na história de Jundiaí.

## **1934 - Realização da 1ª Exposição Viti-vinícola do Estado em Jundiahy**

A realização da popular Festa da Uva contribuiu decisivamente para projetar Jundiaí nacionalmente como a 'Terra da Uva'. O cultivo da uva está diretamente relacionado à imigração italiana. No início, era destinado principalmente à produção de vinho para abastecimento doméstico. Somente a partir das primeiras décadas do século 20 que a uva de mesa passou a ganhar cada vez mais espaço na paisagem agrícola de Jundiaí, principalmente depois da Quebra da Bolsa de Nova York em 1929, que abalou a economia cafeeira no Brasil.

Em 1933, no sítio de Antônio Carbonari, no Bairro do Traviú, surge a uva Niagara Rosada por meio de um processo natural de mutação genética, em um pé de uva do tipo Niagara Branca. O cultivo da Niagara Rosada rapidamente superou o das demais variedades. O aumento da procura por esse tipo de uva fez com que o município de Jundiaí se tornasse um dos maiores produtores de uva de mesa do país.

## **Décadas de 1940 e 1970 - As rodovias e o desenvolvimento**

A construção da Rodovia Anhanguera (década de 1940) e da Rodovia Bandeirantes (década de 1970) mudaram a dinâmica da industrialização em Jundiaí e região, favorecendo a instalação de indústrias de grande porte e também de um polo da indústria automobilística brasileira, além de contribuir para Jundiaí ainda ser, na atualidade, uma referência no setor de logística.

## **Décadas de 1960/2020 - O presente**

Diversificação do parque industrial e do setor de prestação de serviços; incremento da importância da cidade como polo logístico; crescimento das migrações provenientes de várias regiões do Brasil.

## Capítulo 2

# Histórico do Núcleo Urbano inicial de Jundiaí

Da casa eu vejo a rua  
da rua eu vejo o mundo  
caminhe pela cidade  
perca-se nas cidades.

*Alexandre Oliveira*

Durante mais de 200 anos (por volta de 1660 até 1860), o núcleo urbano inicial de Jundiaí manteve, em linhas gerais, uma configuração próxima à representação da planta datada de 1888. Até por volta de 1870, a paisagem urbana se restringia ao morro que forma um eixo tendo como extremidades o antigo Largo do Rosário (atual Praça Rui Barbosa) e o antigo Largo São Bento (atual Praça Tibúrcio Estevam de Siqueira). Posteriormente, no final do século 19, o eixo se ampliou da antiga escola Siqueira Moraes (atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes) até as proximidades do Cemitério N. S. do Desterro, que entrou em funcionamento na década de 1870.

Originalmente, Jundiaí seguiu um padrão português de formação de vilas e cidades chamado de “urbanismo de colina”, presente em cidades como Salvador e São Paulo no qual buscava-se a proximidade dos cursos d’água para abastecimento, contudo evita áreas sujeitas às inundações, além da preocupação com a defesa do território. O eixo inicial do núcleo urbano de Jundiaí é margeado pelos rios Jundiaí, Guapeva e o córrego do Mato (onde passa a atual Av. 9 de Julho).

Na vila de Jundiaí, no período colonial, o primeiro caminho por terra do núcleo urbano passava pela atual Praça Rui Barbosa, depois por uma travessa secular que havia até a década 1960 no meio do terreno do antigo Quartel (hoje um estacionamento) e seguia a atual Rua Pirapora, e fazendo ligação com a Vila de Santana de Parnaíba, e daí para a Vila de São Paulo e o litoral, em São Vicente e Santos.

O eixo central que se constituiu como o início de seu núcleo urbano é conformado a partir de um desenho urbanístico da tradição portuguesa (plano ortogonal, largos e igrejas como referências espaciais), traçado urbanístico que se manteve de meados do século 17 (arruamentos previstos nas Cartas de Datas) até a segunda metade do século 19, sendo modificado a partir da década de 1860 com o início da industrialização na cidade favorecida pela chegada das ferrovias (a São Paulo Railway ou Ferrovia Santos-Jundiaí em 1867, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro em 1872, a Cia. Ituana em 1873, a Cia. Itatibense em 1890 e a Cia. Bragantina em 1891).

Nas plantas de 1888 e 1893 podemos exemplificar a “feição colonial luso-brasileira” em Jundiaí, com a denominação “largos”. Nas plantas aparecem os “largos” da Matriz, São Bento, Santa Cruz e do Rosário.

Na tradição urbanística portuguesa, “largo” é a denominação dos locais urbanos com maior dimensão nas vilas e cidades brasileiras mais antigas, servindo às cerimônias religiosas, aos encontros e ao comércio. Antes da década de 1870, era perceptível que a paisagem urbana tinha como referências os edifícios religiosos. Conforme o costume português, as principais vias nasciam, desembocavam ou confluíam em largos indicados por edifícios religiosos.

No presente trabalho, optou-se por não usar o termo “centro histórico”, pois embora seja bastante usual nas discussões relacionadas às cidades e ao patrimônio cultural, o termo é passível de problematização, uma vez que toda a cidade tem historicidade e não apenas o seu núcleo urbano inicial.

Por último, é importante fazer um registro de como o conceito de “urbano” no território brasileiro, no período colonial, tem nuances a serem problematizadas, e a tabela a seguir (Recenseamento de 1767 da vila de Jundiaí - população e fogos) exemplifica isso, uma vez que o número de habitantes da vila é menor do que o da maioria dos bairros rurais que compunham a população total de Jundiaí, naquele momento. O termo “fogos” no período colonial significava “unidades domésticas”.

Embora o espaço da vila seja representativo das relações de poder temporal e secular, as dinâmicas econômicas e sociais têm como eixo o mundo rural e não do espaço urbano. Assim, não podemos incorrer numa visão contemporânea, na qual a vida social tem como referência o espaço urbano e industrializado.

BAIRROS	FOGOS	HABITANTES
Vila	26	74
Ivuturucaia	36	180
Lagoa Capão Grosso	39	201
Jundiaí-Mirim	11	39
Capivari	46	240
Mato Grosso	53	271
Rio Abaixo	58	251
Itupeva	37	172
Japi	24	129
Rio das Pedras	14	67
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>1624</b>

Retirado de Makino (1981:116), que coletou as informações na cx. 87, AESP-TC, População de Jundiaí-1767/1773. Apud. MORALES, W. F. A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII. (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP, São Paulo, 2000

FOTO 10

Fonte: Planta adaptada por Geraldo B. Tomanik de acordo com as "Cartas de dactas" de 1657, compiladas por Mario Mazzuia. Ano de 1976. Retirado de Jundiaí através de documentos de Mario Mazzuia.

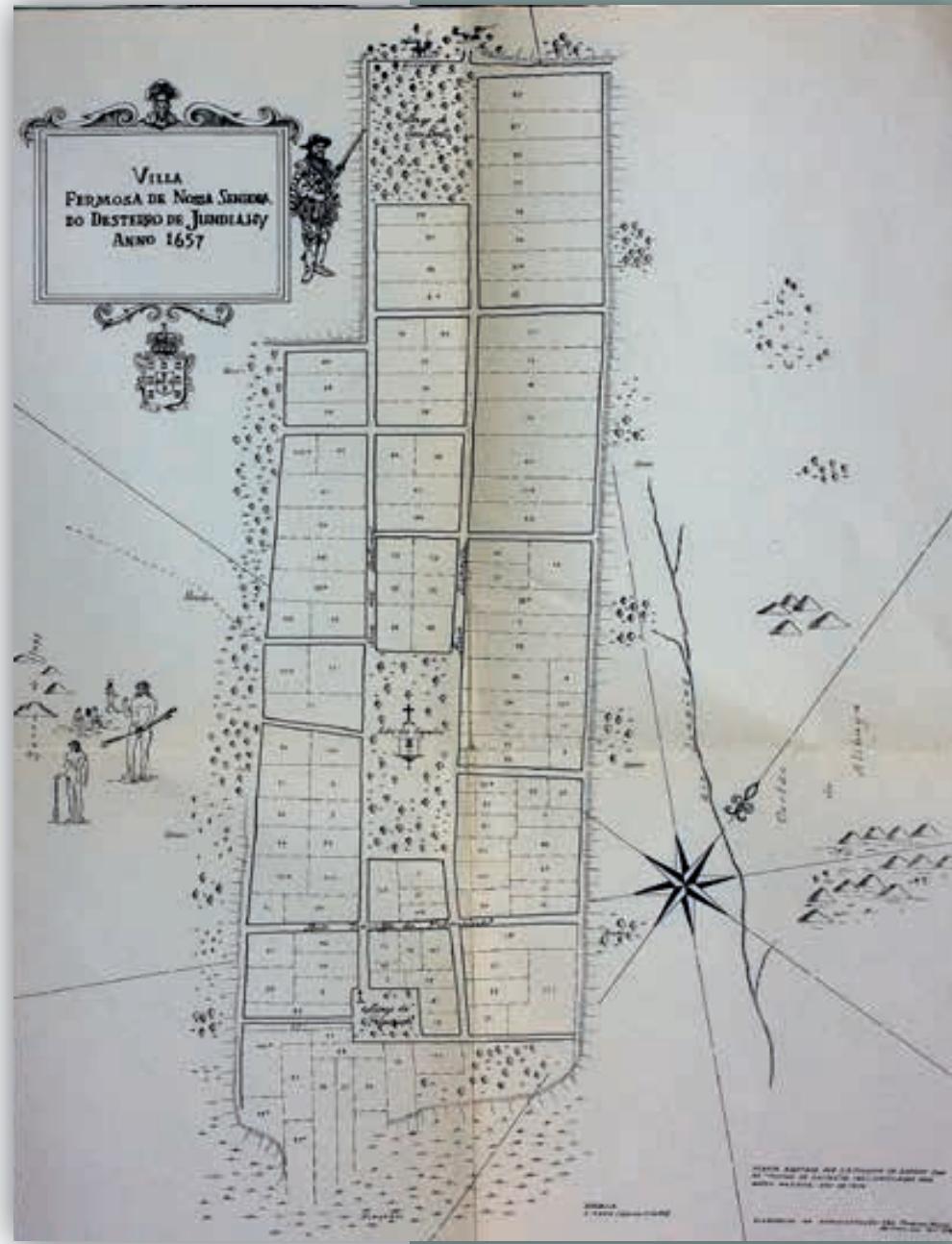




FOTO 11

Planta da Cidade de Jundiahy (1888). Planta ampliada por Geraldo B. Tomanik em 1977. O original se encontra no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo e foi elaborado pelo engenheiro Carlos Lucchesi em janeiro de 1888. Notar a grafia antiga JUNDIAHY e o termo PROVÍNCIA, substituído pelo termo Estado, a partir da Proclamação da República em 1889. Acervo AHMJ.

A seguir, uma descrição feita em 1818 pelo engenheiro Luís d'Alincourt, ao passar por Jundiaí no percurso de uma viagem de Santos a Cuiabá.

*Jundiaí, pequena vila na latitude de 23°6'40" e longitude de 46°57' a oeste do meridiano de Greenwich, menos de uma milha distante da margem esquerda do rio Jundiaí-guaçu, que lhe passa ao norte, e vai desaguar no Tietê, quatorze, para quinze léguas distante da direção, em que este rio corre próximo a São Paulo; está colocada ao longo do cabeço de um monte, dez léguas ao nor-noroeste desta cidade: o monte tem suave declive até ao vale, que lhe fica ao sudoeste; para o lado oposto a inclinação é mais áspera; as ruas são alinhadas, e largas, dispostas paralelamente umas às outras; todas as casas construídas de taipa e terras, à exceção de duas moradas, a maior parte delas são cobertas de telha vã, e garnecem as ruas com muita irregularidade em suas frentes, e alturas: a rua direita está no ponto mais elevado, disposta ao longo do cabeço do monte; depois segue-se a do meio, e são as mais povoadas; à rua do meio segue-se a nova, e a esta a da Boavista, que é mais baixa, e a menos povoadas; a qual tem grandes espaços tapados com muros de taipa, e outros inteiramente abertos.*

*Há nesta vila três igrejas; a matriz, da [27] invocação de Nossa Senhora do Desterro, colocada quase no centro da vila, com uma pequena praça na frente; a de Nossa Senhora do Rosário, situada na extremidade da parte de São Paulo, e a de São Bento, no outro extremo, havendo entre esta, e a vila, um comprido largo coberto de pequenos arbustos. Foi Jundiaí no seu princípio uma freguesia, ereta já perto de cento e oitenta anos: tira o nome do rio Jundiaí, e estes dos peixes chamados jundiás, cuja palavra juntando-se-lhe o y, que tendo na linguagem indiana a pronúncia de u francês, quer dizer rio; assim os dois substantivos formam um só nome que exprime rio de jundiás, ou rio em que há jundiás.*

*É esta vila pouco povoada, porque grande número de seus moradores se aplica à cultura das terras; principalmente no tempo dos roçados para as plantações: e outros saem por camaradas, e arrieiros das diversas tropas; que ali se arranjam do preciso, para seguirem jornada; e em que se empregam, todos os anos, de oitocentas a mil bestas, o que forma um mui útil ramo de negócio destes habitantes. O açúcar, aguardente, e toucinho são os principais gêneros de exportação: colhe-se milho em quantidade, arroz, legumes de várias qualidades, e especialmente feijão: fazem farinha de mandioca; plantam algum trigo, e criam gado vacum, e cavalos.*

*Há no termo perto de quarenta engenhos, entrando neste número os de aguardente, situados pela maior parte na serra de Japi, cinco léguas distante, que corre do nordeste, ao sudoeste, e fica ao sueste da vila: é o melhor local de todo o termo para produzir a cana.*

*Ao rio Jundiaí-guaçu se vão juntar os ribeiros Quapeba, e Mangabaú, que atravessam a estrada geral; e passam junto à vila.*

Retirado do livro Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá de Luís d'Alincourt. Edições do Senado Federal - Vol. 69. P. 13-14.  
Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1113>. Acesso em: 10 nov. 2021



FOTO 12

Planta da cidade de Jundiahy (1893). Original feito em 1893. Cópia de fevereiro de 1936. Cópia parcial adaptada de 1936 por Geraldo B. Tomanik em 1979. Acervo AHMJ



FOTO 13

Planta da cidade de Jundiaí (1956). Acervo AHMJ



## Largo da Matriz (atual Praça Governador Pedro de Toledo)



FOTO 14

Reprodução do desenho do Largo da Matriz de Jundiaí feito pelo naturalista britânico William John Burchell, em 1827.  
Acervo AHMJ



FOTO 15

Fachada da Igreja Nossa Senhora do Desterro na década de 1860.  
Acervo AHMJ



FOTO 16

Perspectiva da Igreja Nossa Senhora do Desterro e entorno. Início do século 20. Fotografia de Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 17

Perspectiva da Igreja Nossa Senhora do Desterro e entorno. Destaque para o obelisco em homenagem ao centenário da independência brasileira, no primeiro plano, à esquerda. Fotografia de Janczur. Década de 1920. Acervo AHMJ



FOTO 18

Perspectiva da atual Praça Governador Pedro de Toledo tendo a Igreja N. S. do Desterro ao fundo, cuja fachada antiga em estilo luso-brasileiro foi reformulada em estilo neogótico na década de 1890. Em primeiro plano a fonte construída em meados da década de 1940 e removida no final da década de 1960. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 19

Perspectiva da atual Praça Governador Pedro de Toledo tendo a Igreja N. S. do Desterro à esquerda e no centro a fonte construída em meados da década de 1940 e removida no final da década de 1960. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.

## Largo São Bento (atual Praça Tibúrcio Estevam de Siqueira)



FOTO 20

Perspectiva, a partir do Largo São Bento, da Igreja de Sant'Anna, fundada em 1660, ligada ao Mosteiro São Bento e à Ordem dos Beneditinos. Fotografia de 1940. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 21

Perspectiva do Largo São Bento tendo à esquerda a Rua Barão de Jundiaí e à direita o edifício que abrigou o Fórum e a Cadeia Pública. Fotografia por volta da década de 1930. Fotografia de Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 22

Fotografia do Largo São Bento destacando o edifício que abrigou o Fórum e a Cadeia Pública. Primeira metade século 20.  
Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 23

Fotografia do Largo São Bento, tendo ao fundo o edifício que abrigou o Fórum e a Cadeia Pública. Primeira metade do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.

## Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira)



FOTO 24

Demolição da Igreja de Santa Cruz em 1935 (atual Praça da Bandeira).  
Acervo AHMJ.



FOTO 25

Antigo Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira). Ao fundo, construção da Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito e, ao centro, o chafariz, construído na década de 1830. Fotografia tirada na década de 1930. Acervo AHMJ.



FOTO 26

Antigo Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira). Ao fundo a Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito e, ao centro, com o espaço remodelado, o chafariz, construído na década de 1830. Fotografia tirada na década de 1930. Acervo AHMJ.



FOTO 27

Perspectiva aérea com destaque em primeiro plano, à direita, a Avenida Jundiaí. Ao lado, a Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito e, ao centro, o antigo Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira/Terminal Central).  
Fotografia João J. Janczur. Meados do século 20. Acervo AHMJ.

Largo do Rosário (atual Praça Rui Barbosa)



FOTO 28

Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Década de 1860 - Acervo AHMJ



*Rua do Rosário - 1885*

*oferta do sr. Manoel Antônio Marcondes*

*Rua do Rosário - Ao Fundo: Igreja do Rosário - 1885  
Fotógrafo Anônimo - Coleção Gabinete de Leitura Ruy Barbosa*

FOTO 29

Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. (1885) - Acervo Gabinete de Leitura Rui Barbosa (1885)



FOTO 30

Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de N. S. do Rosário, construída possivelmente no final do século 18 e demolida por iniciativa do poder público municipal em 1922. Fotografia tirada aproximadamente na década de 1910, período em que já havia transmissão de energia elétrica em Jundiaí. Fotografia de Alexandre Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 31

Largo do Rosário, com destaque para a Igreja de N. S. do Rosário e o Gymnasio Hydecroft. Fotografia de Alexandre Janczur. Aproximadamente 1910 - Acervo AHMJ.



FOTO 32

Antigo quartel do exército em Jundiaí, que funcionou nesse local do início da década de 1920 até o início dos anos 1980. Fotografia da década de 1940. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 33

Vista do antigo Largo do Rosário (atual Praça Ruy Barbosa), tendo ao fundo o quartel do Exército. Fotografia de João J. Janczur. Meados do século 20. Acervo AHMJ.

## Largo São José (atual Praça Doutor Domingos Anastácio)



FOTO 34

Perspectiva do Largo São José em direção ao Largo da Matriz. Destaque para o bebedouro em primeiro plano. Primeira metade século 20.  
Acervo AHMJ.



FOTO 35

Perspectiva do Largo São José em direção ao Bairro da Ponte São João. No primeiro plano, à direita o busto do Dr. Domingos Anastácio. O bebedouro aparece em segundo plano. Fotografia de 1940. Acervo AHMJ.

## Estação Ferroviária São Paulo Railway ou Ferrovia Santos-Jundiaí (atual Estação Jundiaí CPTM Linha 7)



FOTO 36

Estação São Paulo Railway - Jundiaí. Notar a presença de carroças na estação, o que denota a importância do transporte de tração animal nessa época. Em segundo plano, à esquerda, uma locomotiva a vapor estacionada na estação. Fotografia de Alexandre Janczur. Início do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 37

Fotografia da Estação São Paulo Railway - Jundiaí. Fotografia de João J. Janczur. Notar, no primeiro plano, o calçamento no entorno da estação, diferente da fotografia anterior e, no segundo plano à direita, um local reservado para automóveis. Primeira metade do século 20. Acervo AHMJ.

# Evolução urbana de Jundiaí entre o final do século 19 e meados do século 20

Sobre o Rio Jundiaí havia uma ponte de madeira  
ao lado tinha o larguinho onde se fazia a feira  
Bem ali no fim da rua parece que eu ouço o apito  
da fábrica de tonéis do seo Alfredo de Vito  
A todos da minha rua: desculpem a brincadeira.  
Terminou a Rua São João, pois já chegou na porteira  
Hoje está tudo mudado, tudo muda nessa vida:  
a São João que era uma rua, hoje virou avenida.  
São as coisas do progresso e o progresso eu não discuto,  
Pois onde havia uma porteira hoje existe um viaduto.

*Trecho do poema “Lembranças da rua em que eu nasci”  
de Leonello (Nelo) Vicente*



FOTO 38

Planta da cidade de Jundiahy (1893). Original feito em 1893. Cópia de fevereiro de 1936. Cópia parcial adaptada de 1936 por Geraldo B. Tomanik em 1979. Acervo AHMJ.

## **Demarcação dos limites de Jundiahy em 1884**

*E' entregue á camara a seguinte resolução: A Comissão abaixo assignada encarregada da demarcação dos limites da cidade, na forma determinada pela lei n.86 de 25 de Junho de 1881, o faz pela forma seguinte:*

*Pelo lado de Itatiba será a ponte de Santa Cruz, pela estrada de Atibaia a ponte de São João; d'ahy segue a linha ferrea Paulista até a estação da Companhia Ingleza, abrangendo seu contorno até o pao designal da linha Ingleza pela estrada de rodagem da capital, a casa de Antonio Felippe, pela rua e caminho de Pirapora a capellinha de Santa Cruz situada em frente dos pastos de Franscisco Seraphim; pelo lado do Cemiterio dos bexiguentos o corrego denominado - rio do Matto; pela estrada de Itú o corrego Anhangabahu' finalmente pelo lado da estrada de Campinas o Cemiterio Municipal.*

*Jundiahy, 14 de Junho de 1884.*

*Collector. Joaquim Teixeira Cavalheiros, Joaquim B. de Queiroz Telles Jnor, Luiz Antonio de Oliveira Cruz.*

*A demarcação é feita por meio de termos "Do Almanack de Jundiahy" de (1912)*

Fonte: Texto retirado da Revista Sultana - Revista Mensal Jundiahense - N. 27. Dez. 1935 (Foi mantida a grafia original na transcrição).



FOTO 39

Fotografia panorâmica de 1897 em albumina. - Irmãos Piepper - Vista da cidade a partir do Bairro da Ponte São João. Notar o leito da ferrovia na parte central da imagem. À direita, a estação da Jundiaí Paulista e à esquerda uma ponte sobre o Rio Jundiaí. Ao fundo, em segundo plano, a parte central da cidade. Acervo AHMJ.



FOTO 40

Detalhe da fotografia panorâmica de 1897 em albumina. - Irmãos Piepper - Vista da cidade a partir do Bairro da Ponte São João. Notar à esquerda o prédio do antigo grupo Coronel Siqueira Moraes, atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes. Acervo AHMJ.



FOTO 41

Detalhe da fotografia panorâmica de 1897 em albumina. - Irmãos Piepper - Vista da cidade a partir do Bairro da Ponte São João. Notar em primeiro plano, à esquerda, a antiga estrada da Colônia, a ponte de madeira sobre o Rio Jundiaí e a linha correspondendo aos leitos férreos da Companhia Paulista e, pouco acima, o da Ytuana. À direita, a porteira que controlava o acesso de pedestres próximo à estação Jundiaí Paulista. Acervo AHMJ.



FOTO 42

Detalhe da fotografia panorâmica de 1897 em albumina - Irmãos Piepper - Vista da cidade a partir do Bairro da Ponte São João. Notar à direita as oficinas da Companhia Paulista, atual Complexo Fepasa. Acervo AHMJ.



FOTO 43

Fotografia da construção do Viaduto São João Batista, em 1950, numa perspectiva do centro em direção ao Bairro da Ponte São João. O viaduto foi projetado e executado pelo arquiteto Vasco Venchiarutti, no seu primeiro mandato como prefeito de Jundiaí (1948 - 1951), a partir de recursos do poder público municipal, empréstimos de moradores da região e doação da Companhia Paulista. Foi o primeiro viaduto da cidade e uma obra muito importante para o urbanismo de Jundiaí, pois foi construído sobre as linhas férreas da Companhia Paulista e da Sorocabana, favorecendo o acesso ao centro por moradores do Bairro da Ponte São João, nessa época uma importante área industrial e comercial e pelos moradores do Bairro da Colônia, que tinha destaque na produção agrícola (produção de uvas e gêneros alimentícios). Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 44

Fotografia da construção do Viaduto São João Batista, em 1950, numa perspectiva do Bairro da Ponte São João em direção ao centro. Antes da construção desse viaduto, a passagem de pedestres e veículos era controlada por uma porteira, devido ao trânsito de trens nas linhas da Companhia Paulista e da Sorocabana. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 45

Cartão postal “Jundiaí - Viaduto São João Batista - Est. S. Paulo - Brasil.” Foto Postal Colombo. Década de 1950. Acervo AHMJ. Essa imagem nos mostra a importância do viaduto naquela época, a ponto de ser um dos “cartões postais” da cidade. A composição dessa fotografia revela a visão de modernidade daquele período: no primeiro plano à esquerda, os detalhes da estrutura de concreto do viaduto e, no segundo plano à direita, uma locomotiva.



FOTO 46

Perspectiva da Vila Arens, por volta de 1950. No primeiro plano fica evidenciado o limite da malha urbana e, pelo número de chaminés e galpões industriais, observa-se como a industrialização era significativa nessa região da cidade. Notar no segundo plano, à direita, os edifícios da Argos Industrial S/A e, acima, o edifício da Escola Industrial (atual Escola Estadual Antenor Soares Gandra). Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 47

Detalhe da perspectiva da Vila Arens, por volta de 1950. Notar os dois ícones da modernidade capitalista evidenciados nesse recorte: as chaminés e, no centro da imagem, uma composição ferroviária. Ao projetarmos a visão, tomando como referências a torre da Igreja de N. S. da Conceição e a antiga Escola Industrial localizada no morro à direita, é visível como a malha urbana é incipiente, onde hoje ficam o Vianelo e o Jardim Cica. Fotografia de Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 48

Perspectiva da Vila Arens em direção ao centro, meados do século 20. A fotografia traz duas linhas paralelas que enquadram o espaço urbano retratado: à esquerda, a linha formada pelas atuais ruas Vigário J.J. Rodrigues e Rangel Pestana e, à direita, a linha formada pela Av. Dr. Cavalcanti e sua continuação, a Rua Marechal Deodoro da Fonseca e a Rua dos Bandeirantes. No meio da fotografia, à direita, destaca-se o edifício do Cine Teatro República. Propositalmente, foi usada uma reprodução do negativo de vidro com as indicações do recorte pretendido pelo fotógrafo. Assim, ficam evidenciadas as suas escolhas e o que ele preferiu retirar da imagem que viria a ser um cartão postal. À esquerda, parte da Tecelagem São Bento e a Ponte Torta não foram contempladas no recorte pretendido pelo autor da fotografia. Foto Ideal, da família Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 49

Detalhe da perspectiva da Vila Arens em direção ao centro, meados do século 20. Ao compor essa imagem, foi seguida a intencionalidade expressa pelo fotógrafo ao fazer o recorte no negativo de vidro. Notar como o edifício do Cine Teatro Repúbl...ca, à direita, se destaca na paisagem urbana nessa perspectiva. O uso desse edifício nas últimas décadas exemplifica dinâmicas sociais presentes na Vila Arens: cinema, agência bancária e, atualmente, um templo religioso. Foto Ideal, da família Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 50

Perspectiva do centro da cidade em direção às oficinas da Companhia Paulista, início do século 20. Em primeiro plano, à esquerda, o atual Museu Histórico e Cultural de Jundiaí "Solar do Barão". Em segundo plano, as oficinas da Companhia Paulista, no centro da fotografia. Ao fundo, vê-se a várzea do rio Jundiaí ainda praticamente sem construções no local, onde atualmente é o entorno da Av. Antônio Frederico Ozanam. Acervo AHMJ.



FOTO 51

Perspectiva da cidade vista da estrada de Itatiba, meados do século 20. Notar em primeiro plano a Rua Carlos Gomes e como a várzea do Rio Jundiaí, nas proximidades onde hoje é o Sesc, ainda não tinha uma presença significativa de construções. Em segundo plano, à esquerda, as oficinas da Companhia Paulista (atual Complexo Fepasa), a cidade limitada pelas linhas férreas e o início da verticalização do espaço urbano. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.



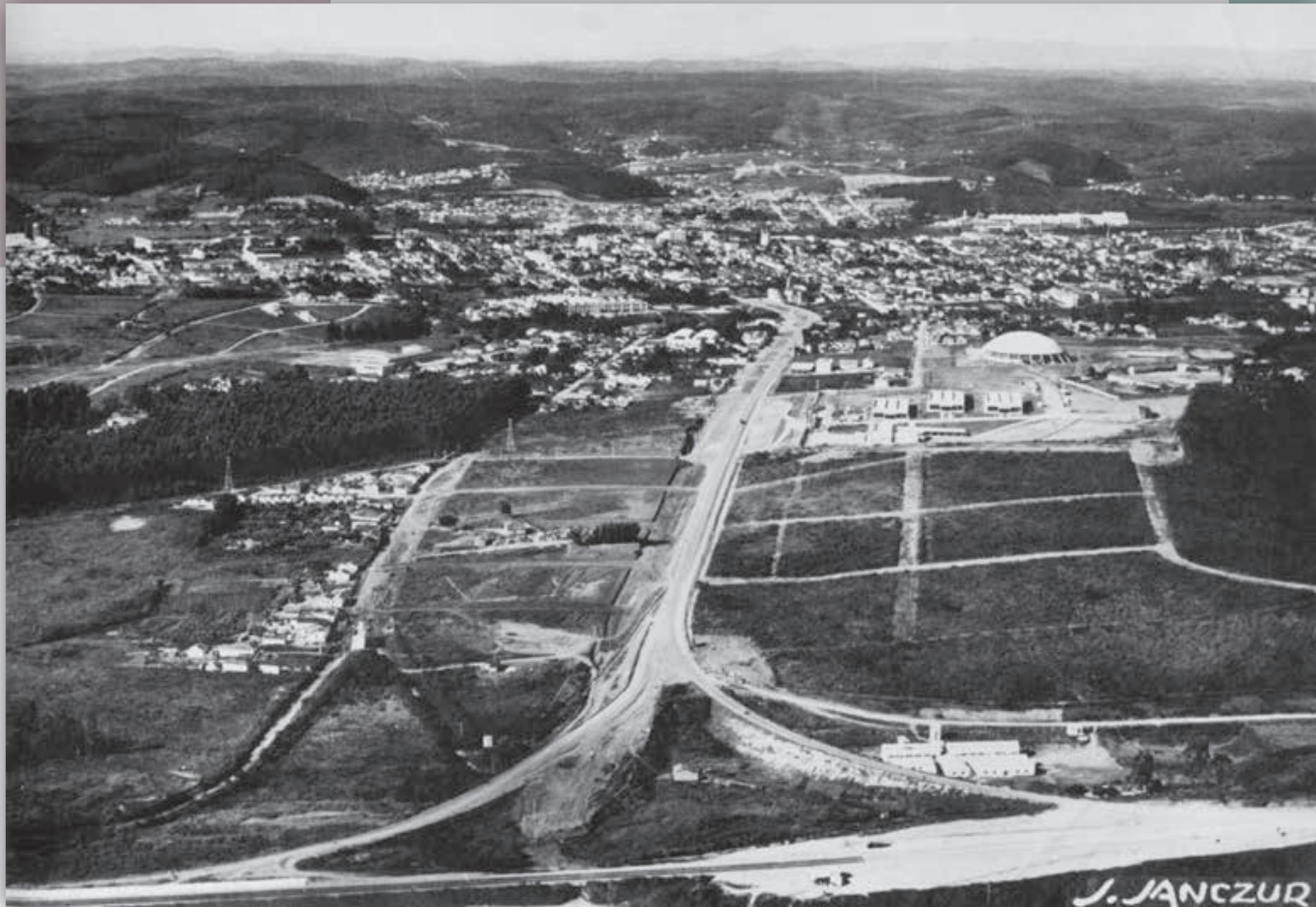
FOTO 52

Vista do pátio de manobras das antigas oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na primeira metade do século 20. A instalação das oficinas, no final do século 19, teve grande impacto na vida urbana e social da cidade. Essa fotografia, nos mostra a dimensão das antigas oficinas (atualmente o Complexo Fepasa) na configuração urbana de Jundiaí. Acervo AHMJ.



FOTO 53

Vista aérea com destaque para o leito da Fepasa e o antigo leito da E. F. Sorocabana, ainda não pavimentado (atual Av. União dos Ferroviários), cruzados pelo Viaduto Joaquim Candelário de Freitas e, ao fundo, as oficinas da Companhia Paulista (atual Complexo Fepasa). Fotografia da década 1980. Acervo AHMJ.



J. JANCZUR

#### FOTO 54

Perspectiva da Avenida Jundiaí na década de 1950. Essa fotografia serve como registro do processo de expansão urbana nessa região da cidade a partir da lógica rodoviária (predomínio do uso de rodovias nos transportes e deslocamentos) implementada no Brasil em meados do século 20.

Esse período é marcado por uma inflexão do urbanismo na cidade e isso, em grande medida, foi materializado pelo pensamento e as ações do arquiteto Vasco Venchiarutti (\*1920 + 1980), prefeito por duas gestões (1948 a 1951 e 1956 a 1959).

Desde a segunda metade do século 19, as linhas urbanas de Jundiaí tinham como referência o eixo formado pelo entorno da Igreja de N. S. do Desterro e a estação ferroviária da São Paulo Railway. A partir da construção da Rodovia Anhanguera (1940) e da Rodovia dos Bandeirantes (1970), houve uma mudança para o eixo oeste da cidade.

Assim, os projetos idealizados e executados por Vasco Venchiarutti, como a Avenida Jundiaí, o “Parque da Uva” (Parque Municipal Comendador Antônio Carbonari) e o “Bolão”, simbolizam a reconfiguração urbana de Jundiaí nesse novo contexto e que está presente atualmente, pois o Votor Oeste concentra cerca de 1/3 da população de Jundiaí e é uma das principais áreas de expansão de atividades econômicas. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ

## Capítulo 4

# “Porto Seco”: a villa fermosa de N. S. do Destêrro do Mato Grosso de Jundiahy

“(...) 2000 mil braças de testada e uma légua de *sertão* (grifo nosso) no bairro JundiahyMirim, a qual a testada é a rumo de Leste a Oeste e o *Sertão* a quarta do Norte e que confinam as ditas terras de uma parte divide com terras do defunto Domingos Lopes, e da outra parte divide com terras do defunto Domingos Lopes, e da outra parte são devolutas que principiavam no fim das terras e cultivadas que foram do defunto José Pires de Fidelis da Costa Preto hoje pertencentes a ele suplicante”

*Trecho retirado do Repertório das Sesmarias concedidas pelos capitães Generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821, Departamento do Arquivo do Estado, 1944. p. 459. Apud. MORALES, W. F. A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII. (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP, São Paulo, 2000*



FOTO 55

Detalhe do Mapa da capitania de São Paulo e seu sertão. Elaborado por Franciso Tosi Colombina. Século 18. Acervo da Biblioteca Nacional. Na parte inferior direita, notar a indicação de São Vicente e Santos, mais acima a Vila de São Paulo e acima a Vila de Jundiahy. Na parte superior à esquerda, a Vila de Campinas, desmembrada de Jundiaí em 1797. A linha vermelha tracejada é o CAMINHO DOS GOYASES, um dos caminhos coloniais mais importantes para a ocupação dos atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

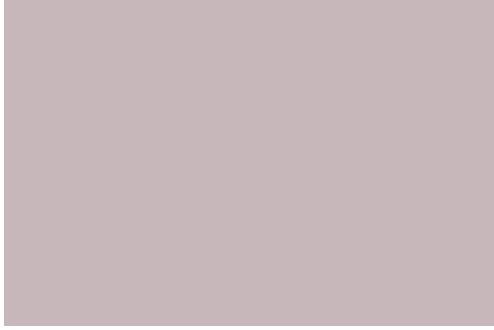
Por volta de 1810 em diante, muitos cientistas e viajantes da Europa vieram ao Brasil para conhecer um território imenso e inexplorado e pesquisar as potencialidades naturais (a flora e a fauna, recursos como minérios e outras matérias-primas) que poderiam dar algum lucro no comércio internacional da época.

Muitos desses viajantes passaram por nossa região e deixaram não apenas registros escritos, mas desenhos e pinturas, por causa da importância de Jundiaí, desde o início da colonização portuguesa, como referência de caminhos terrestres para o interior do território.

Pelo território atual de Jundiaí passava o “Caminho dos Goyazes”, um dos muitos caminhos seculares usados por diversos grupos culturais indígenas e que esquadriňavam a maior parte do território brasileiro, antes de 1500, depois apropriados pelos portugueses. O conhecimento dos caminhos, bem como da flora e da fauna das diferentes regiões brasileiras, foi um fator determinante para a colonização portuguesa conseguir adentrar no território em sua grande parte desconhecido, ou, como no dizer da época sobre as terras não desbravadas e ocupadas: o “sertão”.

Esse significado do termo “sertão” aparece em diversas documentações do período colonial, como na carta de sesmaria (carta de doação de terras pela Coroa portuguesa a algum “suplicante” que lhe solicitou a propriedade) ou no mapa do século 18 usado nesta parte do trabalho.

Por Jundiaí ser uma referência logística desde o período colonial, uma vez que fazia parte da rede de um dos mais importantes caminhos terrestres para regiões do interior do território brasileiro, como citado no registro dos viajantes estrangeiros Spix e Martius a Vila de Jundiaí tinha (“e com razão”) o título de “porto seco”:



*A Vila de Jundiaí, pequeno povoado sobre uma colina baixa, é só importante por sua situação favorável para o comércio do sertão. Todas as tropas que partem da Capitania de São Paulo, para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, são aqui organizadas. Os habitantes possuem grandes manadas de mulas, que fazem essas viagens algumas vezes por ano. O fabrico de cangalhas, selas, ferraduras e tudo que é necessário para equipamento das tropas, assim como o incessante vaivém das caravanas, dão ao lugar feição de atividade e riqueza, e, com razão, dão-lhe o título de porto seco.*



No final dos anos de 1600 a América Portuguesa tinha 70 vilas e cidades. Jundiaí era uma desses núcleos, por sua importância na logística de ocupação do território, referência nos caminhos terrestres. A referência pluvial (seguindo o curso de rios) era a partir das cidades de Itu e Porto Feliz, com as chamadas “monções”, expedições que usavam inicialmente o Rio Tietê e depois outros rios da Bacia do Paraná para adentrar o interior.

Essa situação de “polo logístico colonial” favoreceu a existência de registros de viajantes estrangeiros da então “Villa Fermosa de N. S. do Destêrro do Mato Grosso de Jundiahy” e que são importantes fontes históricas devido às informações geográficas, dos domínios naturais (fauna e flora), econômicas, sociais e culturais da região. No presente trabalho, foram coligidos alguns desses registros como forma de divulgação.

Trecho retirado do livro Viagem pelo Brasil (1817 - 1820) de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. P. 230-231. Edições do Senado Federal - Vol. 244-A. A referência da passagem por Jundiaí feita pelos naturalistas foi no ano de 1818.  
Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518757>

*A Vila de Jundiaí, pequeno povoado sobre uma colina baixa, é só importante por sua situação favorável para o comércio do sertão. Todas as tropas que partem da Capitania de São Paulo, para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, são aqui organizadas. Os habitantes possuem grandes manadas de mulas, que fazem essas viagens algumas vezes por ano. O fabrico de cangalhas, selas, ferraduras e tudo que é necessário para equipamento das tropas, assim como o incessante vaivém das caravanas, dão ao lugar feição de atividade e riqueza, e, com razão, dão-lhe o título de porto seco. Daqui partem estradas trilhadas para as províncias acima citadas. A viagem para Vila Boa de Goiás se faz num mês, a de Cuiabá em dois. Para São Paulo, distante dez léguas, e para Santos, levam-se daqui especialmente raízes de mandioca e farinha de milho e açúcar; por outro lado, vêm de volta sal, ferros e artefatos europeus (fazenda seca), para o comércio no interior. Nos arredores, alternam-se outeiros com vales úmido de arvoredo médio, e com campos abertos onde crescem diversas plantas medicinais de valor.*



FOTO 56

Mapa da capitania de São Paulo e seu sertão. Elaborado por Franciso Tosi Colombina. Século 18. Acervo da Biblioteca Nacional.

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1033415/cart1033415.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415/cart1033415.jpg). Acesso em: 14 nov. 2021.

A referência para a elaboração desse mapa foram os rios, pois os cursos d'água foram fundamentais no processo de expansão e ocupação territorial no contexto da colonização portuguesa.

No meio da imagem do mapa, notar o percurso do Rio Grande, afluente do Rio Paraná e que atualmente serve de linha divisória entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.

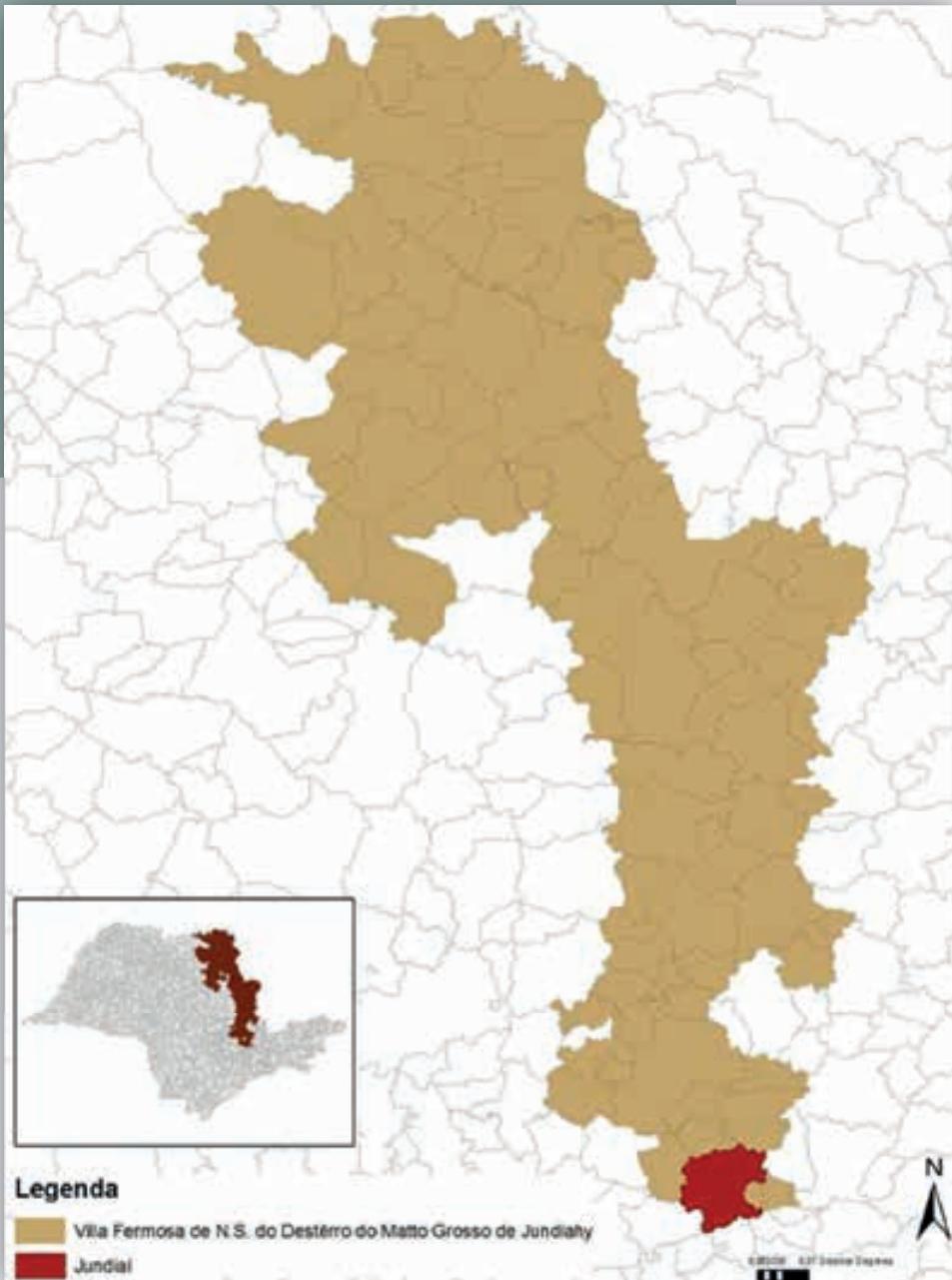


FOTO 57

Mapa do território de Jundiaí entre 1615 e 1767. Elaborado por Katia C. da S. Izaias e Ana C. R. G. Ferreira.

Retirado de IZAIAS, Katia Cristina da Silva. População e dinâmica econômica na formação da Cidade de Jundiaí - 1615-1890. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2012. (Orientação: Rosana Baeninger). p. 16



FOTO 58

Detalhe do Mapa da capitania de São Paulo e seu sertão. Elaborado por Francisco Tosi Colombina. Século 18. Acervo da Biblioteca Nacional.

Notar que a linha tracejada de vermelho, o "Caminho dos Goyases", até o curso do Rio Grande, corresponde ao delineamento do mapa do território da Vila de Jundiaí, nos séculos 17 e 18.

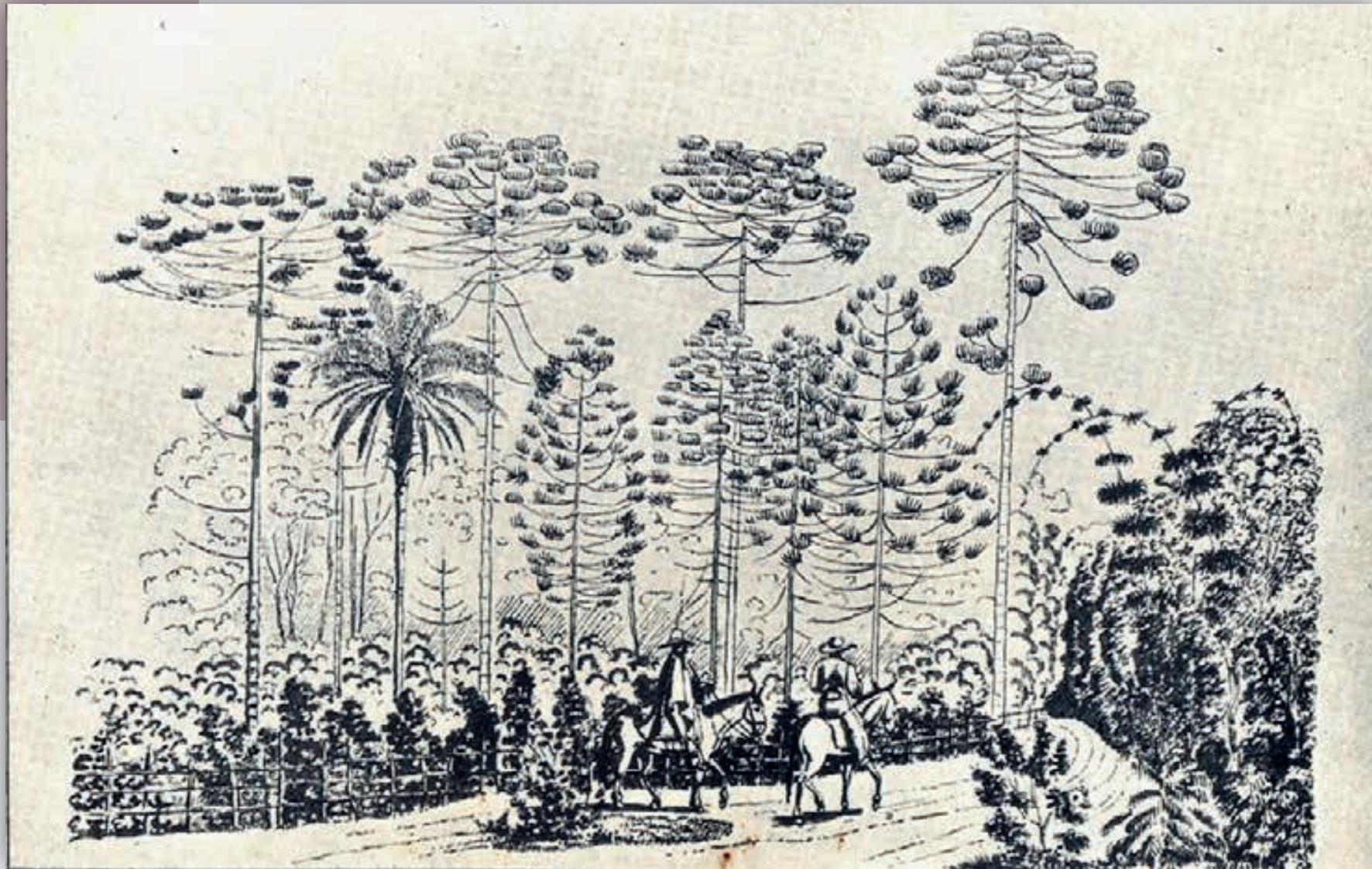


FOTO 59

Pinheiros no caminho de Jundiaí. Desenho feito pelo bisneta de Hércules Florence, Arnaldo M. Florence, em 1973, a partir dos originais feitos em 1825 - Acervo Pinacoteca Diógenes Duarte Paes, Jundiaí - SP.

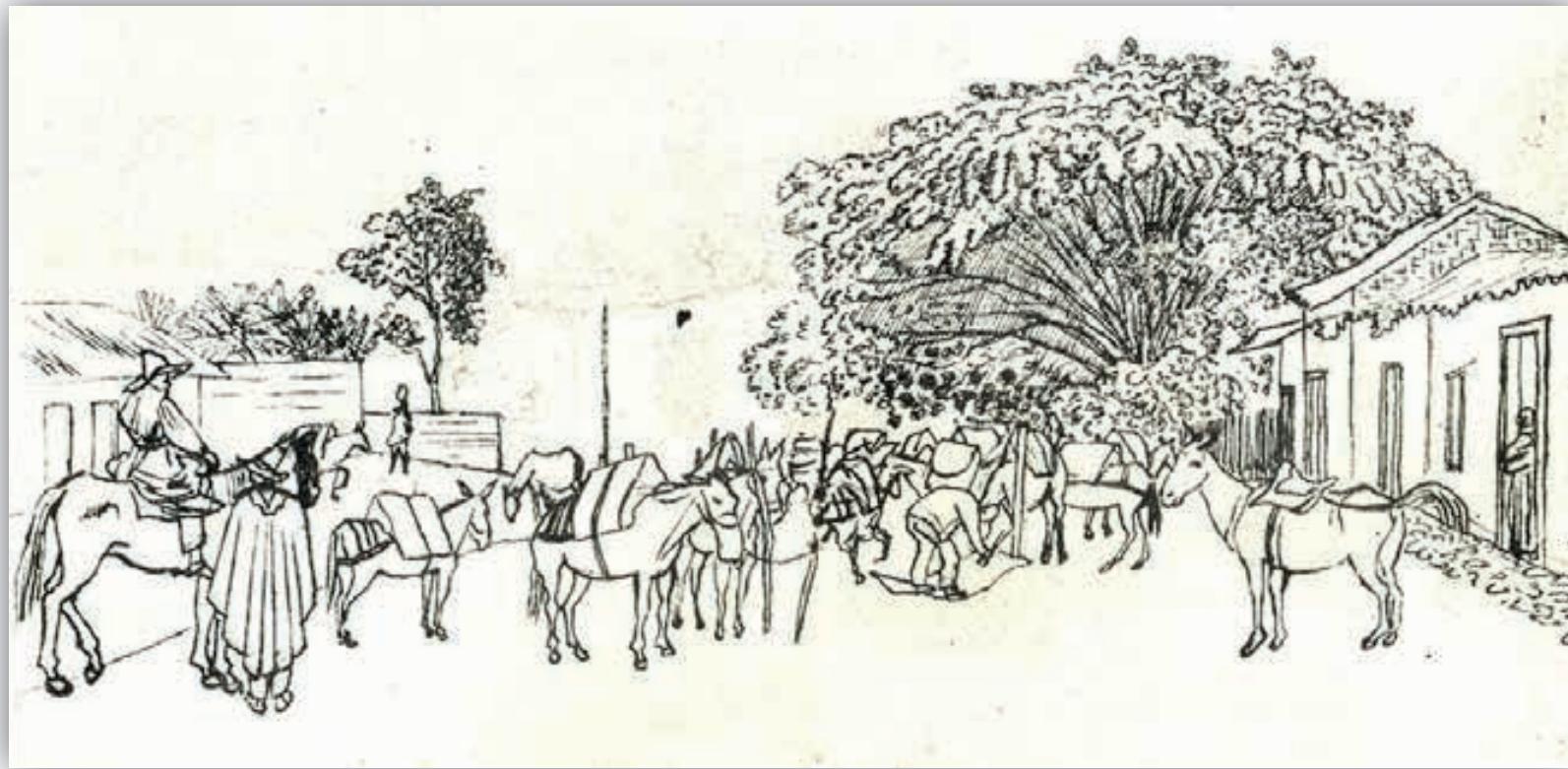


FOTO 60

Pouso de Jundiaí. Desenho feito pelo bisneto de Hércules Florence, Arnaldo M. Florence, em 1973, a partir dos originais feitos em 1825 - Acervo Pinacoteca Diógenes Duarte Paes, Jundiaí - SP.

Trecho de registros do artista Hercules Florence em passagem por Jundiaí em 1825, retirado do Atlas dos Viajantes do Brasil a partir de FLORENCE, Hercule. L'Ami des Arts Instituto Hercule Florence, 2015, 203.

Disponível em: <https://viajantes.bbm.usp.br/?q=jundiai&filters=>. Acesso em: 14 nov. 2021

*Avançando em direção de Jundiaí, a região torna-se mais um pouco mais arborizada e verde. Fiquei nessa cidade por 22 dias, esperando Mr. de Langsdorff. Fui recebido na casa de uma família de parentes dos meus companheiros brasileiros e fui tratado como se fosse de casa. Com os meus anfitriões, assisti a uma cena da roça chamada mutirão. Quando um camponês, que tem poucos ou não nenhum escravo, quer colher o milho, ou qualquer outro tipo de grão, convida os vizinhos para ajudá-lo. A sua casa se enche de gente; os homens vão nos campos para a colheita; as mulheres pilam e aprontam a refeição; o dia passa no trabalho, com um ar de festa, e à noite se fala, se ri, se recontam histórias se e arranha uma viola, que quase nunca falta sob um teto de palha brasileiro.*



FOTO 61

Reprodução do desenho do Largo da Matriz de Jundiaí feito pelo naturalista britânico William John Burchell, em 1827. Acervo AHMJ.

Trecho retirado do livro Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá de Luís d'Alincourt. Edições do Senado Federal - Vol. 69. P. 27-29. A referência da passagem por Jundiaí pelo engenheiro Luís d'Alincourt foi no ano de 1818. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1113>. Acesso em: 10 nov. 2021

*Jundiaí, pequena vila na latitude de 23°6'40" e longitude de 46°57' a oeste do meridiano de Greenwich, menos de uma milha distante da margem esquerda do rio Jundiaí-guaçu, que lhe passa ao norte, e vai desaguar no Tietê, quatorze, para quinze léguas distante da direção, em que este rio corre próximo a São Paulo; está colocada ao longo do cabeço de um monte, dez léguas ao nor-noroeste desta cidade: o monte tem suave declive até ao vale, que lhe fica ao sudoeste; para o lado oposto a inclinação é mais áspera; as ruas são alinhadas, e largas, dispostas paralelamente umas às outras; todas as casas construídas de taipa e terras, à exceção de duas moradas, a maior parte delas são cobertas de telha vã, e garnecem as ruas com muita irregularidade em suas frentes, e alturas: a rua direita está no ponto mais elevado, disposta ao longo do cabeço do monte; depois segue-se a do meio, e são as mais povoadas; à rua do meio segue-se a nova, e a esta a da Boavista, que é mais baixa, e a menos povoada; a qual tem grandes espaços tapados com muros de taipa, e outros inteiramente abertos.*

*Há nesta vila três igrejas; a matriz, da invocação de Nossa Senhora do Desterro, colocada quase no centro da vila, com uma pequena praça na frente; a de Nossa Senhora do Rosário, situada na extremidade da parte de São Paulo, e a de São Bento, no outro extremo, havendo entre esta, e a vila, um comprido largo coberto de pequenos arbustos. Foi Jundiaí no seu princípio uma freguesia, ereta já perto de cento e oitenta anos: tira o nome do rio Jundiaí, e estes dos peixes chamados jundiás, cuja palavra juntando-se-lhe o y, que tendo na linguagem india a pronúncia de u francês, quer dizer rio; assim os dois substantivos formam um só nome que exprime rio de jundiás, ou rio em que há jundiás. É esta vila pouco povoada, porque grande número de seus moradores se aplica à cultura das terras; principalmente no tempo dos roçados para as plantações: e outros saem por camaradas, e arrieiros das diversas tropas; que ali se arranjam do preciso, para seguirem jornada; e em que se empregam, todos os anos, de oitocentas a mil bestas, o que forma um mui útil ramo de negócio destes habitantes.*

*O açúcar, aguardente, e toucinho são os principais gêneros de exportação: colhe-se milho em quantidade, arroz, legumes de várias qualidades, e especialmente feijão: fazem farinha de mandioca; plantam algum trigo, e criam gado vacum, e cavalar. Há no termo perto de quarenta engenhos, entrando neste número os de aguardente, situados pela maior parte na serra de Japi, cinco léguas distante, que corre do nordeste, ao sudoeste, e fica ao sueste da vila: é o melhor local de todo o termo para produzir a cana.*

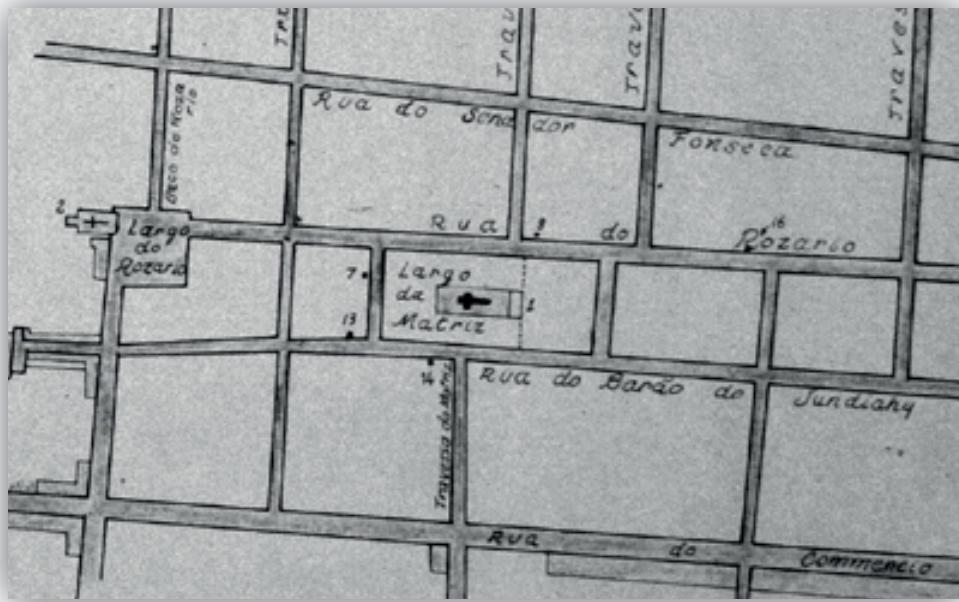
*Ao rio Jundiaí-guaçu se vão juntar os ribeiros Quapeba, e Mangabaú, que atravessam a estrada geral; e passam junto à vila. Uma grande parte de seus habitantes tem os pescoços defeituosos por causa da moléstia, a que vulgarmente chamam papos, que ataca as pessoas de ambos os sexos, e até de menos idade; julga-se que esta moléstia provém da qualidade das águas.*

*Na noite de 6 para 7 de setembro, estando eu aqui de pouso, às 11 horas pouco mais, ou menos, houve um tempestuoso furacão, que se fez notável pelos seus efeitos: a trovoada foi horrível, e, entre os muitos raios que ofenderam a terra, um caiu sobre a matriz, o impetuoso vento arrancou telhas, derribou algumas casas, e fez grande estrago nas plantações, e arvoredos: disseram alguns velhos do lugar, que não se lembravam de ter havido um temporal semelhante nos seus dias.*

*De Jundiaí segue o caminho no prolongamento da rua direita, e toma por detrás de São Bento em ladeira, pelo declive, que tem o monte; que termina no rio Jundiaí-guaçu, que se passa por uma ponte estreita, construída de madeira e corre nesta paragem do nor-noroeste, ao sul-sudoeste: junto a ele, da parte da vila, há seis pequenas moradias de casas; e a este sítio dão o nome da ponte: a estrada vai a oés-noroeste plana, e coberta de arvoredo. Pouco adiante se passa o ribeiro, que chamam a Fonde do Aterrado, e quase duas léguas distante da vila se desce a um vale, onde há dois moradores próximos à estrada, e o pouso chamado da Oliveira.*

*Deixado este sítio, o primeiro morador, que se encontra, à esquerda do caminho, que vai continuando coberto de arvoredo, e plano, é o capitão Felisberto: deixa-se depois outro morador, à direita, e finalmente chega-se ao rio Capivari, que tem as suas cabeceiras perto de São João de Atibaia, e deságua no Tietê, quinze léguas abaixo da confluência do rio de Jundiaí, que sai igualmente dos mesmos montes. O rio Capivari tira o nome de capivara, do y com pronúncia de u francês, como já disse, o que exprime, na língua indígena, rio de capivaras.*

*Na passagem de Capivari contam os moradores meia jornada da vila de Jundiaí, à de Campinas: o rio corre, neste lugar, ao sudeste: junto a ele há um pouso, ou rancho (assim chamam a uns telheiros levantados em certas paragens, em que se abrigam as cargas das tropas) e uma casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, de ambos os sexos; por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho a que chamam muchiron na linguagem india; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as tarefas: o trabalho consiste em prepararem, e fiarem algodão, e fazerem roçados para as plantações. Desta sorte se emprega a gente pobre, nos meses de setembro, outubro e novembro; e as noites passam-nas alegremente com seus toques, e folias.*



FOTOS 62 e 63

Observar na primeira imagem (detalhe da planta de Jundiaí em 1888) a indicação "Beco do Rozário" e na segunda imagem (detalhe da planta de Jundiaí em 1893) a indicação "Travessa do Rozário" registros do primeiro caminho por terra, no período colonial, do núcleo urbano de Jundiaí.

Esse caminho passava pela atual Praça Rui Barbosa, depois por uma travessa secular que havia até a década de 1960 no meio do terreno do antigo Quartel (hoje um estacionamento) e seguia à atual Rua Pirapora, e fazendo ligação com a Vila de Santana de Parnaíba, daí para a Vila de São Paulo e o litoral, em São Vicente e Santos.

Trecho retirado do Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo de J.J. Tschudi. P. 128-129. A referência da passagem por Jundiaí é no ano de 1857. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7001>. Acesso em: 14 nov. 2021.

*Tempos atrás, Jundiaí fora uma vila importante e rica, quando nas fazendas dos arredores se plantava muita cana de açúcar. Seus habitantes entretinham um animado comércio de mulas, que compravam ainda selvagens em Sorocaba, e as domavam para depois revendê-las, como bestas de carga ou animais de sela. Este comércio proporcionava-lhes bons lucros e além disto fabricavam ótimas selas e arreios. Atualmente, as terras se acham inteiramente depauperadas, o comércio de muares diminuiu sensivelmente e a indústria de selaria se extinguiu totalmente; a localidade perdeu todo o brilho dos tempos passados. Metade das casas da vila não são habitadas, seus donos as visitam apenas aos domingos, quando vêm de seus sítios à vila, para assistir à missa. De toda a opulência dos tempos idos, somente o convento dos Beneditinos resta. Este convento foi fundado pelo donatário da região, o conde de Monsantos, num pequeno planalto à margem esquerda do Jundiaí. O rio e a localidade tiram seu nome de um pequeno peixe (*Platystoma patula Agassiz*), vulgarmente chamado jundiá, que vive numeroso no rio. Jundiaí retomará certa importância quando for servida por estrada de ferro.*

# Capítulo 5

## A cidade e suas águas

Se me levam águas  
Nos olhos as levo

*Camões*



FOTO 64

Detalhe do Mapa da capitania de São Paulo e seu sertão. Elaborado por Franciso Tosi Colombina. Século 18. Acervo da Biblioteca Nacional. Notar a indicação da vila de Jundiahy no centro da imagem e os principais rios afluentes do Rio Tietê, entre eles o Rio Jundiaí.

Assim como em outros locais, em Jundiaí os rios foram a referência na ocupação do espaço por todos os grupos que passaram pela região. Foram meios de transporte, fontes de alimentos e matéria-prima para construção, além de espaços de lazer e sociabilidade.

No entanto, nas últimas décadas, mudamos radicalmente nossa relação com os rios. Os rios já não fazem parte da vivência cotidiana dos moradores de Jundiaí, assim como ocorre na maioria dos centros urbanos brasileiros. Infelizmente, em nome do progresso os rios perderam o significado afetivo para a maioria da população.

O capítulo *A cidade e suas águas* foi subdividido em três partes, buscando focar dimensões diferentes, mas que estão imbricadas na mesma realidade.

*Água para beber: os antigos bebedouros de Jundiaí*

*A água como beleza: fontes em espaços públicos*

*Os rios Jundiaí, Guapeva e Córrego do Mato na paisagem da cidade*

Há uma lacuna importante a ser registrada, pois foi uma referência que apareceu nos depoimentos coletivos e alguns depoimentos individuais do projeto *Entre Vistas: sobre as “biquinhas”* (fontes de água) usadas pelos moradores em diversas partes da cidade. Não houve tempo de aprofundar as pesquisas para mapear algumas dessas “bicas” na cidade. Possivelmente a maioria se extinguiu, devido ao crescimento urbano e à não preservação de muitos dos cursos d’água usados para abastecimento doméstico, até algumas décadas atrás.

Abrir a torneira da pia e dar a descarga são realidades historicamente construídas e que, há menos de duas gerações, estão presentes efetivamente em Jundiaí para a maioria da população. Entretanto, no Brasil isso ainda é uma realidade distante, pois o saneamento básico ainda não atinge uma parcela significativa da população do nosso país.

A relação que possivelmente boa parte das sociedades urbanas tem com as águas é um exemplo do desafio que a realidade atual nos impõe: as demandas relacionadas às necessidades de uso e de preservação dos mananciais.

Atualmente, se por um lado cada vez mais uma consciência de preservação do meio ambiente se faz presente, por outro lado, sendo otimista, estamos apenas no início do caminho de uma mudança efetiva, seja em relação à apropriação econômica ou à participação da sociedade e de políticas públicas com o objetivo de garantir a manutenção desses recursos para as futuras gerações.

Informar e despertar rememorações afetivas das águas no espaço da cidade pode favorecer um momento de inflexão e uma aproximação com essa dimensão da natureza que nos compõe em termos fisiológicos: nossa constituição celular é na sua maior parte formada por água. Ou, ainda, numa dimensão poética em relação à nossa caminhada pela vida: *Se me levam águas/ Nos olhos as levo.*

## Água para beber: os antigos bebedouros de Jundiaí

Até meados do século 20, no cotidiano da maioria das vilas e cidades brasileiras o transporte por tração animal, com o uso de cavalos e muares, teve grande importância. Mesmo em uma cidade como Jundiaí, importante entroncamento ferroviário desde o final do século 19, as carroças eram o principal meio de transporte de pessoas e mercadorias até cerca de 80 anos atrás.

Por isso, a localização dos bebedouros seguia a logística dos caminhos antigos de Jundiaí, pois eram vitais para a circulação na cidade, afinal, eram lá que as mulas e cavalos saciavam sua sede e muitos moradores abasteciam suas casas.



FOTO 65

Detalhe da Estação São Paulo Railway - Jundiaí. Notar a presença de carroças na estação, o que denota a importância do transporte de tração animal nessa época. E em segundo plano, à esquerda, uma locomotiva a vapor estacionada na estação. Fotografia de Alexandre Janczur. Início do século 20. Acervo AHMJ.



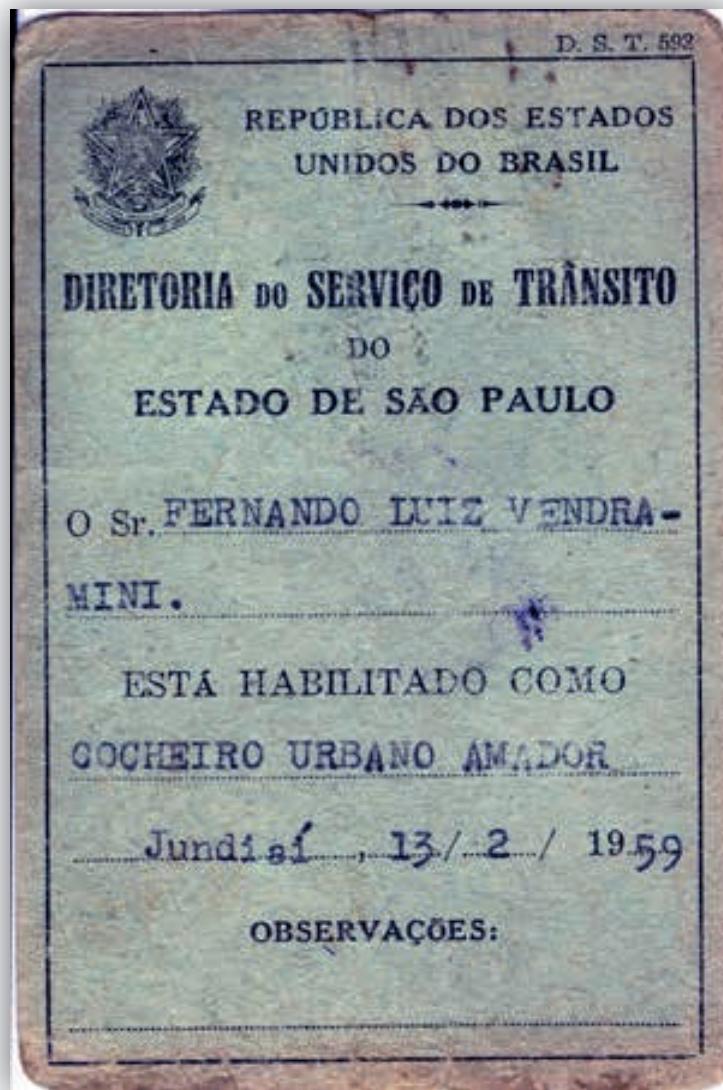
FOTO 66

Detalhe de fotografia de uma perspectiva da Rua Barão de Jundiaí a partir do antigo Largo da Matriz (atual Praça Gov. Pedro de Toledo) mostrando, à direita, o atual Museu Histórico e Cultural de Jundiaí "Solar do Barão". Destaque para o grande número de cocheiros retratados nesse local. Início do século 20. Fotografia de Alexandre Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 67

Detalhe da perspectiva da Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de N. S. do Rosário. Fotografia tirada aproximadamente na década de 1910. Fotografia de Alexandre Janczur. Acervo AHMJ. Notar a presença dos carroceiros retratados no local.



FOTOS 68 e 69

Reprodução da Carteira de Habilitação de cocheiro urbano amador de Fernando Luiz Vendramini. Diretoria do Serviço de Trânsito do Estado de São Paulo. 1959. Acervo AHMJ.



FOTO 70

Bebedouro da Vila Arens. Fotografia tirada por volta da década de 1960. Esse bebedouro foi destruído por uma colisão entre um ônibus e um automóvel Veraneio, em maio de 1978. Era usado por quem ia para, entre outros lugares, Estação Ferroviária, Várzea Paulista, estrada velha para São Paulo, Bairro do Castanho. Acervo AHMJ.



FOTO 71

Perspectiva do Largo São José (atual Praça Dr. Domingos Anastácio) em direção ao Largo da Matriz (atual Praça Gov. Pedro de Toledo). Destaque para o bebedouro em primeiro plano. Era usado por quem ia para, entre outros lugares, Bairro da Ponte São João, Colônia, Caxambu, Atibaia. Fotografia da primeira metade século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 72

Perspectiva do Largo São José (atual Praça Dr. Domingos Anastácio) em direção ao Bairro da Ponte São João. No primeiro plano, à direita, o busto do Dr. Domingos Anastácio. O bebedouro aparece em segundo plano. Fotografia de 1940. Acervo AHMJ.



FOTO 73

Fotografia tirada na década de 1930, com as obras de remodelação do antigo Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira). Ao fundo a construção da Igreja de N.S. do Rosário e São Benedito e, no centro, o antigo bebedouro. A a construção do bebedouro data da década de 1830, mas, desde o século 17, era ponto de abastecimento das bandeiras que adentravam o território, por isso a denominação Praça da Bandeira. Foi demolido pela Prefeitura na década de 1960, por solicitação dos moradores do entorno. Era usado para quem ia para, entre outros lugares, Sorocaba e Itu. Acervo AHMJ.



FOTO 74

Fotografia do bebedouro do antigo Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira/Terminal Central). Meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 75

Fotografia do bebedouro da Barreira, na atual Praça Barão do Japy. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ. Era usado para quem ia para, entre outros lugares, Vila Lacerda, Hortolândia, Itatiba, Campinas, Minas Gerais. É o único bebedouro ainda existente na cidade, mas desativado.

## A água como beleza: fontes em espaços públicos



FOTO 76

Detalhe da perspectiva destacando a fonte em frente à Igreja N. S. do Desterro. Meados do século 20. O encantamento do grupo de crianças pela fonte pode ser interpretado como a representação de um valor cultural presente no urbanismo português e de outros países europeus, onde fontes públicas são comuns no espaço urbano com o objetivo de embelezamento. Fotografia de João J. Janczur. Meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 77

Perspectiva destacando a fonte em frente à Igreja N. S. do Desterro. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 78

Perspectiva da atual Praça Governador Pedro de Toledo, destacando a fonte em frente à Igreja N. S. do Desterro. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 79

Perspectiva da atual Praça Governador Pedro, com o calçamento em primeiro plano e posteriormente a fonte e, ao fundo, a Igreja N. S. do Desterro. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 80

Detalhe da perspectiva da atual Praça Governador Pedro, com o calçamento em primeiro plano e posteriormente a fonte e, ao fundo, a Igreja N. S. do Desterro. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 81

Reprodução de um negativo de vidro com uma perspectiva da atual Praça Gov. Pedro de Toledo e no qual há a indicação de que será usado como cartão postal. Foto Ideal, da família Janczur. Meados do século 20. Acervo AHMJ. A indicação da composição do cartão postal, expressa no corte do negativo de vidro, evidencia a valorização da fonte para compor o registro do espaço da praça principal da cidade. A composição segue uma linha que compõe um eixo entre as torres da igreja e a fonte.



FOTO 82

Perspectiva frontal da fonte e, ao fundo, a Igreja de N. S. do Desterro, na atual Praça Governador Pedro de Toledo. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 83

Perspectiva do fundo da Igreja N. S. do Desterro (atual Praça Marechal Floriano Peixoto) com destaque para uma fonte neoclássica inaugurada no final do ano de 1920, após uma remodelação da praça, e removida em outra reforma ocorrida entre os anos de 1938 e 1943. Fotografia Janczur. Décadas de 1920/1930. Acervo AHMJ



FOTO 84

Perspectiva do fundo da Igreja N. S. do Desterro (atual Praça Marechal Floriano Peixoto) mostrando a Rua do Rosário, em segundo plano, à esquerda. Em primeiro plano, destaque para a praça com a fonte à esquerda. Fotografia Janczur. Décadas de 1920/1930. Acervo AHMJ.



FOTO 85

Detalhe da perspectiva do fundo da Igreja N. S. do Desterro (atual Praça Marechal Floriano Peixoto) mostrando a Rua do Rosário, em segundo plano, à esquerda. Em primeiro plano, destaque para a praça com a fonte à esquerda. Fotografia Janczur. Décadas de 1920/1930. Acervo AHMJ.



FOTO 86

Perspectiva do fundo da Igreja N. S. do Desterro (atual Praça Marechal Floriano Peixoto) mostrando a Rua do Rosário, em segundo plano, à esquerda. Em primeiro plano, os transeuntes e a fonte neoclássica à direita. Fotografia Janczur. Décadas de 1920/1930. Acervo AHMJ.

## Os rios Jundiaí, Guapeva e Córrego do Mato na paisagem da cidade

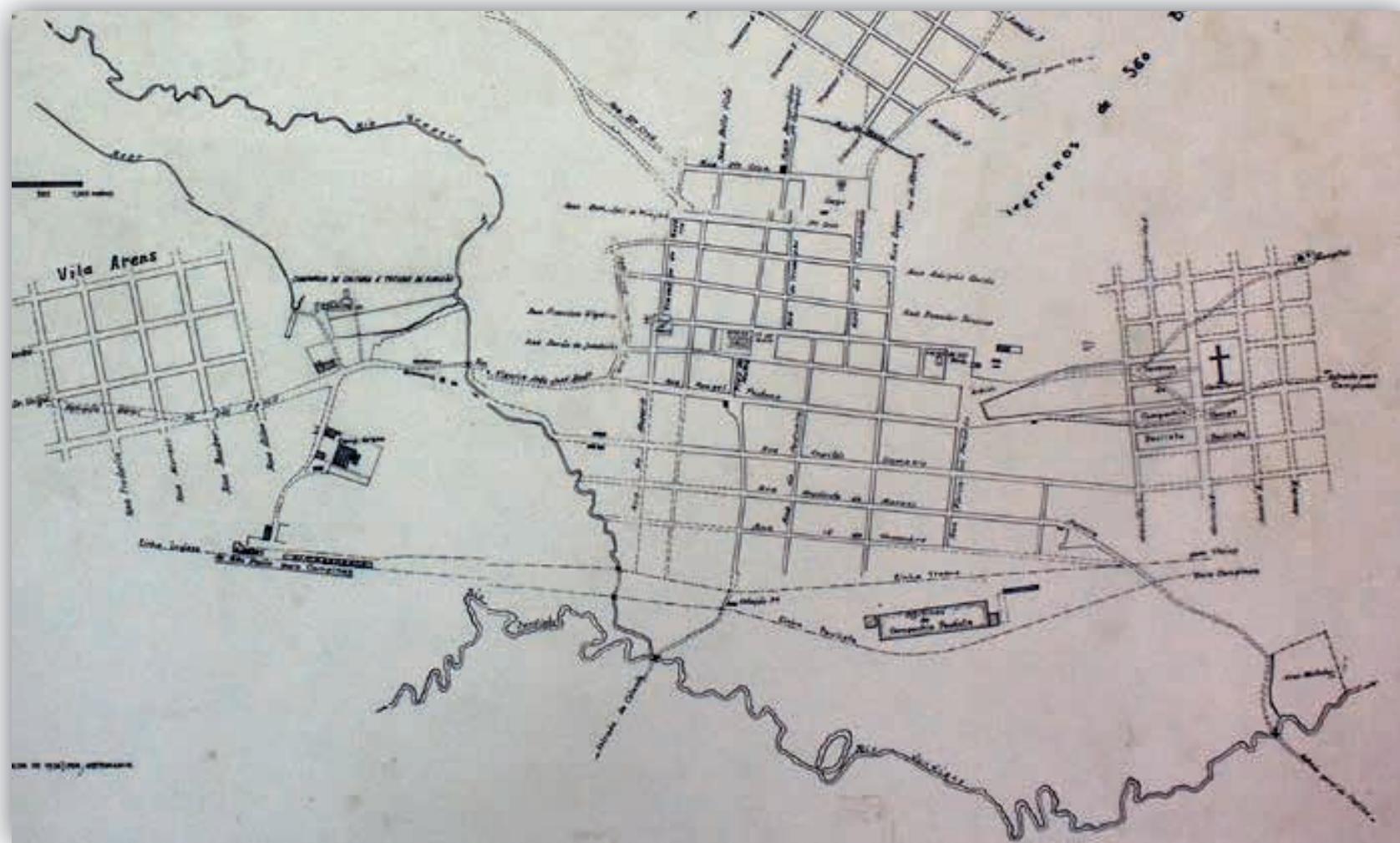


FOTO 87

Detalhe da planta da cidade de Jundiaí (1893). Original feito em 1893. Acervo AHMJ. O recorte feito nessa imagem usou como referência a representação dos rios 'Jundiaí', 'Guapeva' e 'Rio do Mato' na planta de 1893. Notar o percurso sinuoso do Rio Guapeva e, principalmente, do Rio Jundiaí antes deles serem retificados.

Trecho retirado da Revista Sultana - Revista Mensal Jundiahense - N. 27. Dez. 1935 (Foi mantida a grafia original na transcrição)

*Banham o município, os rios Jundiah com um curso de 50 kilometros; o Jundiah-Mirim com 20 kilometros; o "Guapeva", 20 kilometros de curso, lança-se no Jundiah junto a ponte de S João: o ribeirão da Cachoeira com 15 kilometros; o ribeirão da Ermida, com 13 e o do Caruru com 12 kilometros. Os rios Jundiah e Guapeva e o ribeirão da Ermida são aproveitados como força hydraulica, sendo os dois primeiros e o Jundiah-Mirim muito piscosos. Com excepção do rio Jundiah, que nasce no no municipio e lança-se no Tietê, junto ao salto de Itú, todos os outros tem nascente e foz, dentro do municipio.*

*Os Jundiah e Guapeva dão ocasião a enchentes prejudiciais e nenhum é navegável devido a grandes obstáculos: saltos, corredeiras formadas por blocos de pedra e rocha nativa e pela pouca profundidade. Nas margens do Jundiah existem mais de 20 kilometros de terrenos alagadiços, formando enormes pantanos.*



FOTO 88

Perspectiva do centro da cidade em direção às oficinas da Companhia Paulista, início do século 20. Em primeiro plano, à esquerda, o atual Museu Histórico e Cultural de Jundiaí "Solar do Barão". Em segundo plano, as oficinas da Companhia Paulista, no centro da fotografia. Ao fundo, vê-se a várzea do rio Jundiaí ainda praticamente sem construções no local onde atualmente é o entorno da Av. Antônio Frederico Ozanam. Acervo AHMJ.



RETIFICAÇÃO DE OUTRO TRECHO DO RIO  
JUNDIAÍ - BAIRRO DA PONTE SÃO JOÃO  
1948

FOTO 89

Retificação de trecho do Rio Jundiaí. Bairro da Ponte São João, 1948. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 90

Perspectiva da várzea do Rio Guapeva próxima da Ponte Torta. Esse registro, feito na década de 1930, já indica intervenções de retificação do curso do rio. Notar a ocupação ainda muito esparsa na área da várzea do rio Guapeva, hoje próxima ao bairro do Vianelo. Foto Ideal - Família Janczur. Acervo AHMJ.

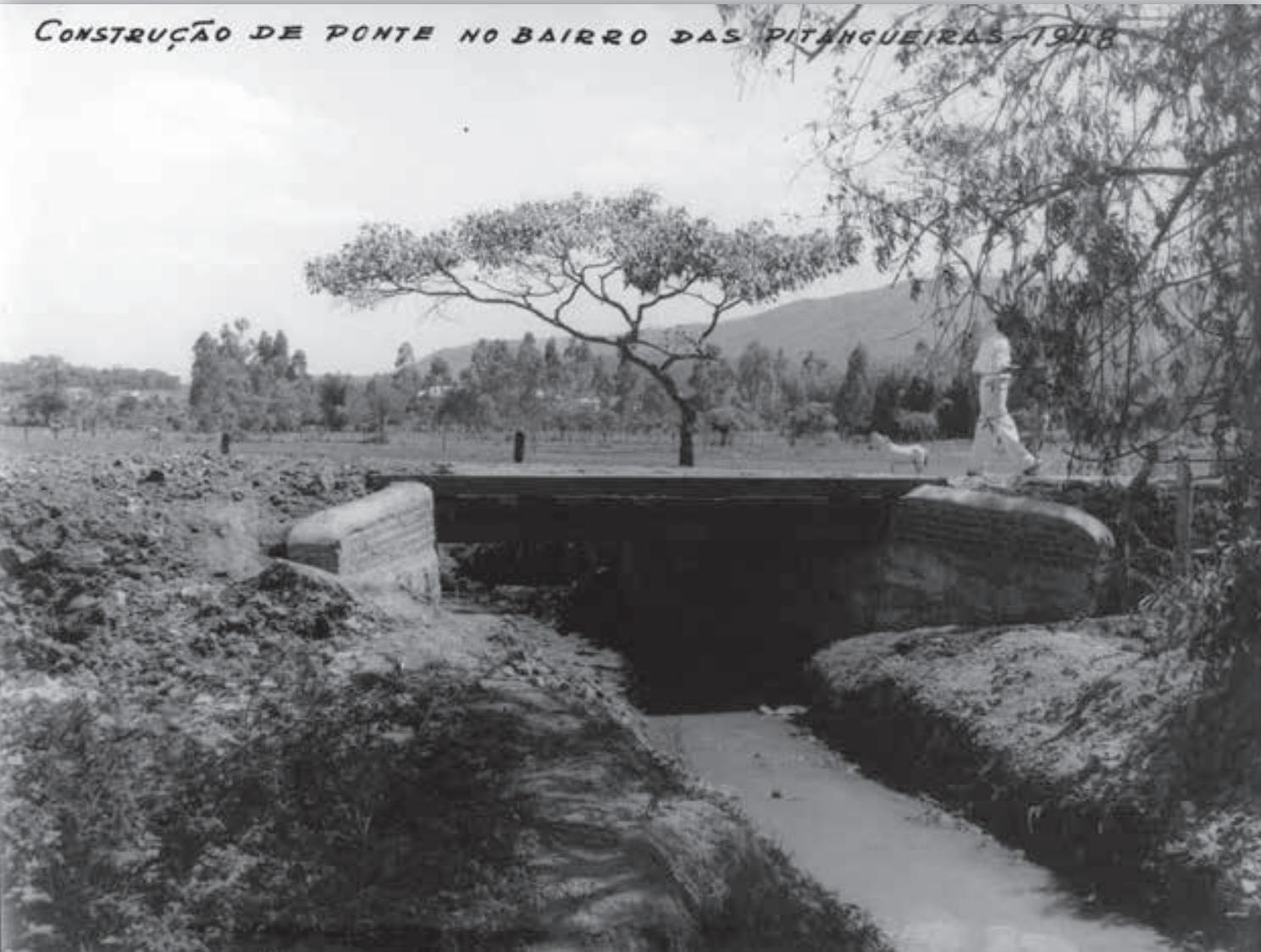


FOTO 91

Ponte construída no Bairro das Pitangueiras. Notar a ausência de construções nessa parte da várzea do Rio Guapeva. 1948.  
Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ.

# PROGRESSO EM ALTA VELOCIDADE



FOTO 92

Divulgação da inauguração da Av. Nove de Julho, em 1975. Fica evidenciada a noção de progresso associado ao modelo rodoviarista.  
Acervo AHMJ.

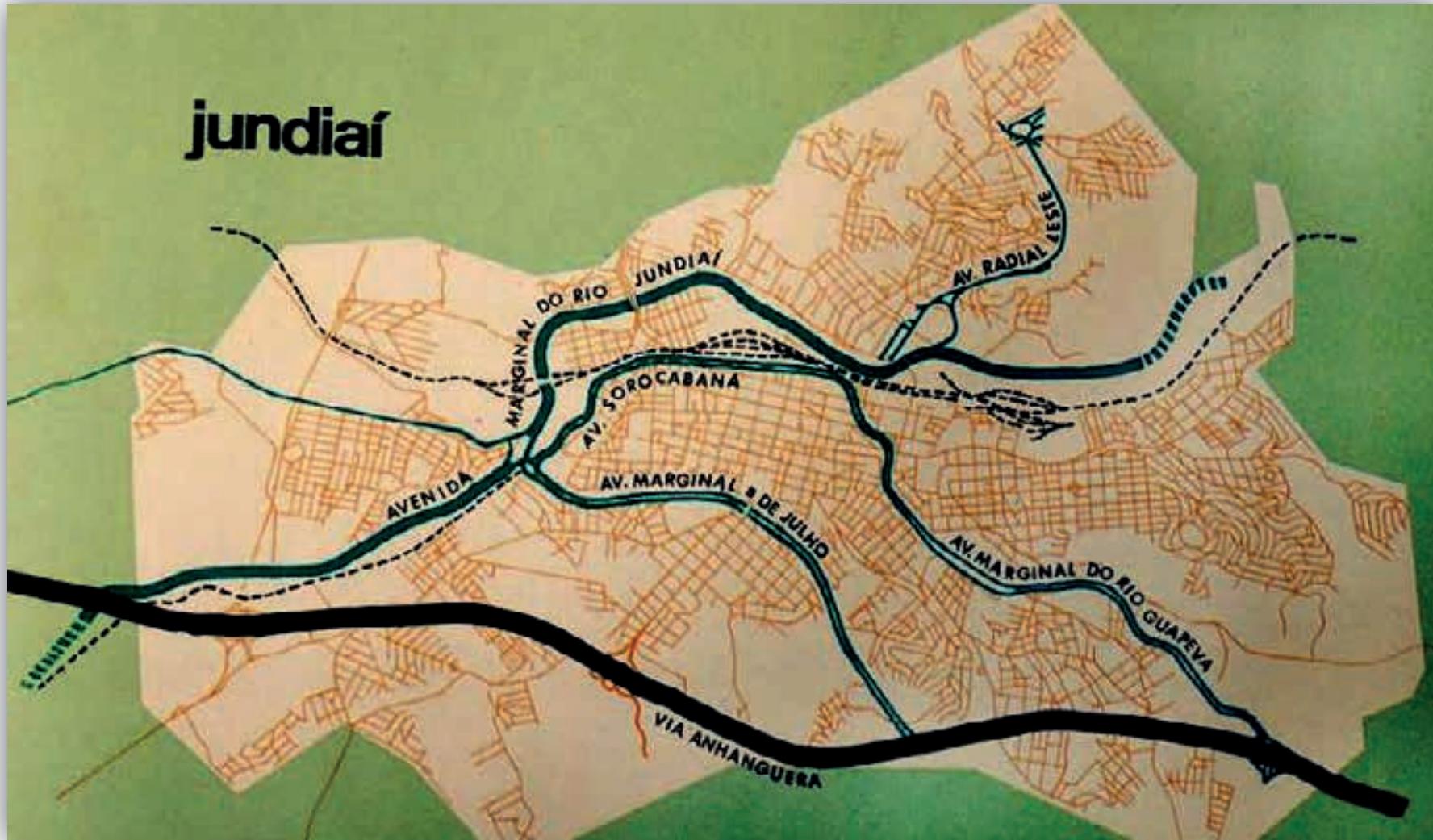


FOTO 93

Divulgação do plano de obras viárias pelo Prefeitura Municipal de Jundiaí, em 1975. Assim como outras cidades brasileiras, como São Paulo, o modelo rodoviário foi a principal referência nos projetos de infraestrutura e mobilidade urbana, com a ocupação dos vales dos rios que passam pelas áreas de crescimento da cidade. Acervo AHMJ.



FOTO 94

Vista aérea da Avenida Marginal do Rio Jundiaí, que foi denominada Avenida Antônio Frederico Ozanan, aparecendo em destaque o pátio de manobras da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, por volta da década de 1970. Notar o percurso do Rio Jundiaí já retificado e um significativo aumento da ocupação por áreas residenciais e galpões, numa região que até cerca de 20 anos antes desse registro tinha a necessidade de cancelas de controle de tráfego, as “porteiras”, no dizer dos moradores mais antigos. Acervo AHMJ.

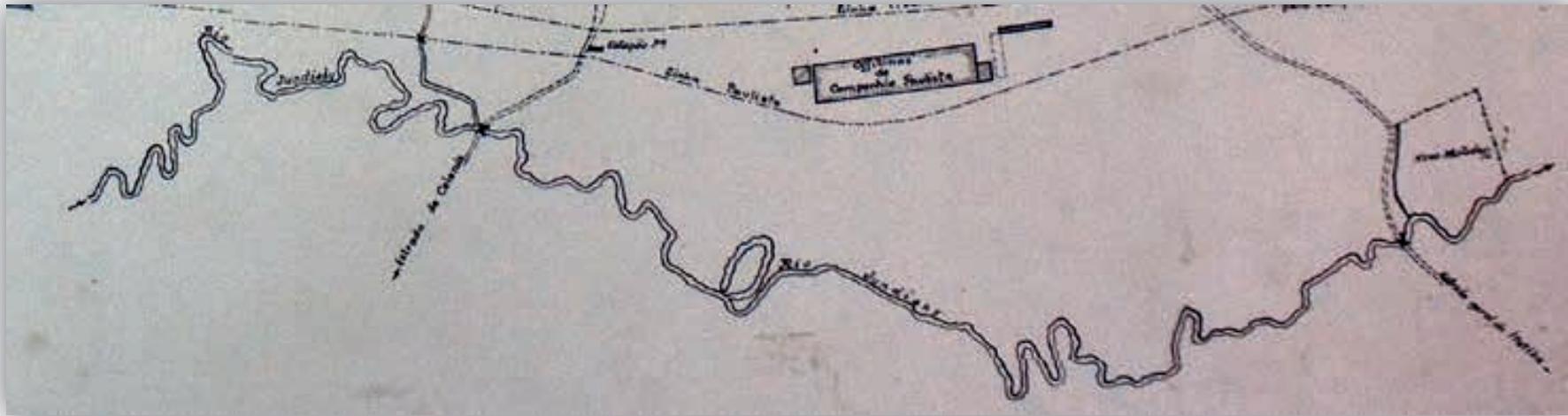


FOTO 95

Detalhe da planta da cidade de Jundiahy (1893). Acervo AHMJ. O recorte feito nessa imagem usou como referência o percurso sinuoso do Rio Jundiaí antes dele ser retificado.



FOTO 96

Obra de retificação do Rio Jundiaí. Fotografia de ago. de 1980. Acervo AHMJ.



FOTO 97

Perspectiva aérea da várzea do Córrego do Mato a partir da Rodovia Anhanguera, retratada na parte inferior da fotografia, em primeiro plano. Década de 1970. Acervo AHMJ.



FOTO 98

Fotografia tirada do pontilhão da Avenida Jundiaí, destacando a retificação do Córrego do Mato e a construção da atual Avenida Nove de Julho. Em segundo plano, à direita, o antigo edifício da rede “Pão de Açúcar Jumbo”, onde atualmente funciona um hipermercado, mas cuja construção original foi um edifício industrial de uma importante indústria têxtil, a tecelagem São Jorge. Ainda hoje há casas remanescentes da vila operária dessa fábrica ao lado desse prédio. Fotografia década de 1970. Acervo AHMJ



FOTO 99

Perspectiva de uma parte da várzea do Córrego do Mato, curso d'água que passa pela atual Av. Nove de Julho. Notar ao fundo o prédio do antigo "Jumbo" e a torre da Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito, construída na década de 1930. Fotografia do início da década de 1970. Acervo AHMJ.



FOTO 100

Perspectiva da retificação do Córrego do Mato (atual Av. Nove de Julho) tendo, ao fundo, a torre da Igreja N. S. Senhora do Rosário e São Benedito e ao lado o galpão do antigo "Jumbo Eletro" (atualmente um hipermercado). Fotografia da década de 1970. Acervo AHMJ.



FOTO 101

Perspectiva do Córrego do Mato, tendo em segundo plano, à esquerda, o prédio da fábrica da Vigorelli. No local foi construído um shopping center. Fotografia da década de 1970. Acervo AHMJ.



FOTO 102

Perspectiva das obras na várzea Córrego do Mato sendo retratados a retificação do curso d'água e a construção da atual Av. Nove de Julho. Em segundo plano, à direita, o prédio da fábrica da Vigorelli (atualmente um shopping center) e, ao fundo à esquerda, a torre da Igreja N. S. do Rosário e São Benedito. Fotografia da década de 1970. Acervo AHMJ



FOTO 103

Fotografia tirada do "Escadão" da enchente do Rio Guapeva, em 1929, na Vila Arens. Notar à esquerda a vila operária e os edifícios da Argos Industrial S/A inundados. As águas chegavam nos quarteirões vizinhos, onde fica o atual prédio da Receita Federal e que originalmente foi o galpão industrial da tecelagem Rappa Milanni. Fotos Unidas Janczur e Piva. Acervo AHMJ.



FOTO 104

Perspectiva da Rua Vigário J.J. Rodrigues, tendo no centro da imagem uma ponte sobre o Rio Guapeva. Ao fundo, o morro do Escadão, a antiga Escola Industrial (atual EE Antenor Soares Gandra), o Grupo Siqueira Moraes (atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes) e o Cine Theatro Polytheama. Janeiro de 1949. Foto Record. Lasdislau Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 105

Enchente no Rio Guapeva, tendo ao fundo a Ponte da Torta, em 22/02/1970. Acervo AHMJ.



FOTO 106

Perspectiva da Vila Arens mostrando moradores visualizando a enchente do Rio Guapeva, em 1929. Fotos Unidas Janczur e Piva. Acervo AHMJ.



FOTO 107

Perspectiva mostrando a inundação do Rio Guapeva e, ao fundo, o morro do Escadão e o prédio da antiga Escola Industrial, atual EE. Antenor Soares Gandra. Fotografia por volta da década de 1970. Acervo AHMJ.



FOTO 108

Fotografia de um bloco de carnaval, "Guapeva", em Jundiaí, na primeira metade do século 20. Essa fotografia nos indica como as enchentes no Rio Guapeva já faziam parte do imaginário social. Daí a lógica do humor do grupo de amigos e amigas: eles vestidos de marinheiros, num carro paramentado como um barco e um dos participantes segurando uma flâmula escrito "Guapeva". Fotografia de Janczur. Acervo AHMJ.

# 6 Capítulo

## O início da industrialização em Jundiaí (1870 - 1950)

Por ocasião da greve da Paulista, estavam também em greve as tecedeiras da “São Bento”, em Jundiaí. Eis o que dessa penitenciaria nos disse um diário: O motivo da greve, segundo estamos informados, foi a redução dos salários.

Na fábrica de tecidos “S. Bento”, de Bento Pires & Comp., trabalha-se desde as 6 horas da manhã às 8 e meia da noite, com carga de  $\frac{3}{4}$  de hora para o almoço e  $\frac{3}{4}$  para o jantar. O filho do gerente e co-proprietário da fabrica possue, junto desta, um armazém que vende fiado, pelo preço da praça, descontando a dívida no salário.

A fábrica tem 200 operários, na maioria mulheres e crianças. Homens há uns 20. O preço da mão de obra é o seguinte: 2 peças, de 40 metros cada uma, I\$000 e passaria a 800 reis se diminuisse a produção. Há multas de I\$000 e 2\$000, quando não é produzido o que está marcado como tarefa do costume.

Parte das operárias moram longe da fábrica. Levantam-se às 5 da madrugada, para caminharem uma hora, mais ou menos. Voltam às 9 da noite, comem e deitam-se das 10 às 11.

*Trecho do jornal anarquista A Terra Livre, publicado em 28 de junho de 1906, que trata das condições de trabalho na tecelagem São Bento, na Vila Arens em Jundiaí (foi mantida a grafia original da época). Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)/ Unicamp*

Jundiaí tem hoje um parque industrial bastante diversificado. Historicamente, podemos considerar que o primeiro momento da industrialização na cidade abrangeu o período próximo das décadas de 1870 a 1950 e está relacionado diretamente à presença de importantes ferrovias, como a São Railway, Companhia Paulista e a Sorocabana. Nesse primeiro momento da industrialização, destacavam-se principalmente as tecelagens, as oficinas da Companhia Paulista, cerâmicas, metalúrgicas e indústrias alimentícias.

O bairro da Vila Arens foi o primeiro sítio industrial de Jundiaí, devido à proximidade com a estação ferroviária e pela presença do Rio Guapeva, usado no início da industrialização de Jundiaí como local de descarga, sem nenhum tratamento, dos resíduos dos processos produtivos.

A partir de meados do século 20, começa a se delinear uma nova configuração industrial que tem a ver, entre outros motivos, com a substituição da ferrovia pelo progressivo predomínio do modelo rodoviário. Na nossa região, esse novo contexto pode ser exemplificado com a construção das rodovias Anhanguera (década de 1940) e Bandeirantes (década de 1970).

O atual distrito industrial foi criado em 1969, mas até meados do século 20, a localização das unidades industriais abrangia principalmente uma área em torno dos bairros da Vila Arens e da Ponte São João. Posteriormente, uma referência importante é o complexo industrial da Companhia Industrial de Conservas Alimentícias (CICA), que impulsionou a ocupação do entorno da fábrica, nas várzeas do Rio Guapeva, com a criação do Jardim Cica e de outros bairros próximos.

Neste capítulo, buscou-se reunir fotografias de pelo menos um exemplo de cada um dos principais segmentos industriais presentes em Jundiaí na primeira fase de sua industrialização (tecelagens, as oficinas da Companhia Paulista, cerâmicas, metalúrgicas e indústrias alimentícias). Por meio da leitura desses registros fotográficos e de plantas da cidade, datadas do final do século 19, podemos visualizar a configuração industrial na paisagem da cidade e valorizar a presença dos operários e operárias, personagens importantes nesse novo cenário da história de Jundiaí.

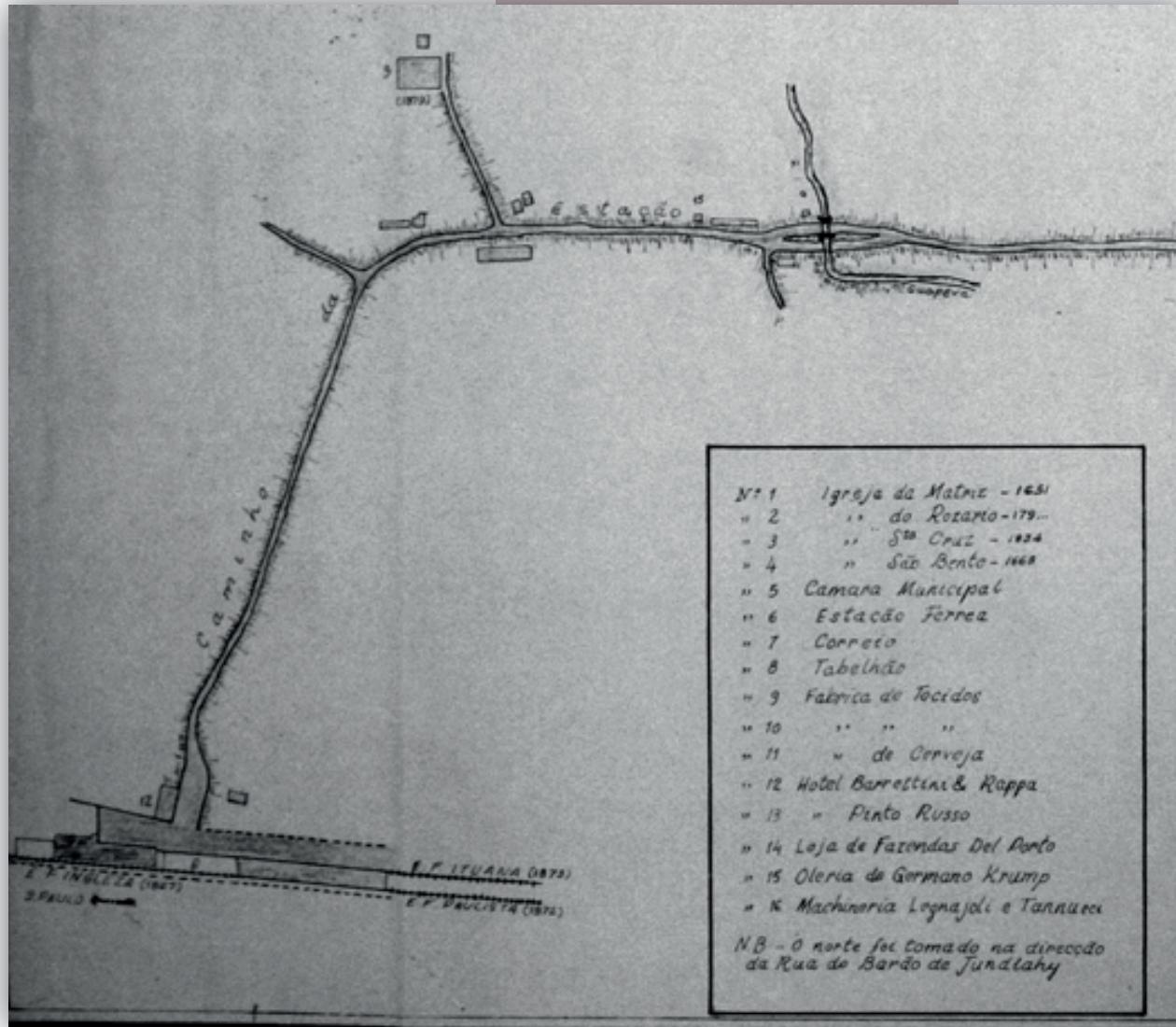


FOTO 109

Detalhe da planta da Cidade de Jundiahuy (1888). Acervo AHMJ. A ocupação urbana nas proximidades da estação é restrita às indicações da legenda (hotel, alguns galpões industriais e comércios), nesse momento.



FOTO 110

Planta da Cidade de Jundiahy (1888). Planta ampliada por Geraldo B. Tomanik em 1977. O original se encontra no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo e foi elaborado pelo engenheiro Carlos Lucchesi em janeiro de 1888. Notar a grafia antiga JUNDIAHY e o termo PROVÍNCIA, substituído pelo termo Estado, a partir da Proclamação da República em 1889. Acervo AHMJ.

Nº 1 Igreja da Matriz - 1651  
" 2 " do Rosário - 179...  
" 3 " " Sta Cruz - 1934  
" 4 " " São Bento - 1668  
" 5 Câmara Municipal  
" 6 Estação Ferrea  
" 7 Correio  
" 8 Tabelhão  
" 9 Fábrica de Tecidos  
" 10 " " "  
" 11 " de Cerveja  
" 12 Hotel Barrettini & Rappa  
" 13 " Pinto Russo  
" 14 Loja de Fazendas Del Porto  
" 15 Oleria de Germano Krump  
" 16 Machineria Legnajoli e Tannucci  
  
NB - O norte foi tomado na direcção  
da Rua do Barão de Jundiahy

FOTO 111

Detalhe da planta da Cidade de Jundiahy (1888). Acervo AHMJ. A legenda da planta indica edifícios religiosos, do poder público e delinea o embrião da paisagem industrial da Vila Arens, o primeiro sítio industrial da cidade, no qual havia indústrias têxteis, alimentícia, metalúrgica, cerâmica, comércios e hotéis.



FOTO 112

Planta da cidade de Jundiahy (1893). Original feito em 1893. Cópia de fevereiro de 1936. Cópia parcial adaptada de 1936 por Geraldo B. Tomanik em 1979. Acervo AHMJ. Notar que, comparativamente à planta de 1888, há um significativo incremento da malha urbana em alguns pontos da cidade, sobretudo no entorno da estação ferroviária, com formação de um plano ortogonal com um eixo central correspondendo à estrada para São Paulo e na parte inferior, à direita, a indicação das oficinas da Companhia Paulista.



FOTO 113

Fotografia da Vila Arens numa perspectiva do antigo "Morro do Grupo", atual "Esplanada Monte Castelo" (popularmente conhecido por "Escadão"). Notar a ocupação da atual Rua Vigário J. J. Rodrigues, no centro da imagem, e os galpões da Tecelagem São Bento, no segundo plano, à direita. Início do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 114

Fotografia da Vila Arens mostrando, no centro da fotografia, a atual Rua Vigário J. J. Rodrigues e, ao fundo, a antiga igreja localizada na atual Praça Quintino Bocaiuva. Notar à esquerda, em segundo plano, a presença de galpões industriais e, à direita, as casas da vila operária da tecelagem São Bento, demolidas na década de 2000. Fotografia das primeiras décadas do século 20. Fotografia de Alexandre Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 115

Fotografia da Vila Arens, a partir do morro do “Escadão”, mostrando no centro da imagem, a atual Rua Vigário J. J. Rodrigues. Notar à esquerda, em primeiro plano, um trecho da Vila Argos Velha, em frente à Tecelagem Rappa Milani (cujo nome social por um período foi Tecelagem Fides). Atualmente é o prédio da Receita Federal. À direita, em segundo plano, as casas da vila operária da Tecelagem São Bento e a Igreja N. S. da Conceição no início da sua construção. Essa fotografia entre os anos de 1927 e 1934, data do início da construção e inauguração da Igreja de N. S. da Conceição. Fotografia de Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 116

Perspectiva da Vila Arens, por volta de 1950. No primeiro plano fica evidenciado o limite da malha urbana e, pelo número de chaminés e galpões industriais, observa-se como a industrialização era significativa nessa região da cidade. Notar no segundo plano, à direita, os edifícios da Argos Industrial S/A e acima o edifício da Escola Industrial (atual Escola Estadual Antenor Soares Gandra). Fotografia de Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 117

Detalhe da perspectiva da Vila Arens, por volta de 1950. Notar dois ícones da modernidade capitalista evidenciados nesse recorte: as chaminés e, no centro da imagem, uma composição ferroviária. Ao projetarmos a visão, tomando como referência a torre da Igreja de N. S. da Conceição e a antiga Escola Industrial localizada no morro à direita, é visível como a malha urbana é incipiente, onde hoje é o Vianelo e o Jardim Cica. Fotografia de Janczur. Acervo AHMJ



FOTO 118

Vista do Bairro da Ponte São João, tendo ao fundo o Bairro da Vila Arens, a região central e Serra do Japi. Meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 119

Perspectiva da Vila Arens em direção ao centro, meados do século 20. A fotografia traz duas linhas paralelas que enquadram o espaço urbano retratado: à esquerda, a linha formada pelas atuais ruas Vigário J.J. Rodrigues e Rangel Pestana e, à direita, a linha formada pela Av. Dr. Cavalcanti e sua continuação, a Rua Marechal Deodoro da Fonseca e a Rua dos Bandeirantes. No meio da fotografia, à direita, destaca-se o edifício do Cine Theatro República. Propositalmente, foi usada uma reprodução do negativo de vidro com as indicações do recorte pretendido pelo fotógrafo. Assim, ficam evidenciados as suas escolhas e aquilo que ele preferiu retirar da imagem que viria a ser um cartão postal. À esquerda, parte da Tecelagem São Bento e a Ponte Torta não foram contempladas no recorte pretendido pelo autor da fotografia. Foto Ideal, da família Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 120

Fotografia do “Escadão” a partir da atual Rua J. J. Rodrigues. Primeiras décadas do século 20. Fotografia de Janczur. Acervo AHMJ. Importante ligação entre o bairro operário da Vila Arens e o centro da cidade. Possivelmente, o seu nome popular mais velho seja “morro do grupo”, devido à localização do escadão, em frente ao antigo “Grupo Escolar Siqueira Moraes”, atual prédio da Pinacoteca Diógenes Duarte Paes. Nessa fotografia, são mostrados o telhado e parte das janelas do referido prédio.

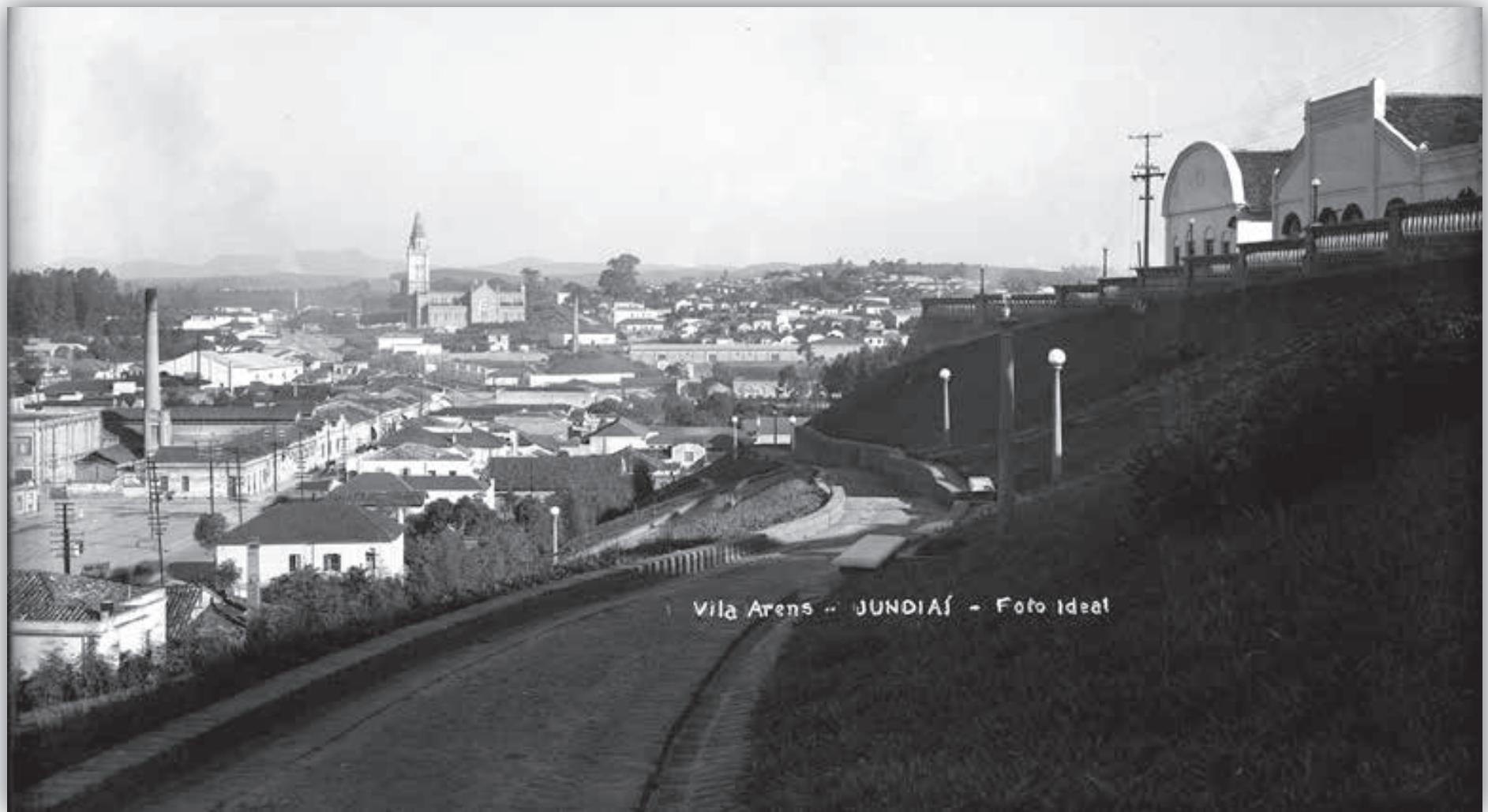


FOTO 121

Cartão postal com vista parcial da Vila Arens, por volta de 1950. No primeiro plano, parte da "Esplanada Monte Castelo" e acima, à direita, a fachada da Escola Industrial (atual EE. Antenor Soares Gandra). Em segundo plano, à esquerda, a chaminé da Tecelagem Rappa Milani e ao fundo a Igreja N. S. da Conceição. Fotografia Foto Ideal, da família Janczur. Acervo AHMJ

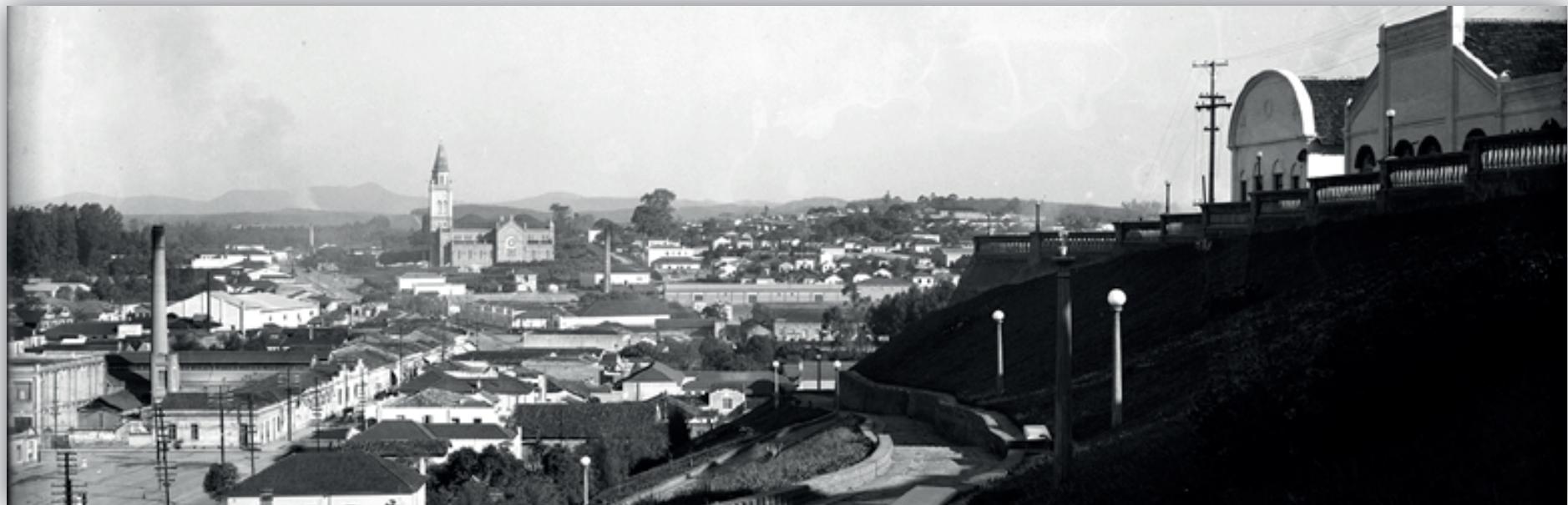


FOTO 122

Detalhe do cartão postal com vista parcial da Vila Arens, por volta de 1950. Fotografia Foto Ideal, da família Janczur. Acervo AHMJ. Notar, no centro da imagem, os galpões da Tecelagem São Bento e a sua vila operária, demolidos na década de 2000. A tecelagem, inaugurada na década de 1870, era de início propriedade da família Queiroz Telles e foi uma importante indústria têxtil com destaque nacional.



FOTO 123

Perspectiva da Tecelagem São Bento, no Bairro da Vila Arens. Início do século 20. Acervo do AHMJ

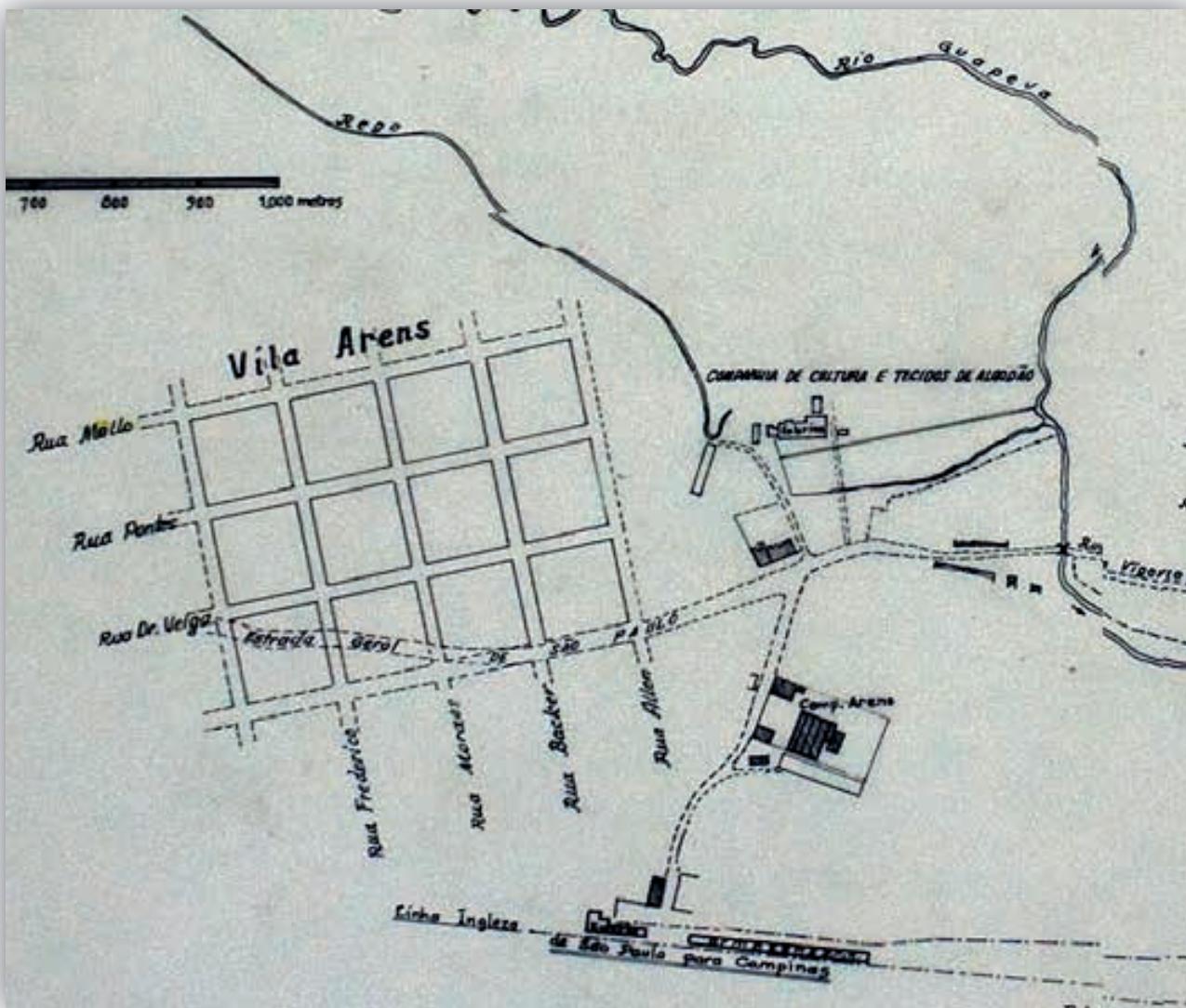


FOTO 124

Detalhe da planta da cidade de Jundiahy (1893). Acervo AHMJ. Notar a Estação Ferroviária da São Paulo Railway ("Linha Ingleza"), a "estrada geral de São Paulo" e a localização da Companhia de Cultura e Tecidos de Algodão, posteriormente chamada de "Tecelagem São Bento". Na parte central, indicação da indústria que deu nome ao primeiro sítio industrial de Jundiaí: Companhia Arens.



FOTO 125

Trabalhadores da indústria S. Paulo Arens e Cia Jundiahy. Metalúrgica que deu origem ao nome do primeiro sítio industrial de Jundiaí: a Vila Arens. Fotografia de Alexandre Janczur. Início do século 20. Acervo AHMJ.

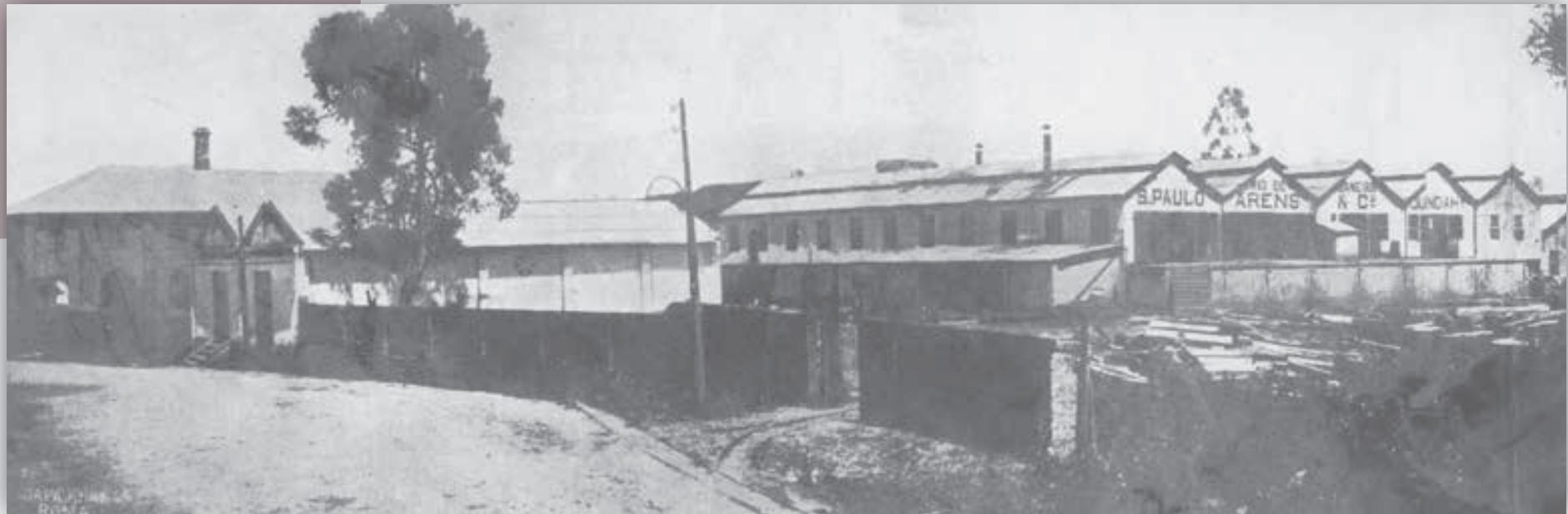


FOTO 126

Vista do galpão da indústria S. Paulo Arens e Cia Jundiahy, localizada na atual Rua Barão do Rio Branco. Fotografia do início do século 20. Acervo AHMJ.

# ARENS IRMÃOS

S. PAULO

RUA DO COMMERÇIO N. 24

ESCRITORIO  
E  
EXPOSICAO  
DE  
Machinas



JUNDIAHY

Fundição e Officinas  
PARA  
CONSTRUÇÃO  
DE  
Machinas

Acceitam quacsquer encomendas para machinas de favoura e industrias  
Quacsquer concertos são feitos com brevidade e a preços modicos

Unicos representantes da afamada fabrica de vapores

**MARSHALL SONS & CO. (Inglaterra)**

**Motores OTTO, a gaz e a kerozene**

RODAS DE AGUA E TURBINAS HYDRAULICAS

MACHINAS PARA SERRARIAS, tipo Robinson

**TRILHOS, VAGONETES, LOCOMOTIVAS**

e todo material para estradas de ferro

**ESPECIALIDADES**

MACHINISMOS COMPLETOS PARA BENEFICIAR CAFÉ

Seccador Arens — Despolpadores

**MOENDAS DE CANNA  
ENGENHOS COMPLETOS PARA ASSUCAR E ARROZ**

Fazem installação de luz electrica para particulares e cidades inteiras

**MOINHOS PARA FUBÁ, CAFÉ E SAL**

TRITURADORES para espigas de milho, casca de cortume e ossos

FOTO 127

Anúncio da Arens e Irmãos.  
Acervo Biblioteca Nacional



FOTO 128

Saída das operárias e operários da Argos Industrial S/A, na Vila Arens. Meados do século 20. Acervo AHMJ. O antigo prédio da tecelagem, pertencente à Prefeitura Municipal desde 1989, atualmente abriga importantes equipamentos educacionais e culturais: departamentos da Unidade de Gestão de Educação; Biblioteca Municipal; Fundação Escola TVTEC Jundiaí; Centro de Línguas; Centro de Capacitação; Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos (CMEJA); Centro de Referência ao Idoso e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).



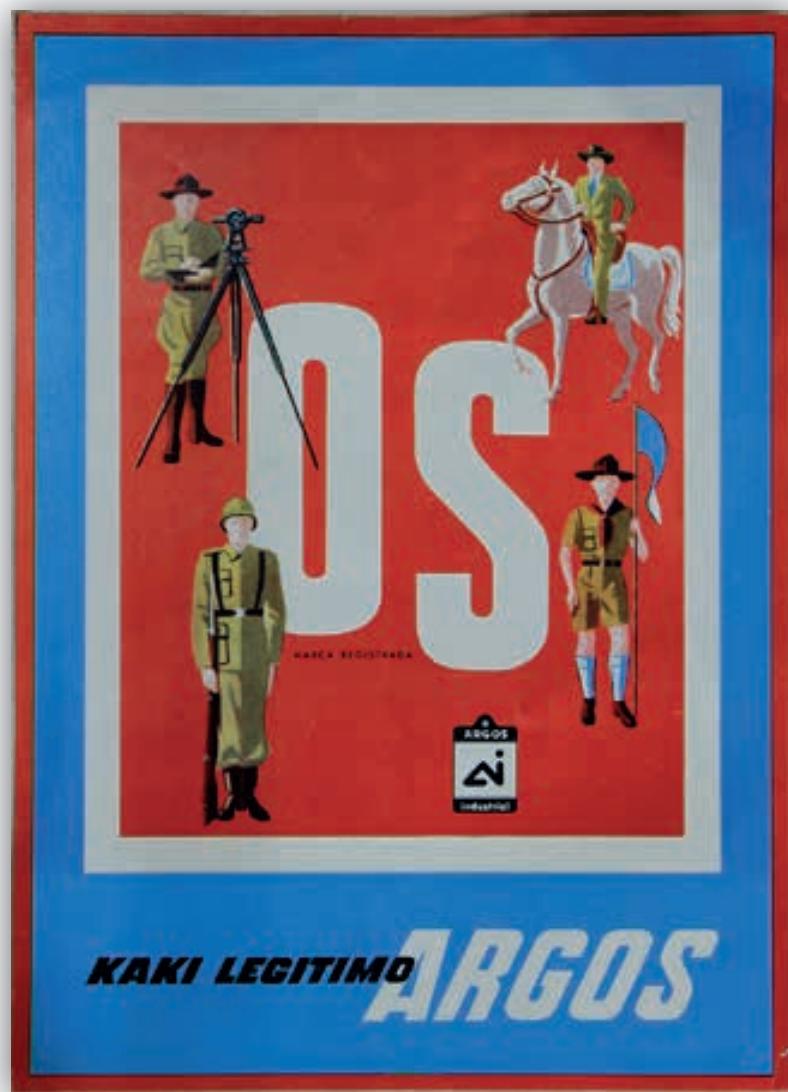
FOTO 129

Cartão postal colorido com vista da Vila Arens com destaque para o conjunto dos edifícios da Argos Industrial S/A. Fotografia tirada do prédio da atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes. Meados do século 20. Acervo AHMJ



FOTO 130

Anúncio publicitário "Kaki Legítimo" da Argos Industrial S/A, meados do século 20. Acervo AHMJ. Notar as várias línguas presentes no anúncio, o que indica a abrangência de vendas dos tecidos produzidos por essa empresa.



FOTOS 131 e 132

Anúncios publicitários "Kaki Legítimo" e "Brim Fazendeiro" da Argos Industrial S/A, meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 133

Perspectiva aérea da Argos Industrial S/A já desativada, após sua falência no início da década de 1980. Fotografia do final da década de 1980. Acervo AHMJ. Desde 2016, o Complexo Argos é tombado nos níveis estadual e municipal, pela sua importância no contexto da história industrial e operária em Jundiaí.



FOTO 134

Vista da caldeira da Argos Industrial S/A. Meados do século 20. Acervo do AHMJ. No projeto de requalificação arquitetônica, após a compra do imóvel pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, a chaminé foi mantida e constitui um importante marco da historicidade do local na atualidade.



FOTO 135

Perspectiva aérea do Bairro da Vila Arens mostrando a demolição da Argos Industrial S/A. Fotografia do final da década de 1980. Acervo do AHMJ. No momento desse registro, a Rua José do Patrocínio tinha apenas uma faixa, nas proximidades da área dos galpões da Argos, e foi ampliada posteriormente.



FOTO 136

Aspecto parcial do maquinário e do trabalho das operárias na fiação de algodão da Argos Industrial S/A. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 137

Operária trabalhando nas roçadeiras de fio de algodão da Argos Industrial S/A. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 138

Operárias na sala de costura. Acabamento de colchas e cobertores. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 139

Operária durante o trabalho na seção de liças da tecelagem da Argos Industrial S/A. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 140

Operárias e operários no setor de fiação. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 141

Aspecto da expedição de tecidos da Argos Industrial S/A. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 142

Operários na produção de cobertores na Argos Industrial S/A. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.

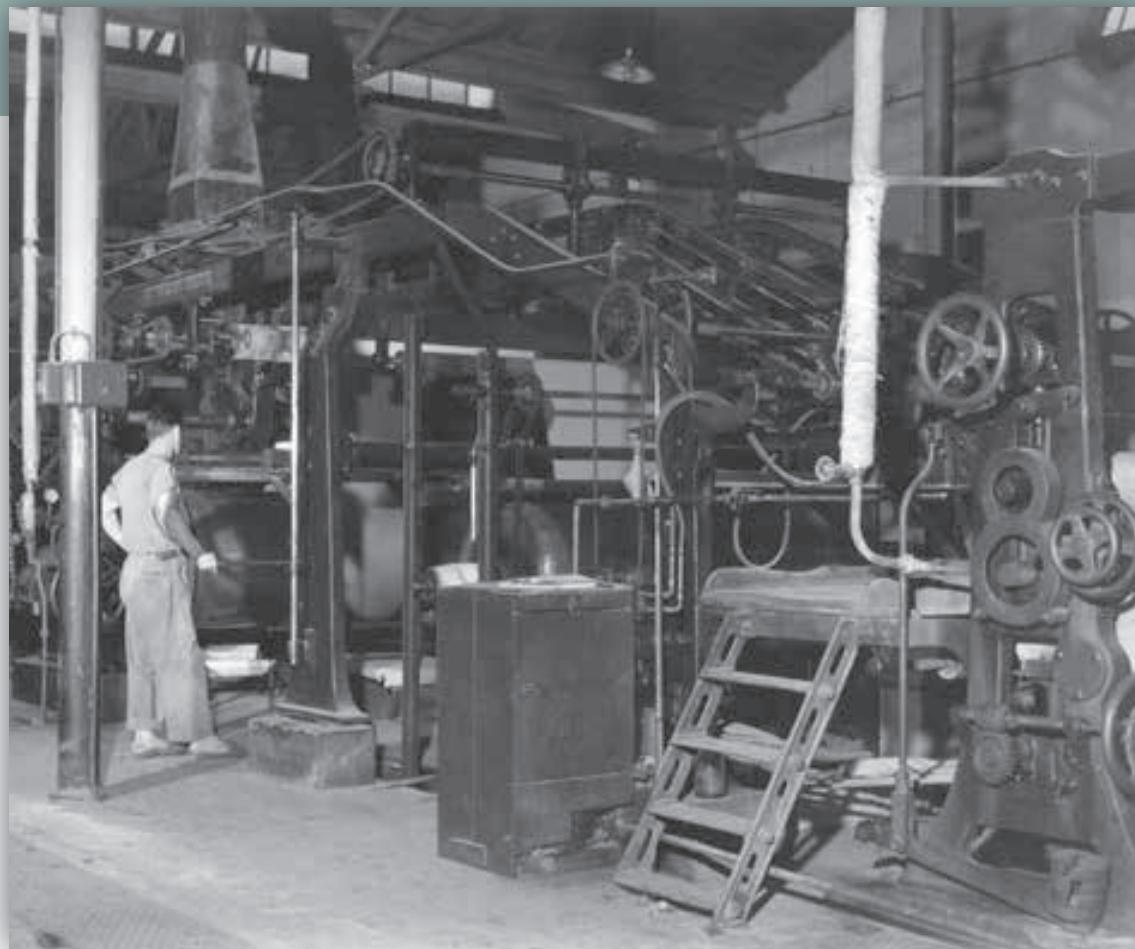


FOTO 143

Aspecto do maquinário relativo à engomadeira da Argos Industrial S/A. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 144

Depósito de fios da Argos Industrial S/A. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 145

Fotografia da Vila Argos. Foto Ideal, de propriedade da família Janczur. Meados do século 20. Acervo AHMJ. Fotografia tirada do prédio da atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes, mostrando em primeiro plano parte da balaustrada da Esplanada Monte Castelo (popularmente conhecido como "Escadão"). No segundo plano, à esquerda, a Vila Argos "nova". No centro, as casas também pertencentes à Argos, na atual Rua Monteiro Lobato e, à direita, parte do galpão e chaminé da Argos Industrial S/A. Ao fundo, as chaminés de fábricas localizadas no Bairro da Ponte São João.



FOTO 146

Detalhe da vista do Bairro da Ponte São João, tendo ao fundo o Bairro da Vila Arens, a região central e Serra do Japi. Meados do século 20. Acervo AHMJ. Notar, em segundo plano, à esquerda, a Argos Industrial S/A e, na sequência, a Esplanada Monte Castelo (popularmente conhecido como "Escadão"), a antiga Escola Industrial (atual EE Antenor Soares Gandra) e o prédio do antigo grupo escolar Siqueira Moraes (atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes), de onde a fotografia anterior foi tirada. Assim, ao visualizarmos as duas fotografias, temos uma apreensão visual de parte significativa da configuração industrial na paisagem de Jundiaí, por volta de 1950.



FOTO 147

Fotografa do interior da Cerâmica Jundiaiense, no Bairro Ponte São João. Fotografia de 1922. Acervo AHMJ.



FOTO 148

Transporte de louça sanitária produzida na Cerâmica Jundiaiense, no Bairro da Ponte São João. Fotografia da década de 1940. Acervo AHMJ.



FOTO 149

Fotografia do interior da Cerâmica Jundiaiense. Em primeiro plano, à esquerda, a matéria-prima usada na produção. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.

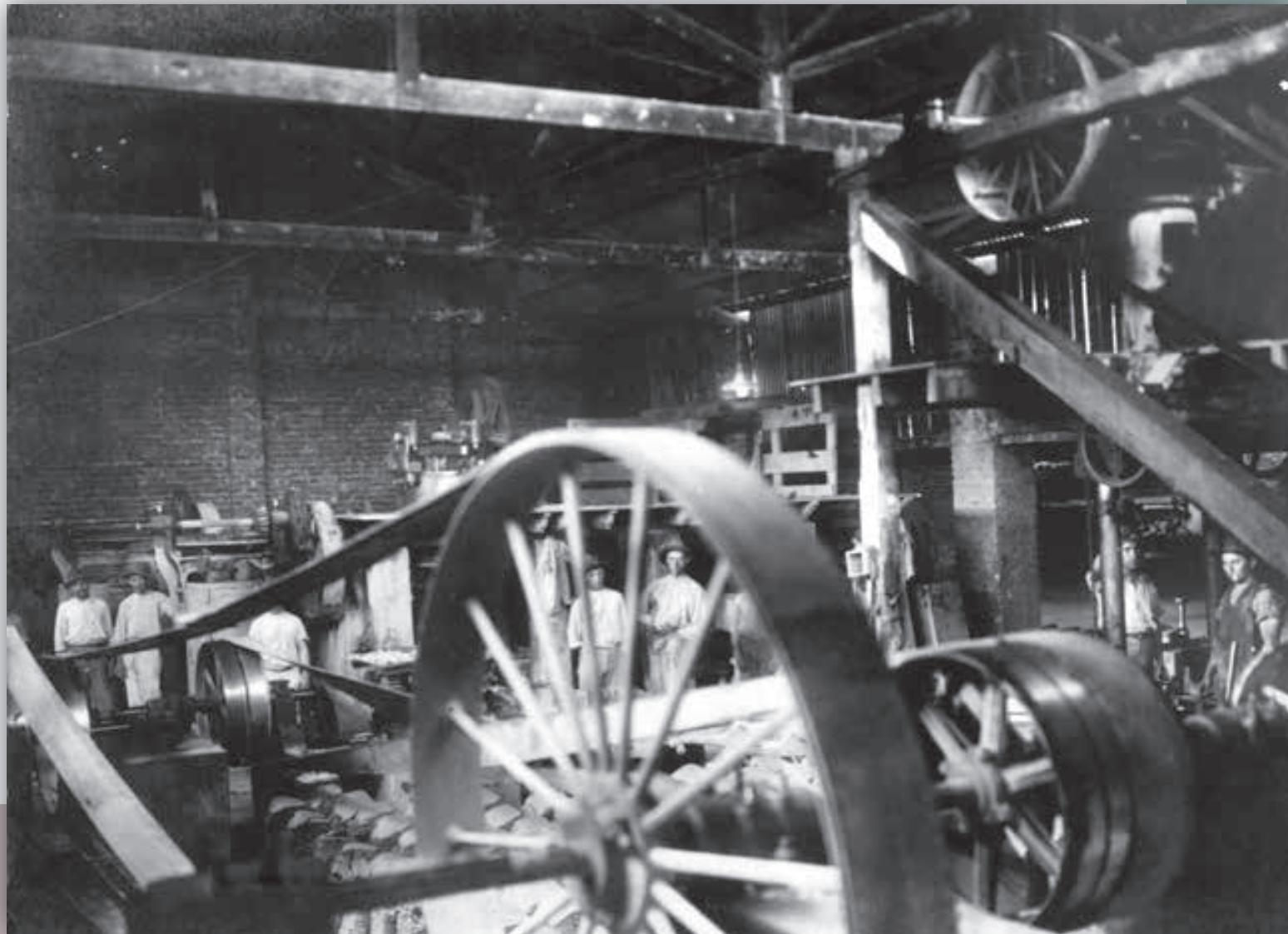


FOTO 150

Fotografia do interior da Cerâmica Jundiaiense. Em primeiro plano, destaque para as polias do maquinário. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 151

Vista do pátio de manobras das antigas oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na primeira metade do século 20. A instalação das oficinas, no final do século 19, teve grande impacto na vida urbana e social da cidade. Essa fotografia, nos mostra a dimensão das antigas oficinas (atualmente o Complexo Fepasa) na configuração urbana de Jundiaí. Acervo AHMJ.



FOTO 152

Operários das oficinas da Companhia Paulista. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ

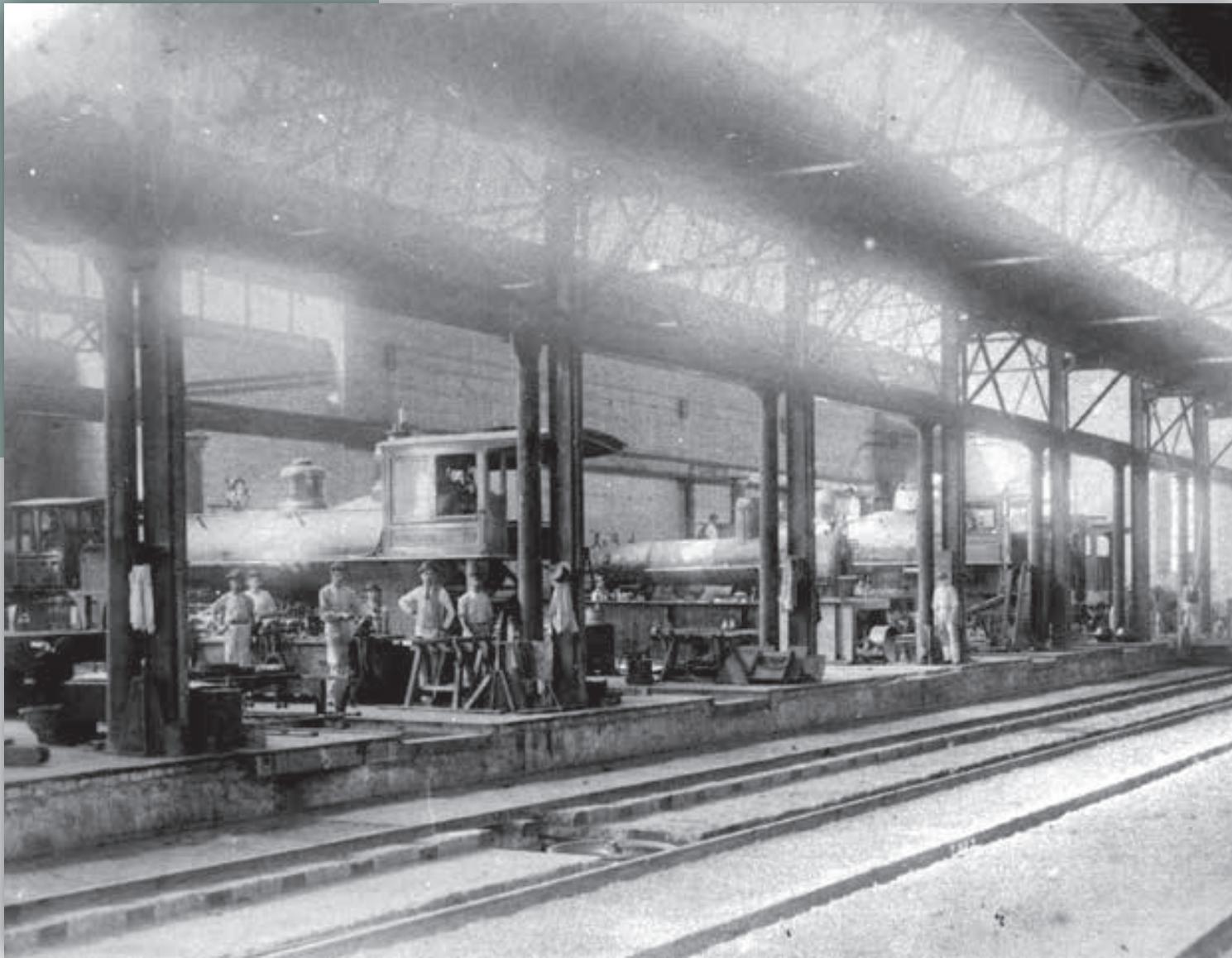


FOTO 153

Interior das oficinas da Companhia Paulista. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.

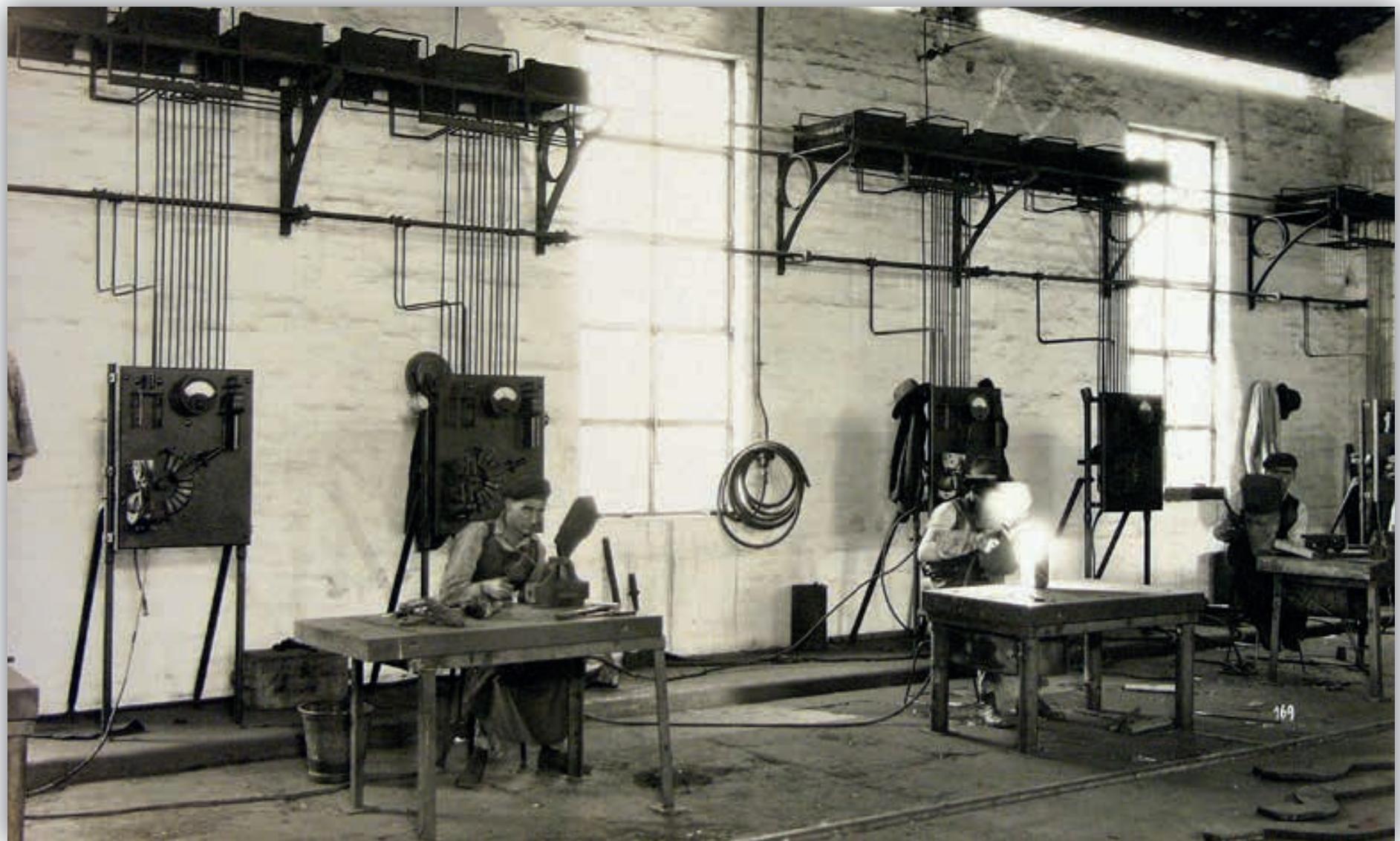


FOTO 154

Interior das oficinas da Companhia Paulista. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 155

Fotografia de maquinistas do lado de fora das oficinas da Companhia Paulista. Fotografia da 1899. Acervo do AHMJ.

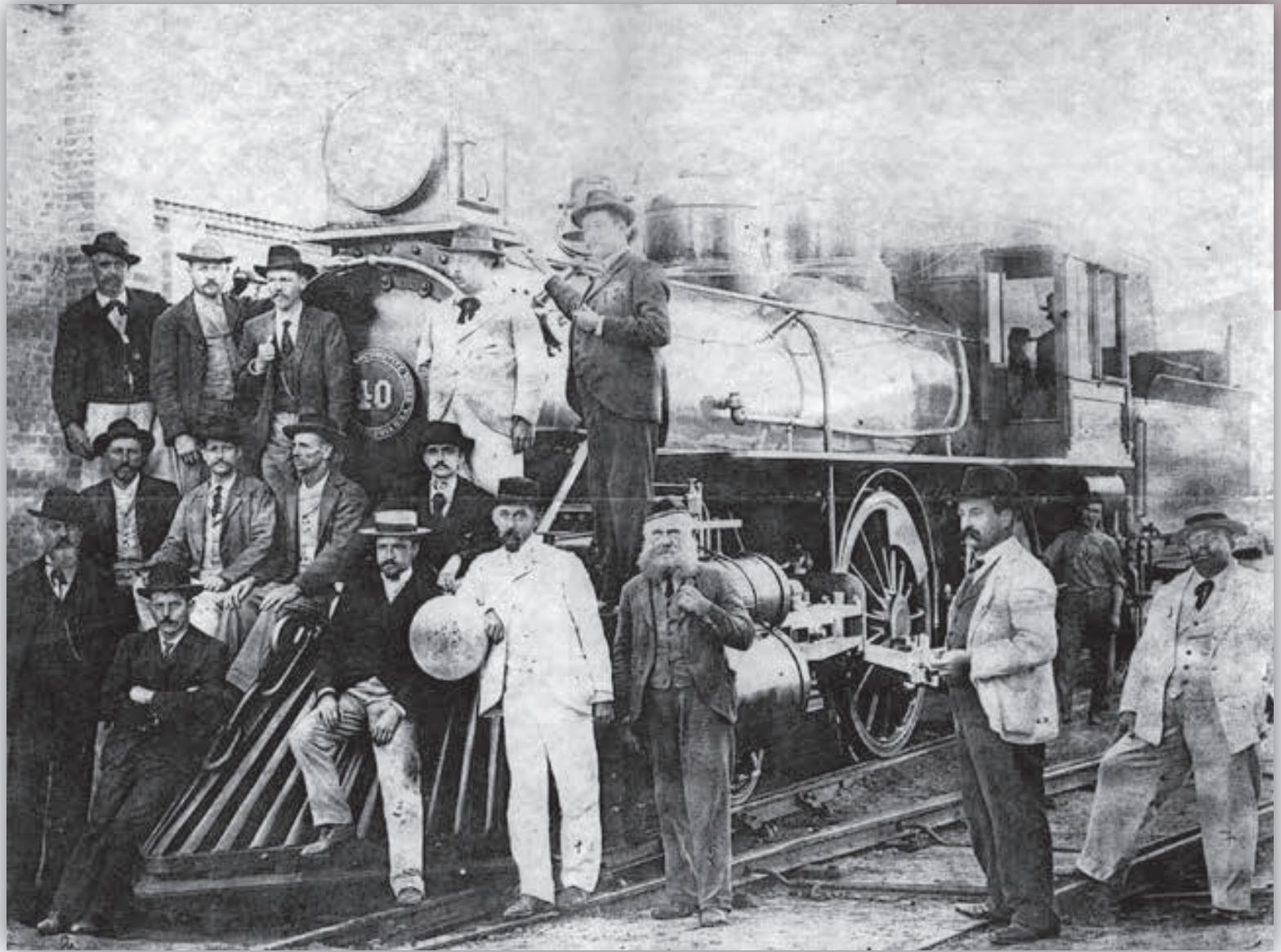


FOTO 156

Mestres e contramestres das oficinas da Companhia Paulista. Fotografia de 1916. Acervo AHMJ.



FOTO 157

Operários das oficinas da Companhia Paulista. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 158

Funcionários e funcionárias dos escritórios da Companhia Paulista. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 159

Perspectiva aérea da fábrica dos fósforos das marcas Argos e Guarany - 'Indústrias Andrade & Latorre'. Em segundo plano, as oficinas da Companhia Paulista e o leito da ferrovia Sorocabana, atual Avenida União dos Ferroviários. Fotografia da década de 1950. Acervo AHMJ. Até a época desse registro fotográfico, a configuração espacial das indústrias em Jundiaí abrangia principalmente uma área em torno dos bairros da Vila Arens, Ponte São João e, posteriormente, os bairros do Vianelo e Jardim Cica.



FOTO 160

Vista parcial da CICA - Companhia Industrial de Conservas Alimentícias, na década de 1940. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ

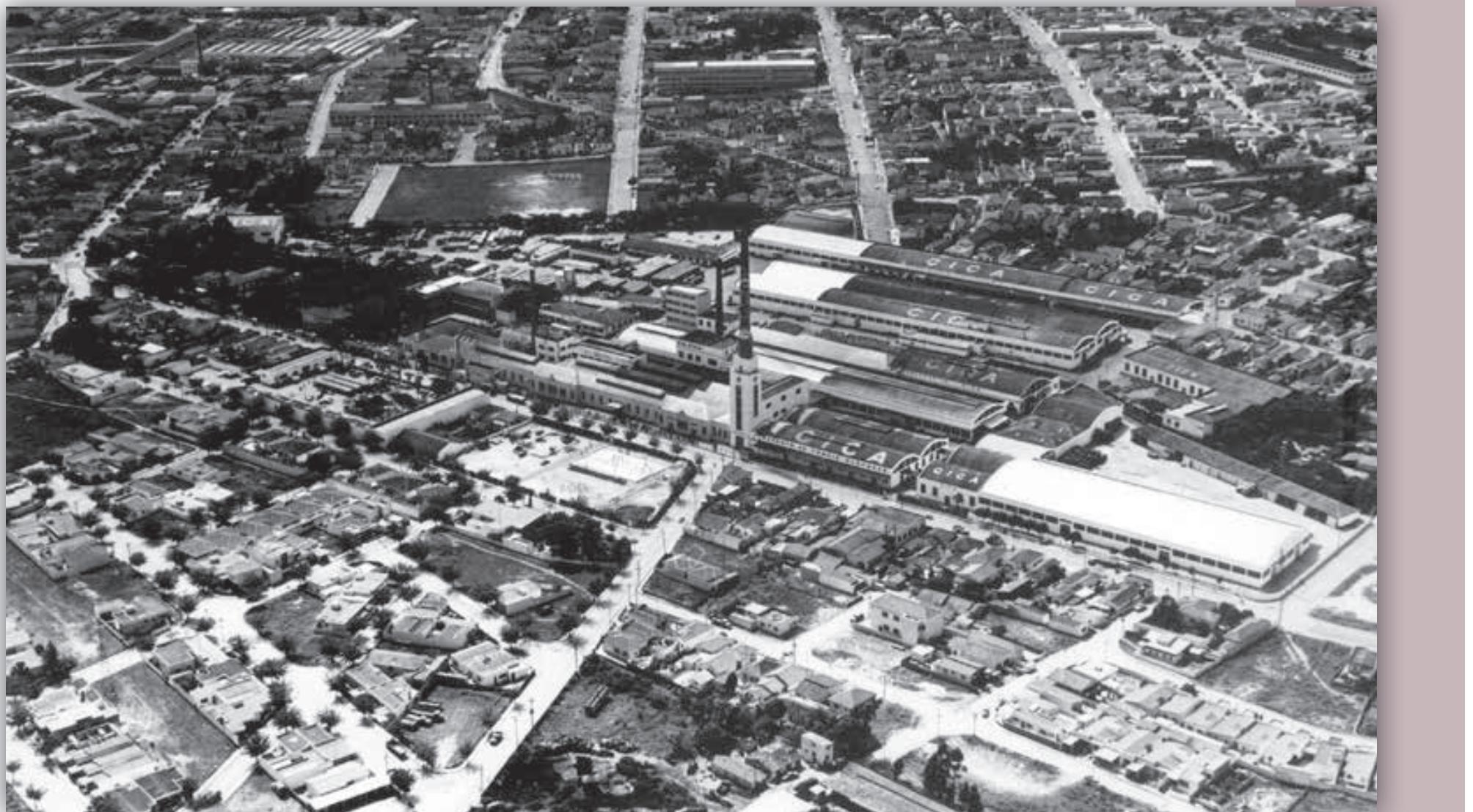


FOTO 161

Perspectiva aérea do complexo industrial CICA, meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 162

Perspectiva aérea do complexo industrial CICA, meados do século do século 20. Acervo AHMJ.

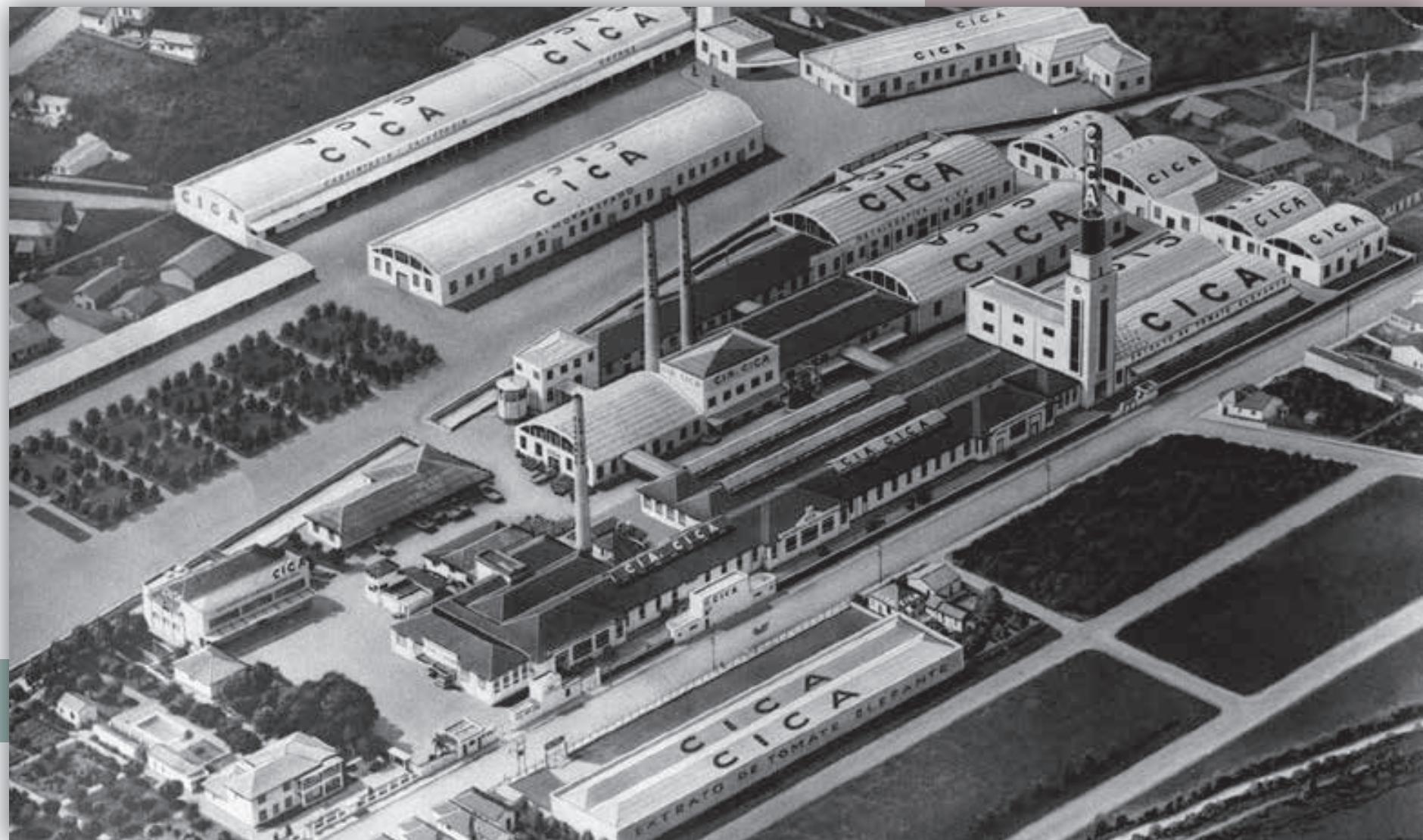


FOTO 163

Fotografia usada em anúncio publicitário do complexo industrial CICA, em meados do século 20. Acervo AHMJ.



FOTO 164

Fotografia em comemoração à vitória decorrente da greve da paridade. À esquerda, o 'caixão dos traidores' e à direita a faixa 'Viva a unidade da classe operária'. Fotografia de meados do século 20. Acervo do AHMJ.

# Registros e ausências nas projeções da modernidade capitalista em Jundiaí

[...] a vontade que eu tenho é de reconstruir essa cidade, que a gente viveu, que a gente transitou pela rua, que a gente não valorizava porque para nós era o cotidiano, mas hoje ela faz falta. Eu tenho tristeza de ver que ela não teve importância para as pessoas, o importante foi ganhar dinheiro.

*Fala de Leonina Belmira de A. Schiavo. Colaboradora do Projeto Entre Vistas: cidades que vivem nas memórias, em encontro coletivo realizado em 30/09/2021.*



Esplanada do Castelo

JUNDIAÍ - SÃO PAULO - BRASIL

FOTO 165

Cartão postal colorido com vista da Vila Arens com destaque para o conjunto dos edifícios da Argos Industrial S/A. Fotografia tirada do prédio da atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes. Meados do século 20. Acervo AHMJ.

A vista da cidade retratada no cartão postal não existe mais por causa da construção de um prédio no cruzamento das atuais ruas Vigário J. J. Rodrigues e Lourenço Bartolomeu, na altura do “Escadão”. Fotografias tiradas a partir desse lugar para compor cartões postais, em meados do século 20, retratando a Vila Arens com seus galpões industriais e chaminés, eram comuns nessa época. Por volta da década de 1950, essa perspectiva representava uma projeção da modernidade capitalista em Jundiaí, ou, numa palavra: o progresso.

Um cartão postal, até hoje, traz imagens construídas para valorizar um determinado local. Assim, nesse artefato visual são reunidos elementos urbanos, arquitetônicos e/ou paisagens naturais para materializar essa projeção positiva. A repetição de determinados elementos é um indicativo das escolhas feitas naquele momento. E no caso dos cartões postais, presentes neste capítulo, a imagem da modernidade em Jundiaí é bem clara e era representada pela Vila Arens. O fato de Jundiaí ter perdido essa vista é negativo em relação à visualidade da sua história industrial e operária no espaço urbano, pois uma dimensão do patrimônio cultural que tem forte valor identitário na sua paisagem urbana foi suprimida.

Assim, uma crítica à perda dessa visualidade da cidade é relacionada às memórias e vivências de uma geração, que até algumas décadas atrás, tinha no ‘Escadão’ um importante espaço de sociabilidade, cujo fluxo não foi modificado, mas cuja visualização da paisagem urbana em seu entorno está prejudicada. A materialidade do “progresso” representado pelo edifício, no cruzamento das ruas Vigário J.J. Rodrigues e Lourenço Bartolomeu, se impõe ao olhar de quem está no ‘Escadão’ e não permite que a cidade seja vista com amplitude.

Os debates e ações na área de patrimônio cultural devem ter na escuta um exercício de compreensão. Talvez, se as memórias e vivências das pessoas acerca desse espaço tivessem sido ouvidas, a cidade ainda poderia ter essa importante referência da sua visualidade e história. As ausências e os apagamentos são elementos importantes na compreensão da história. O fato de esta vista não existir mais pode nos dar indícios para compreendermos nosso próprio momento histórico e nos fazer refletir sobre em qual cidade queremos viver.

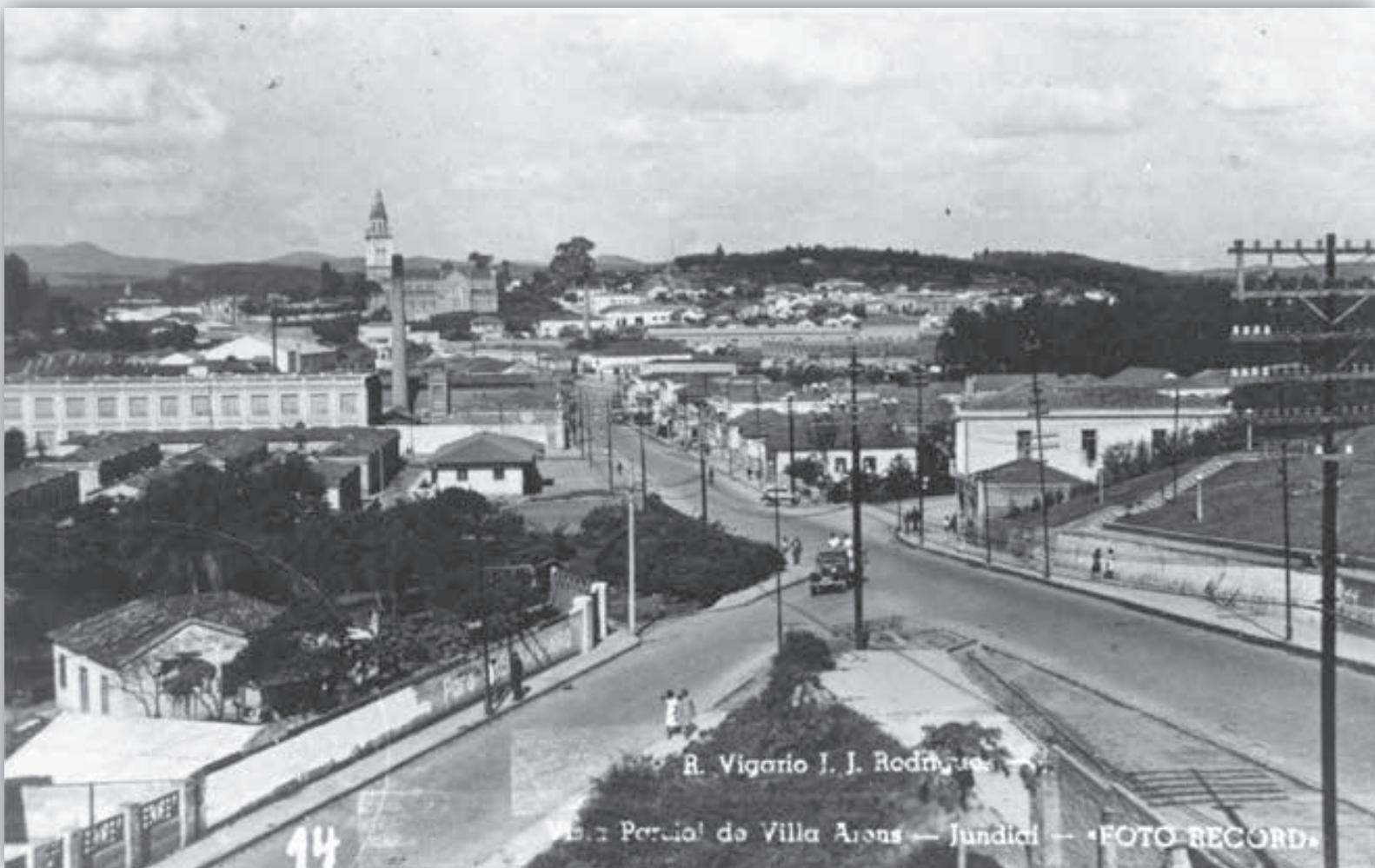


FOTO 166

Cartão postal Vista Parcial da Villa Arens - Jundiaí. Foto Record. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ. Fotografia tirada a partir da Rua Vigário J.J. Rodrigues mostrando, em primeiro plano, à esquerda, o cruzamento com a atual Rua Lourenço Bartolomeu (local em que, hoje, há um edifício) e, à direita, parte da Esplanada Monte Castelo, popularmente conhecida como "Escadão". Em segundo plano, à esquerda, a chaminé da antiga Tecelagem Rappa Milani, onde hoje há um posto de gasolina e, à direita, os galpões da tecelagem São Bento. Ao fundo, a Igreja de N. S. da Conceição.



FOTO 167

Cartão postal - Vista do 'Escadão' no Morro do Expedicionário. Vista Geral De Villa Arens - Jundiaí. Foto Record. Meados do século 20. Acervo AHMJ. Na inscrição do postal, há referência ao nome popular "Escadão" e uma referência aos pracinhas brasileiros que lutaram na 2ª Guerra Mundial (1939 - 1945): "Morro do Expedicionário", homenagem que explica o nome de Esplanada "Monte Castelo", importante batalha vencida pelo Exército brasileiro nesse conflito.



FOTO 168

Cartão postal com vista parcial da Vila Arens, por volta de 1950. No primeiro plano, parte da "Esplanada Monte Castelo" e acima, à direita, a fachada da Escola Industrial (atual EE. Antenor Soares Gandra). Em segundo plano, à esquerda, a chaminé da Tecelagem Rappa Milani e, ao fundo, a Igreja N. S. da Conceição. Fotografia Foto Ideal, da família Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 169

Fotografia da Argos Industrial S/A. Revista Manchete, 1969. Acervo Biblioteca Nacional. Essa fotografia está inserida no contexto de uma reportagem intitulada "Jundiaí: esta cidade é um colosso". O recorte da fotografia indica que há uma valorização da Argos e o contexto no qual ela estava inserida (linhas férreas e outros galpões industriais no seu entorno). Assim, nessa época, a Vila Arens ainda estava ligada a uma imagem positiva de representação da cidade, pois foi uma das perspectivas retratadas para representar Jundiaí pela Revista Manchete, uma das mais importantes publicações jornalísticas brasileiras, na década de 1960.

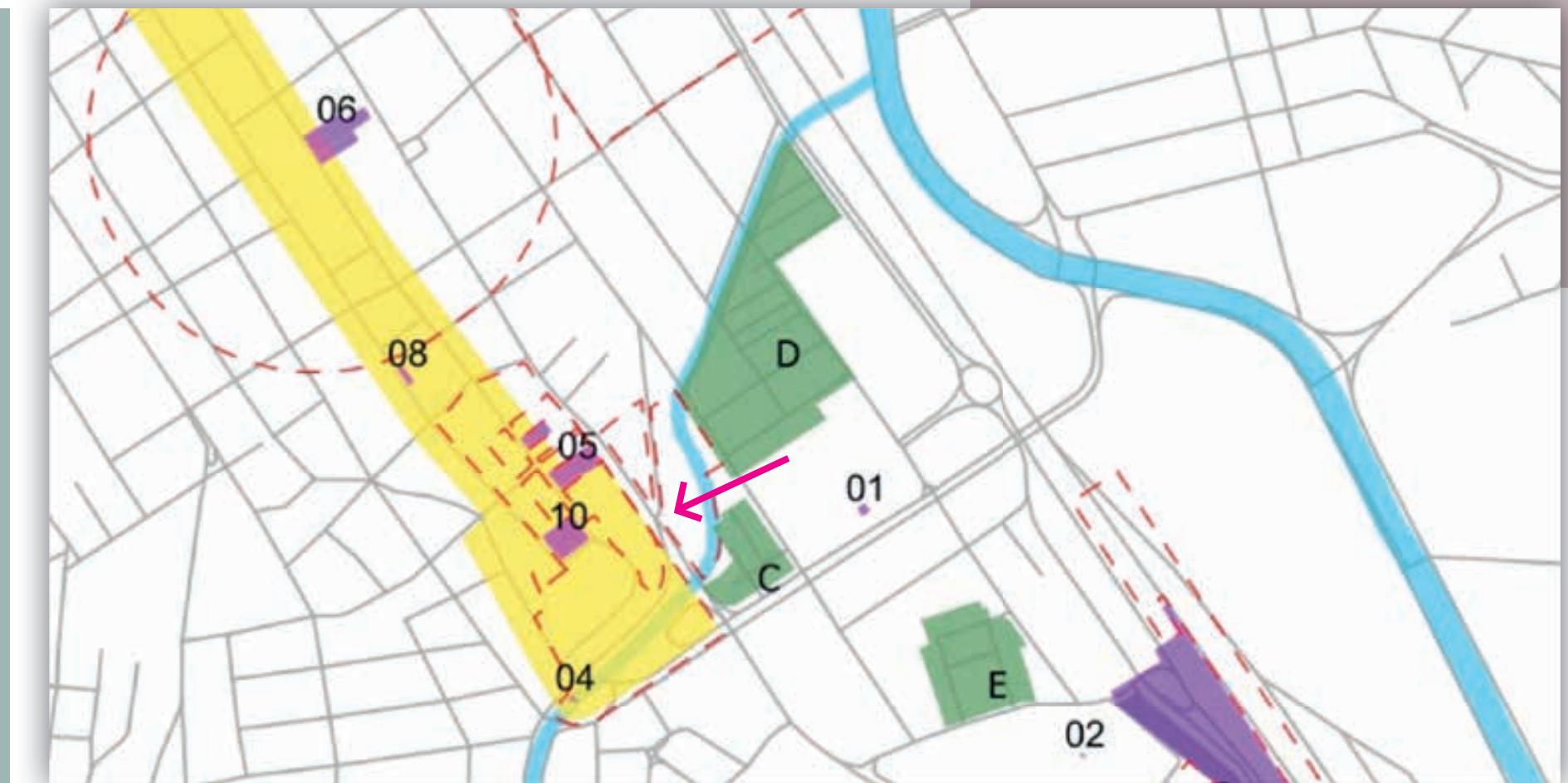


FOTO 170

Detalhe do Mapa Zonas Especiais de Interesse Histórico e Cultural. Disponível em: <https://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Lei-8683-Anexo-I-Mapa-09-ZEIHC.pdf>. Acesso em 26 de nov. de 2021

Em amarelo, uma parte do Polígono de Proteção do Patrimônio Histórico.

01 Chaminé da antiga Argos Industrial S/A; 02 Chaminé da antiga Fiação e Tecelagem Japy S/A; 04 Ponte Torta; 05 Teatro Polytheama; 10 Grupo Escolar Siqueira Moraes

C Vila Argos Velha; D Vila Argos Nova; E Vila Santa Rosa

A seta indica o local construção do edifício no cruzamento das ruas Vigário J. J. Rodrigues e Lourenço Bartolomeu.



FOTO 171

Perspectiva da Rua Vigário J.J. Rodrigues, tendo no centro da imagem uma ponte sobre o Rio Guapeva. Ao fundo, o morro do 'Escadão', a antiga Escola Industrial (atual EE Antenor Soares Gandra), o Grupo Siqueira Moraes (atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes) e o Cine Theatro Polytheama. Janeiro de 1949. Foto Record. Lasdislau Janczur. Acervo AHMJ. Notar, no segundo plano, à direita, o terreno em frente ao 'Escadão', no qual foi construído o edifício, no cruzamento entre as ruas Vigário J.J. Rodrigues e Lourenço Bartolomeu.



FOTO 172

Perspectiva da Esplanada Monte Castelo ('Escadão') em direção ao centro. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ. Notar, em primeiro plano, a Rua Vigário J. J. Rodrigues; na sequência, o 'Escadão' e, ao fundo, a antiga Escola Industrial (atual EE. Antenor Soares Gandra, o prédio do antigo Grupo Escolar Siqueira Moraes (atual Pinacoteca Diógenes Duarte Paes) e a lateral do Teatro Polytheama. Notar, também, na parte central da imagem, o terreno, em frente ao 'Escadão' no qual foi construído o edifício, no cruzamento das ruas Vigário J. J. Rodrigues e Lourenço Bartolomeu.



FOTO 173

Perspectiva da Vila Arens em direção ao centro, meados do século 20. Foto Ideal, da família Janczur. Acervo AHMJ. Notar, no segundo plano, à direita, o terreno em frente ao 'Escadão' no qual foi construído o edifício, no cruzamento entre as ruas Vigário J.J. Rodrigues e Lourenço Bartolomeu.



FOTO 174

Vista da caldeira da Argos Industrial S/A. Meados do século 20. Acervo do AHMJ. No projeto de requalificação arquitetônica, após a compra do imóvel pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, a chaminé foi mantida e constitui um importante marco da historicidade do local na atualidade.



FOTO 175

Vista parcial da Vila Arens. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ. Notar em primeiro plano, à esquerda, a Vila Argos Velha. Nessa fotografia, aparecem duas chaminés no bairro da Vila Arens. No meio da imagem, à direita, a chaminé da tecelagem Rappa Millani, que foi demolida e em cujo espaço, atualmente, há um posto de gasolina. Ao fundo, a chaminé da fábrica de tecidos Japy.



FOTO 176

Detalhe da vista parcial da Vila Arens. Meados do século 20. Fotografia de João J. Janczur. Acervo AHMJ. Notar em primeiro plano, à esquerda, a Vila Argos Velha, na sequência a tecelagem Rappa Millani. Ao fundo, a chaminé da fábrica de tecidos Japy. Ao fundo, a chaminé da fábrica de tecidos Japy. Atualmente o espaço abriga a "Fábrica das Infâncias Japy", equipamento cultural vinculado à Unidade de Gestão de Cultura da Prefeitura de Jundiaí.

FOTO 177

Caderno de desenhos chaminés da Vila Arens, série concluída em 2002, pela artista e educadora Lígia Luciene Rodrigues (\*06/04/1979 +22/11/2018). Acervo familiar. A artista, natural de São Paulo, veio aos 5 anos de idade com a família para Jundiaí e sempre morou em um edifício, na Rua Dr. Emile Pilon, na Vila Arens (local indicado com um 'X' no mapa de seu caderno de desenhos).

Atenta às transformações da cidade, no entorno do local em que morava, a artista fez um caderno de desenhos das chaminés que eram visíveis a partir do seu apartamento, no início da década de 2000. A sensibilidade da artista ao fazer os desenhos dos elementos da paisagem urbana na qual vivia desde a infância produziu importantes registros das permanências e modificações da historicidade industrial da Vila Arens.





FOTO 178

Caderno de desenhos das chaminés da Vila Arens - Japy, de Lígia Luciene Rodrigues (2002). Acervo familiar.



FOTO 179

Caderno de desenhos das chaminés da Vila Arens  
- São Bento, de Lígia Luciene Rodrigues (2002).  
Acervo familiar.

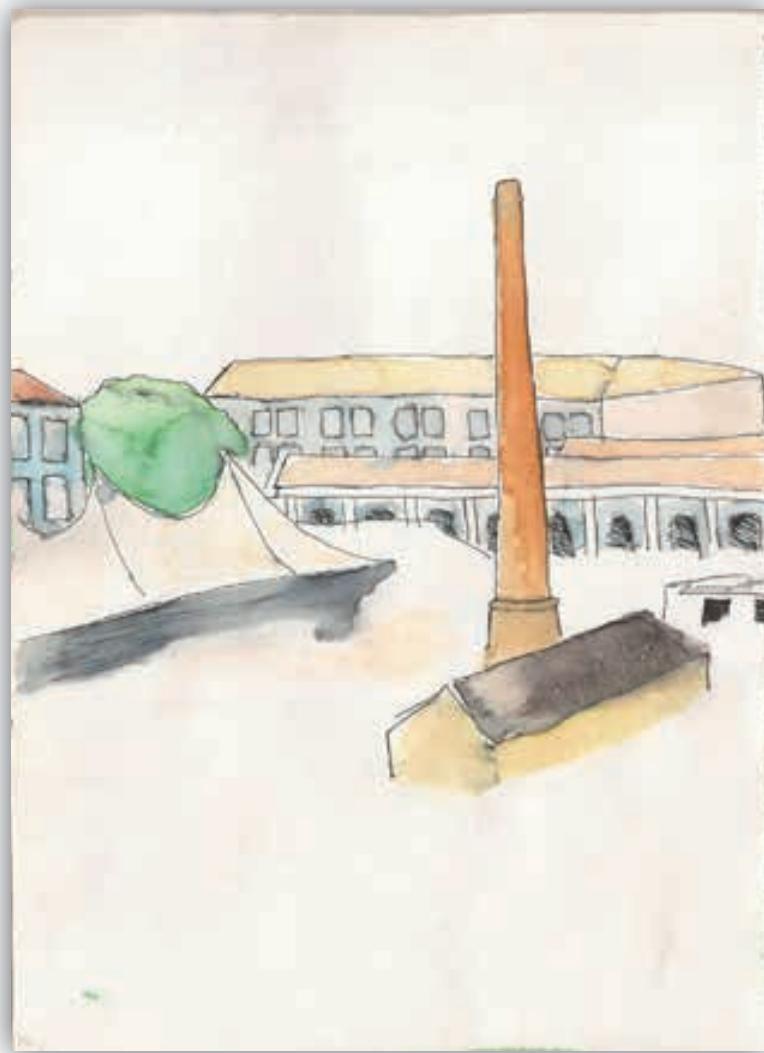


FOTO 180

Caderno de desenhos das chaminés  
da Vila Arens - Argos, de Lígia Luciene  
Rodrigues (2002). Acervo familiar.



FOTO 181

Caderno de desenhos das chaminés da Vila Arens - São Bento, de Lígia Luciene Rodrigues (2002). Acervo familiar.



FOTO 182

Caderno de desenhos das chaminés da Vila Arens - Cica, de Lígia Luciene Rodrigues (2002). Acervo familiar.

Por último, em relação aos registros e ausências nas projeções da modernidade capitalista em Jundiaí, esta parte do trabalho buscará problematizar a história e as apropriações da memória dos operários e operárias no contexto do início da industrialização na cidade. De forma geral, os trabalhadores e trabalhadoras têm pouco destaque, pois não são valorizados seu histórico de lutas pela conquista de condições mais dignas de trabalho, nem suas dificuldades cotidianas de moradia, transporte, acesso à educação e momentos de lazer.

Boa parte dos estudos e obras de divulgação sobre a industrialização em Jundiaí, com algumas exceções, projeta uma imagem na qual, quando há a referência sobre os operários e/ou conflitos decorrentes sobre a industrialização, a maioria dos textos carece de maior aprofundamento e contextualização. Por exemplo, podemos citar que muitos trabalhos sobre a industrialização na cidade ignoram os trabalhos feminino e infantil, muito importantes em setores como o de produção de cerâmicas e o têxtil (em 1901, no Estado de SP, de acordo com um levantamento oficial, 74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças).

Pode-se considerar que, de maneira geral, ocorre a predominância de uma visão elitista e isenta de tensões e conflitos, como se a modernização ocorresse como uma consequência “natural” do processo histórico. Valoriza-se a história de indivíduos bem-sucedidos, os quais pelos seus esforços e trabalho galgaram uma projeção econômica e social, contribuindo para a importância econômica de Jundiaí no contexto estadual e nacional. Essa visão privilegia determinados aspectos em detrimento de outros e suprime elementos da historicidade que fizeram parte desse processo histórico. Além de apresentar uma visão romantizada da vida social, quando, por exemplo, assim se refere à Vila Arens, primeiro sítio industrial da cidade:

*A primeira denominação das terras de aquém colinas jundiaienses, ao pé do Rio Guapeva, foi a Santa Cruz do Pito Aceso [...]. De fato, naquela época, devia ser a Vila Arens um bom retiro, calmo, plácido, gostoso, matas por todos os lados, gente simples pelos caminhos, uma vida simples e feliz...*

(Revista do Museu II, texto de Aldo Cipolato)



FOTO 183

Detalhe da fotografia do interior da Cerâmica Jundiaiense. Em primeiro plano, destaque para as polias do maquinário. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ. Esse recorte buscou valorizar a fisionomia dos operários, pois, na composição da imagem pelo fotógrafo, foi dado mais destaque ao maquinário do que aos trabalhadores. Essa fotografia serve de metáfora para boa parte dos trabalhos sobre a modernização em Jundiaí, pois, nessas obras os trabalhadores e trabalhadoras estão relegados a um plano secundário.



FOTO 184

Fotografia do interior da Cerâmica Jundiaiense, no Bairro Ponte São João. Fotografia de 1922. Acervo AHMJ. Notar a predominância do trabalho de mulheres e a presença de trabalho infantil. Os únicos homens retratados desempenham funções de supervisão.

Como forma de ampliar as abordagens da industrialização em Jundiaí, podemos apreender alguns aspectos do universo vivido pelas operárias da tecelagem São Bento, na publicação do jornal anarquista *A Terra Livre*, publicado em 28 de junho de 1906, em uma coluna do periódico intitulada “Os presídios industriaes” (foi mantida a grafia original na transcrição)

*A fábrica “S. Bento”*

*Por ocasião da greve da Paulista, estavam também em greve as tecedeiras da “São Bento”, em Jundiahy. Eis o que dessa penitenciaria nos disse um diário:*

*O motivo da greve, segundo estamos informados, foi a redução dos salários.*

*Na fábrica de tecidos “S. Bento”, de Bento Pires & Comp., trabalha-se desde as 6 horas da manhã às 8 e meia da noite, com carga 3/4 de hora para o almoço e 3/4 para o jantar. O filho do gerente e co-proprietário da fabrica possue, junto desta, um armazém que vende fiado, pelo preço da praça, descontando a dívida no salário.*

*A fábrica tem 200 operários, na maioria mulheres e crianças. Homens há uns 20.*

*O preço da mão de obra é o seguinte: 2 peças, de 40 metros cada uma, I\$000 e passaria a 800 reis se diminuisse a produção.*

*Há multas de I\$000 e 2\$000, quando não é produzido o que está marcado como tarefa do costume.*

*Parte das operárias moram longe da fábrica. Levantam-se às 5 da madrugada, para caminharem uma hora, mais ou menos. Voltam às 9 da noite, comem e deitam-se das 10 às 11.*

*Na secção de carreteis, as operarias ganham 500 reis diários; as dos teares praticam, nessa secção, um mês mais ou menos.*

*A fábrica aumenta constantemente; já aumentou por três vezes. Há algum tempo, quando se inaugurou uma nova máquina, os operários foram obrigados a dar 5\$000 para o baptismo festivo da mesma, realizado por um padre.*

*Trabalham ali crianças de 5, 6 e 7 annos, analfabetas!*

*No dia seguinte, o mesmo jornal, dando notícia duma conferencia entre o proprietário, Bento Pires, e as grevistas, concluía:*

*Finda a conferencia, o nosso repórter que se achava em Jundiahy, entrevistou tecedeiras e o sr. Coronel Bento Pires. Este reclamou contra parte de uma nossa local de hontem em que o nosso informante se referira a um pagamento obrigatório de 5\$000 para uma festa, declarando ser inexacto.*

*As operarias, entretanto, disseram que se não pagaram elles essa quantia, os operários da fábrica foram obrigados a com 5\$ cada um para a festa.*

*E os sinecuristas clamando sempre: No Brasil todos estão bem!...*

*I\$000 reis por dia!! por 13 horas de pena!!*

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)/ Unicamp

As informações do periódico anarquista *A Terra Livre* descreviam a dimensão das reais condições dessas trabalhadoras: baixos salários, jornadas de trabalho extenuantes (13 horas diárias), atitudes coercitivas por parte dos patrões (como a exigência de contribuição dos trabalhadores para o “batizado” de uma nova máquina e a cobrança de multas aos trabalhadores e trabalhadoras se a produção estipulada não fosse atingida). Além da predominância do trabalho feminino e infantil.

Esse último aspecto citado é uma característica presente em muitos setores industriais nesse momento, como o têxtil, com a finalidade de facilitar o controle dos operários nos espaços fabris, além dos salários pagos às mulheres e crianças serem inferiores aos salários dos homens, aumentando assim os rendimentos dos patrões.

O jornal não é efetivamente o real, mas sim uma fonte histórica, portanto passível de problematização. No entanto, é inegável que seja a voz de uma parcela social importante no processo histórico e que é referenciada de forma superficial ou mesmo ignorada na maioria dos trabalhos analisados sobre a história de Jundiaí: os operários e operárias, com seus sonhos individuais e dificuldades e que (re)construíram a cidade de Jundiaí, ao longo de décadas. A história inicial do movimento operário de Jundiaí carece de mais estudos, como, por exemplo a informação de que na década de 1910, operários residentes em Jundiaí participaram ativamente das subscrições públicas para a impressão do periódico anarquista *A Terra Livre*.

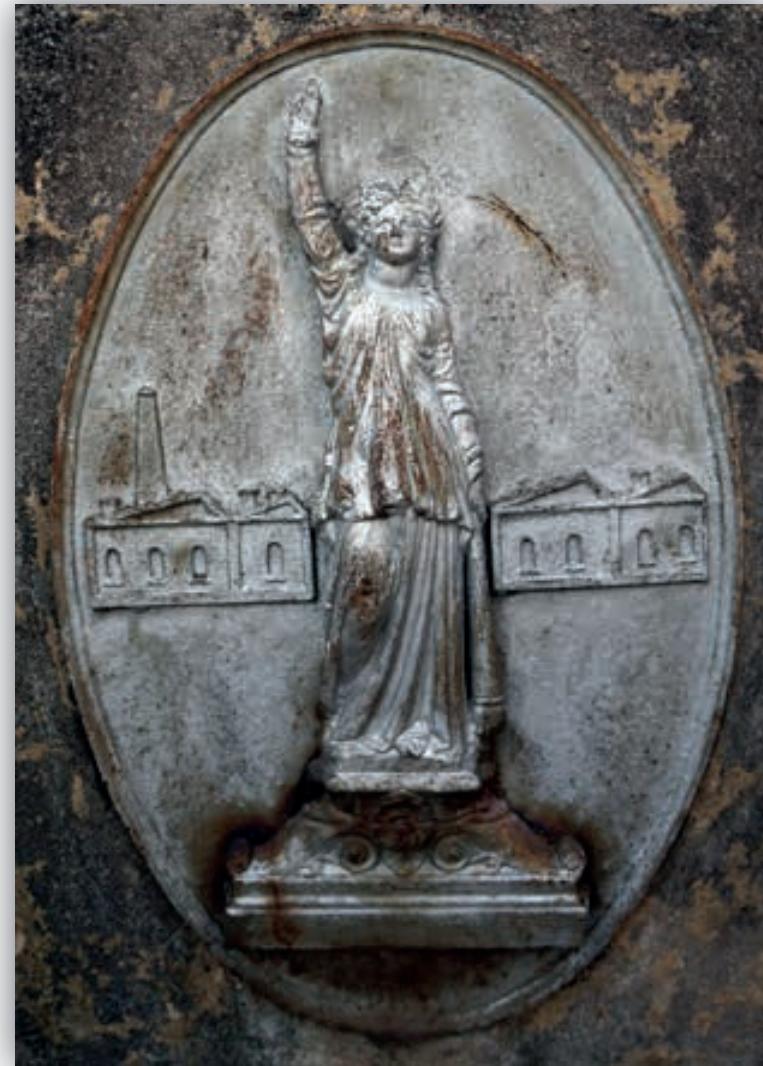
No início da publicação do Jornal *A Terra Livre* é mencionado “Por ocasião da greve da Paulista”. A greve mencionada, de 1906, iniciada pelos trabalhadores das oficinas da Companhia Paulista, é considerada uma das primeiras grandes greves do operariado brasileiro. O movimento levou a uma paralisação de 14 dias nas ferrovias de Jundiaí, conseguindo adesão de diversas companhias ferroviárias e de operários de outros setores, como o têxtil. A Liga Operária decretou a greve com apenas duas reivindicações: a substituição de dois chefes, considerando seus atos abusivos, e o fim da obrigatoriedade de inscrição na Sociedade Beneficente, mal administrada pela companhia, segundo os grevistas.

A greve foi realizada em um momento propício, pois era o momento de colheita e escoamento do café para o Porto de Santos. No dia 29 de maio de 1906, a forte repressão do Estado resultou na morte dos operários Ernesto Gould (18/03/1870 - 29/05/1906) e Manoel Dias (20/12/1881 - 02/06/1906).

Os dois túmulos no Cemitério N. S. do Desterro, financiados pelos próprios operários, têm os mesmos símbolos e a seguinte frase: SAUDADE DE SEUS COMPANHEIROS DE LUCTAS (foi mantida a grafia da época). A greve de 1906 e a morte desses operários é um capítulo significativo da história dos movimentos sindicais no Brasil. Dessa forma, esses túmulos são, possivelmente, os documentos mais importantes da história de lutas dos trabalhadores presentes no espaço público de Jundiaí.

A feitura dos túmulos denota um grau de apreensão crítica da exploração e luta dos trabalhadores e um vocabulário visual do liberalismo, uma vez que são usados vários símbolos como por exemplo, a representação de uma mulher como sendo a 'Liberdade' e ao fundo a imagem de um galpão de uma fábrica estilizado, possivelmente significando o lugar social de onde vem esse grito contra a opressão.

Apesar da importância desses túmulos, no "Inventariamento Preliminar do Patrimônio Histórico e Cultural de Jundiaí", elaborado em 2005, os túmulos dos operários mortos por causa da repressão policial à greve de 1906 não estão listados entre as "Sepulturas de valor histórico e artístico" do Cemitério N. S. do Desterro. Nas indicações desse inventário inicial, predominam túmulos de pessoas ligadas a grupos sociais das elites, como por exemplo, da família Queiroz Telles.



FOTOS 185 e 186

Detalhes dos túmulos dos operários Ernesto Gould (18/03/1870 - 29/05/1906) e Manoel Dias (20/12/1881 - 02/06/1906) no Cemitério N.S. do Desterro. Fotografia do autor em 2021.



FOTO 187

Trabalhadores da indústria Arens Irmãos. Metalúrgica que deu origem ao nome do primeiro sítio industrial de Jundiaí: a Vila Arens. Fotografia de Alexandre Janczur. Início do século 20. Acervo AHMJ.

A fotografia da Companhia Arens Irmãos, metalúrgica que deu origem ao nome do primeiro sítio industrial de Jundiaí, a Vila Arens, é extremamente importante para visualizarmos o contexto histórico das dinâmicas sociais relativas ao processo de modernização da economia brasileira, no final do século 19 e início do século 20, na conjuntura de Jundiaí.

É marcante na fotografia, dentre outros aspectos, a presença significativa de crianças e adolescentes entre os operários, presumivelmente em termos numéricos 28, ou seja, cerca de 25% dos trabalhadores dessa importante indústria em Jundiaí, no início do século 20.

A composição mostrada nessa fotografia, relativamente comum nas fotografias dos operários das empresas nessa época, traz implícito um discurso de poder: abaixo predominam crianças e adolescentes, e a presença dos operários nos degraus mais acima denota sua qualificação profissional, ficando na parte de cima dos degraus, os mestres, profissionais com funções administrativas e os empresários donos do estabelecimento.

Na fotografia, nota-se a predominância de trabalhadores brancos, em detrimento de trabalhadores com ascendência negra. Nela há cerca de 113 trabalhadores, dos quais estão presentes, presumivelmente, 11 negros, ou seja, menos de 10% dos operários da metalúrgica retratados. Diz-se “presumivelmente”, pois essa contagem foi feita visualmente, portanto, caracterizada pela subjetividade ao fazer tal atribuição. No entanto, é indiscutível a presença de trabalhadores brancos, em detrimento de negros e descendentes.

A relação presente, na fotografia enfocada, da maioria dos trabalhadores ser possivelmente formada de imigrantes e/ou descendentes, não reflete a composição demográfica da população de Jundiaí, no final do século 19 e início do século 20. Uma fonte documental encontrada no Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí, corrobora tal afirmação: em fevereiro de 1906, um relatório, rubricado pelo 1º Substituto do Juiz Federal na cidade, indica que Jundiaí tinha cerca de 50 mil habitantes, sendo 12 mil imigrantes (o documento também não precisa a nacionalidade dos imigrantes, apenas menciona que a maioria é de italianos). Ou seja, apenas cerca de 25% da população de Jundiaí era de imigrantes, no início do século 20, e não a porcentagem projetada na fotografia enfocada.

Houve a preferência por imigrantes e seus descendentes em detrimento dos chamados “nacionais pobres” para trabalharem nos setores mais dinâmicos da economia paulista, no final do século 19 e início do 20. A preferência por imigrantes tem uma motivação sobretudo ideológica, no sentido de corroborar com o projeto de embranquecimento da população brasileira, tomando como referência a superioridade da civilização europeia, modelo dos grupos dominantes brasileiros na condução desse processo.

A Europa era o espelho das elites, projetando no horizonte da modernização brasileira a ideia de civilidade e superioridade cultural europeia, marginalizando sistematicamente os “brasileiros pobres” - afrodescendentes e os chamados “caipiras”. O termo “caipira” se relaciona com uma parcela da população marcadamente com referências culturais e de tipo físico associados aos grupos indígenas.

Também o discurso de que os imigrantes teriam uma qualificação profissional para ser a mão-de-obra preferencial nos setores mais dinâmicos da economia capitalista não corresponde à realidade, uma vez que a maioria dos imigrantes que veio para São Paulo, no final do século 19 e início do 20, era de origem rural, alheia a serviços como os de uma metalúrgica ou de uma fábrica de tecidos. Pelo fato de uma parcela significativa da elite econômica em São Paulo ser ou descender de imigrantes, isso condicionou, muitas vezes, o emprego aos imigrantes pobres e seus descendentes.



FOTO 188

Fotografia de maquinistas do lado de fora das oficinas da Companhia Paulista. Fotografia da 1899. Acervo do AHMJ. A ferrovia é um ícone da modernidade capitalista nos séculos 19 e parte do 20. Notar, nessa fotografia, que todos os trabalhadores que participam diretamente desse processo de modernização são brancos. No entanto, no lado esquerdo, foi registrado um homem negro. Isso não foi proposital, pois o homem negro não compõe a cena da fotografia. Esse homem negro traz à tona uma das características mais importantes da linguagem fotográfica: ter um caráter indiciário, no qual tão importantes quanto aquilo que é mostrado na fotografia, são suas omissões.

Já as fotografias 189, 190 e 191 constam nesta parte do trabalho por serem interpretadas como um indicativo de permanência, em termos do imaginário social, do contexto histórico que explica a ausência dos negros e descendentes nas fotografias que ilustram a modernização de Jundiaí. Embora não tenham a ver diretamente com o contexto enfocado (imagens e projeções sobre a industrialização em Jundiaí), essas fotografias podem servir como indício para compreender melhor a ausência de determinados sujeitos sociais nos registros e produção historiográfica sobre a cidade, com exceções, como o trabalho de Walter Morales: A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII.

As fotografias a seguir não podem ser visualizadas de maneira descontextualizada, ou seja, incorrendo em uma generalização indevida apenas por serem parte de uma das Festas da Uva, na década 1950. Possivelmente, muitas pessoas que estavam no local, no momento da fotografia, não viram a cena dos homens negros carregando uma liteira como uma atitude de racismo, pois não há estranhamento em suas fisionomias em relação à cena.

Ao visualizarmos essas imagens, é interessante levar em conta a afirmação de Roland Barthes: “A fotografia não fala (forçosamente) daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi. Essa sutileza é decisiva”. É paradoxal, nas imagens analisadas, como a ausência de trabalhadores negros nas fotografias 187 e 188 e as imagens dos negros interpretando carregadores da liteira - na qual duas crianças, vestidas de pajens à moda da nobreza europeia, entregariam a coroa à rainha da Festa da Uva de 1956 -, têm um matiz semelhante: a presença do racismo na sociedade brasileira.

As fotografias mostram uma dimensão da “longa duração” da projeção da imagem dos negros não somente por uma parte da população de Jundiaí isoladamente, mas da população brasileira no geral, projeção social talvez mais acentuada em alguns lugares, do que em outros no Brasil. O racismo ainda persiste na realidade brasileira de muitas formas e sentidos e pode ser associado a um pensamento social reacionário e elitista. Os sentidos das expressões de espanto e incredulidade que muitas pessoas, hoje, têm ao verem essas fotos podem ser um importante caminho para questionarmos nossa própria realidade social.



FOTO 189

Fotografia da cerimônia da entrega da coroa à rainha da Festa da Uva, em 1956. Acervo AHMJ. Notar a data na faixa de uma das princesas, à esquerda, e, à direita, duas crianças vestidas de pajens, à moda da nobreza europeia.



FOTO 190

Fotografia de duas crianças vestidas de pajens, à moda da nobreza europeia, sentados em uma liteira e que entregariam a coroa à rainha da Festa da Uva, em 1956. Acervo AHMJ.



FOTO 191

Homens negros representando escravos carregadores da liteira na qual estavam as duas crianças vestidas de pajens, à moda da nobreza europeia, e que entregariam a coroa à rainha da Festa da Uva, em 1956. Acervo AHMJ.

## Capítulo 8

# Passados indígenas e afrodiáspóricos na “terra querida”

Todos nós brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. A mais terrível de nossas heranças. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária.

*Darcy Ribeiro, no livro O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil.*

## **Passados indígenas: toponímia e patrimônio arqueológico em Jundiaí**

<b>Atibaia</b>	<b>Itu</b>	<b>Mogi Mirim</b>
<b>Capivari</b>	<b>Itupeva</b>	<b>(Salto de) Pirapora</b>
<b>Itatiba</b>	<b>Jarinu</b>	<b>(Santana de) Parnaíba</b>
<b>Jundiaí</b>		

Nomes com origem no Tupi Antigo ou na Língua Geral Paulista. Retirado de NAVARRO, E. de A. Os nomes de origem indígena dos municípios paulistas: uma classificação. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), [S. I.], v. 50, n. 2, p. 733-752, 2021. DOI: 10.21165/el.v50i2.2865. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2865>. Acesso em: 2 dez. 2021.

A palavra “topônimo” vem do grego TOPOS, lugar, e ONYMA, nome. Assim, topônimo significa nome próprio de lugar e identifica acidentes geográficos, povoações, logradouros, cidades, estados e países. E toponímia é o estudo linguístico ou histórico da origem dos topônimos.

O topônimo traz consigo uma dimensão da expressão de vivências culturais do grupo humano que o denominou na sua relação com o espaço. Os topônimos são às vezes os únicos testemunhos de determinada presença humana num local e são resultantes de um complexo processo histórico, marcado por apropriações e ressignificações no transcorrer da história.

Toda vez que ouvimos as palavras JUNDIAÍ, JAPI, GUAPEVA, ANHANGABAÚ, CAPIVARI, IVOTURUCAIA, GUAXINDUVA, JAGUACOARA, entre outras, é como se ouvíssemos ecos da vivência dos falantes que deram os nomes a esses lugares e cujas histórias e memórias se perderam ao longo do tempo.



FOTO 192

Machado semilunar. Material lítico. Acervo arqueológico do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fotografia do Acervo do AHMJ.



FOTO 193

Lâmina de machado. Material lítico. Acervo arqueológico do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fotografia do Acervo do AHMJ.

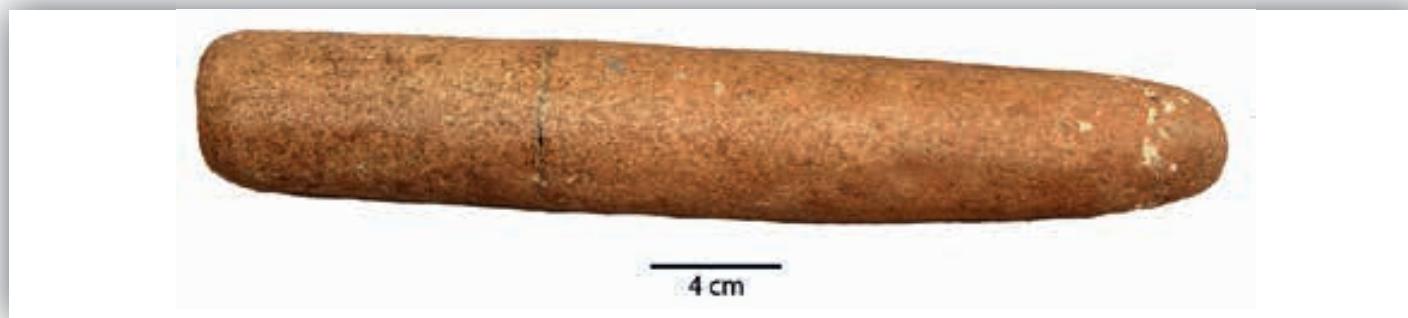


FOTO 194

Mão de pilão. Material lítico. Acervo arqueológico do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fotografia do Acervo do AHMJ.

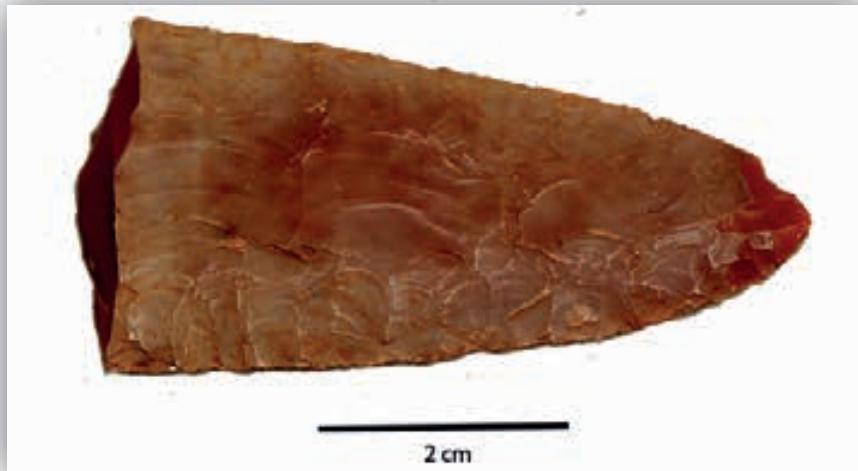


FOTO 195

Ponta de projétil. Material lítico. Acervo arqueológico do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fotografia do Acervo do AHMJ.

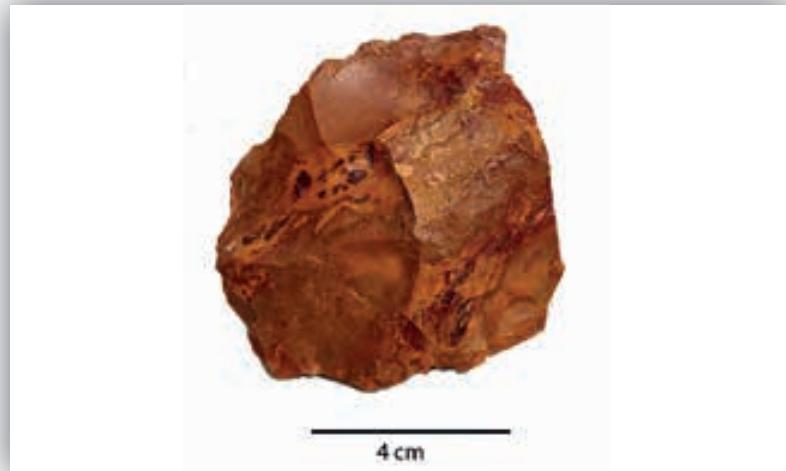


FOTO 196

Ferramenta pré-colonial em sílex. Acervo arqueológico do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fotografia do Acervo do AHMJ.



FOTOS 197 e 198

Cachimbos com motivos decorativos Tupi-guarani encontrados no bairro do Medeiros em Jundiaí. À esquerda, representação da meia lua. À direita, símbolo em espiral, imagem comum na cultura tupi-guarani, embora ocorram registros semelhantes na arte rupestres há milênios. Acervo arqueológico do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fotografia do acervo do AHMJ.



## **Os primeiros habitantes da região de Jundiaí**

De acordo com o trabalho do arqueólogo Walter Morales, os primeiros habitantes da região de Jundiaí foram grupos caçadores-coletores, há cerca de 8000 anos antes do presente.

“Essa ocupação está relacionada a grupos nômades, com economia voltada para a caça e coleta, de baixa densidade demográfica e grande mobilidade. O principal vestígio deixado por essas sociedades é uma indústria lítica (de pedra lascada)” (MORALES, 2000. p. 10)

Alguns objetos relacionados a esse período foram encontrados em bairros como Corrupira e Engordadouro, tais como: pontas de projétil, mão-de-pilão, lâmina de machado, machado semilunar.

Segundo o trabalho de Walter Morales:

“Em épocas bem mais recentes tem início a sedentarização e a domesticação das plantas por alguns desses grupos caçadores-coletores que entre 2000 e 500 anos antes do presente transformariam a agricultura em sua maior fonte de alimentos. Estes grupos horticultores viviam em aldeias, conheciam a manufatura cerâmica e tinham maior densidade demográfica e complexidade social do que aqueles do período Arcaico, e não eram muito diferentes das populações encontradas pelos portugueses que por aqui aportaram em 1500” (MORALES, 2000. p. 11)

Sítios arqueológicos com fragmentos de cerâmica da Tradição Cultural Tupi-guarani foram encontrados em bairros como Medeiros e Jundiaí-Mirim.

*"A análise dos vestígios materiais retirados de um dos sítios escolhidos para ser escavado sistematicamente, o sítio Russo [no Bairro do Medeiros, em Jundiaí] (datado em 300 A.P. ou seja, no ano 1700), revelou as grandes variações tecnológicas, morfológicas e estilísticas existentes na indústria cerâmica, reflexo da diversidade étnica e sociocultural do período e das diferenciações que a produção cerâmica local e isolada propiciava. Essa diversidade apontada pelas fontes escritas é também confirmada pelos muitos atributos caracterizadores da cerâmica encontrada neste assentamento e que estão atrelados a uma identidade cultural vinculada aos grupos portadores de cerâmica conhecida arqueologicamente como Tupiguarani. Além disso, existem evidências de que vários dos motivos decorativos deste sítio estão relacionados aos segmentos trazidos da África, já que remetem a padrões utilizados naquele continente, ou porque aparecem em sítios arqueológicos do sul do Brasil em época que coincide com a chegada de escravos africanos à região, e sem apresentar semelhança com a cerâmica pré-colonial brasileira. Tamanha variedade tecnológica, morfológica e estilística, todavia, não é explicada apenas pela diversidade étnica existente no período, mas também por um modo de produção cerâmica local, basicamente doméstica e utilitária, restrita às propriedades rurais da época. Nestes locais haveria: grande quantidade de produtores relacionados a contextos culturais bastante diversos; um isolamento de cada local de produção, que não implica em maiores trocas ou em uma homogeneização de padrões tecnológicos, morfológicos e estilísticos e, por último, a incorporação de padrões novos, principalmente morfológicos e estilísticos, da louça europeia e da cerâmica africana." (MORALES, 2001. p. 181-182)*

Retirado de MORALES, W. F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, [S. I.], n. 11, p. 165-187, 2001. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2001.109416. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109416>. Acesso em: 4 dez. 2021.



FOTO 199

Registros arqueológicos de material cerâmico encontrado no bairro do Medeiros em Jundiaí, no contexto do trabalho de pesquisa de Walter Morales, e que indicam a existência de uma interação cultural entre os grupos indígenas, africanos e europeus na fabricação das cerâmicas. Acervo arqueológico do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fotografia do acervo do AHMJ.



FOTO 200

De acordo com a pesquisa de Walter Morales, esse fragmento de cerâmica, encontrada no sítio arqueológico Russo, no Bairro do Medeiros em Jundiaí, apresenta um desenho geométrico em forma de losango com duas incisões em seu interior indicando semelhanças com outras incisões no Quênia, na África. Assim, até o momento, é o único registro conhecido feito possivelmente por um(a) africano(a) escravizado(a) e que viveu no atual território de Jundiaí. Acervo arqueológico do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fotografia do acervo do AHMJ.

## Passados e presentes afrodispóricos

*Vamo, Marica, vamo*

*Vamo pra Jundiaí*

*Com Dudu Marica vai*

*Só comigo não quer ir*

SAMBA DE RODA DONA AURORA. *Vamo, Marica, vamo*. Vinhedo: Projeto Acervo das Tradições. Disponível em <https://soundcloud.com/user-732966954-822152257/faixa-28>. Acesso em 04 dez. 2021.

Não se pode reduzir a experiência de homens, mulheres e crianças indígenas, africanos e afro-brasileiros à dimensão da sua existência relativa à sua escravização. A escravidão é uma situação estruturante de suas vidas, mas essas vão além. Esses homens, mulheres e crianças carregam consigo uma outra humanidade, representada por seus valores culturais, sua apreensão e representação de si e do mundo. Os sons dos tambores que ecoam na música Vamo, Marica, vamo vêm da África e materializam as vivências culturais de outros tempos e da memória dos seus antepassados.

A música Vamo, Marica, Vamo é do grupo de samba de roda D. Aurora, da cidade de Vinhedo, local que até a década de 1930 era um distrito de Jundiaí, a “Rocinha”. Esse grupo é um dos poucos remanescentes da tradição cultural do samba rural paulista em atividade, o samba de bumbo, e representa uma amostra da importância da cultura afrodispórica na nossa região.

Dentro das limitações deste trabalho, a partir de “rastros” deixados pela escravidão, será destacado o protagonismo de homens e mulheres nesse contexto, no sentido de desvelar essa historicidade no espaço urbano de Jundiaí. Ocorreu um apagamento da presença de africanos e de seus descendentes na história local, mas Jundiaí é preta, além de indígena, bandeirante, tropeira, italiana e migrante de várias regiões brasileiras, nas últimas décadas.

Em meados do século 19, a população negra em Jundiaí chegou a constituir mais de 1/3 da população do seu território. Em termos econômicos, segundo informações de relatórios do governo provincial de São Paulo (termo que corresponde a “estado” atualmente), cerca de 85% da mão -de -obra nos engenhos de açúcar e fazendas de café, as principais atividades econômicas da região no período, eram compostos por homens e mulheres escravizados.

A escravização indígena foi importante até meados do século 18, sendo os indígenas gradativamente absorvidos na sociedade colonial como “livres” nas camadas mais pobres da sociedade. A partir da capitalização pela crescente importância do cultivo da cana-de-açúcar, na segunda metade do século 18 e, posteriormente, com a produção de café, a escravidão africana se fez mais presente.

O local sempre está inserido em contextos mais amplos e articulados. A expansão do cultivo de açúcar na nossa região, no final do século 18 e início do século 19, ocorreu devido ao desarranjo da produção de açúcar no Haiti, onde aconteceu uma revolução na qual os homens e mulheres escravizados tomaram o poder na mais rentável colônia francesa.

Para suprir a demanda de açúcar do mercado mundial, por causa da quebra de produção no Haiti, assolado por conflitos, houve a expansão do cultivo da cana-de açúcar na região e Jundiaí fazia parte dos marcos limítrofes do “quadrilátero do açúcar”, juntamente com as cidades de Mogi Guaçu, Sorocaba e Piracicaba. A riqueza econômica da atividade agrícola, nessa região, pode ser exemplificada com o crescimento econômico de Campinas, uma vila de Jundiaí até 1797 e que, durante os anos de 1800, constituiu-se como uma das mais importantes áreas escravistas do continente americano.

Um exemplo da historicidade da matriz africana presente no espaço urbano de Jundiaí é a atual Praça Rui Barbosa ("Praça do Quartel"). Os registros documentais do século 18 indicam que ali ficava o antigo pelourinho e um cemitério de indígenas, africanos e criolos escravizados. No século 18, o local era conhecido como "Largo do Pelourinho". O pelourinho era o local que representava a justiça da Coroa portuguesa e onde havia execução pública de castigos a homens e mulheres escravizados, em muitas cidades e vilas do nosso país, ao longo da história do período da escravidão.

A partir século 19, o local passou a ser chamado de Largo do Rosário, pois nele foi construída, possivelmente na década de 1790, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sede da irmandade do mesmo nome. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi um local de sociabilidade importante para a população da matriz africana na época, pois, no período da escravidão, as irmandades eram o único espaço institucionalizado permitido pelos poderes seculares e religiosos para que homens e mulheres escravizados se reunissem.

Além da dimensão da fé religiosa, as irmandades eram espaços de ajuda mútua e suas principais atribuições estavam relacionadas à prestação de assistência coletiva no caso de doenças e enterros dos seus membros. Embora, até o momento não tenha sido encontrado registro em Jundiaí dessa situação, em vários lugares do Brasil há referências de que também as festas religiosas eram atividades importantes das irmandades do Rosário e constituíam um aspecto identitário entre seus membros.

Em 1922, o prédio foi demolido pelo poder público local com o objetivo de "embelezar a localidade". Restou apenas na memória coletiva da maioria dos moradores a referência à "Rua do Rosário", sendo a história desse contexto conhecida de forma superficial ou desconhecida para boa parte da população da cidade.

A demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Jundiaí não foi um caso isolado, pois em outras cidades brasileiras também ocorreu situação semelhante. Citando apenas alguns casos no estado de São Paulo, nos quais houve a derrubada de edifícios religiosos das irmandades do Rosário, ligadas à matriz africana desde o período colonial, podemos listar além, de Jundiaí, São Paulo, Campinas, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Batatais.

Esse tema será desenvolvido de forma mais aprofundada em um trabalho que estou elaborando no Mestrado Profissional em Ensino de História, na Unicamp, e no qual considero que, além de um contexto mais amplo, duas situações contribuíram de forma decisiva para um processo de supressão da historicidade negra em Jundiaí: a modernização econômica, no final do século 19 e início do século 20, a partir da qual os negros foram marginalizados em detrimento dos imigrantes e seus descendentes, e a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na década de 1920.

Uma nova igreja foi construída pela irmandade, na década de 1930, e, a partir desse momento, passou a ter como padroeiro também São Benedito - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito - no antigo Largo Santa Cruz, atual Praça da Bandeira, em frente ao atual Terminal Central. O edifício religioso apresenta ornamentação interna e padrão arquitetônico sofisticados que podem ser vistos atualmente. No momento de sua construção, tinha grande visibilidade no espaço do entorno do antigo Largo Santa Cruz, mas hoje em dia está “escondida” na movimentada região do Terminal Central, próxima à Avenida Jundiaí.

No entanto, o local antigo da Igreja de N. S. do Rosário, na atual Praça Rui Barbosa, pode ser considerado um “lugar de memória” da matriz africana em Jundiaí, por ter havido, nesse espaço, o pelourinho, um cemitério de homens, mulheres, crianças indígenas, africanos e crioulos (nascidos no Brasil) escravizados, bem como a sede da Irmandade de N. S. do Rosário, no período da escravidão até 1922. Assim, a demolição da igreja fez com que a população de Jundiaí perdesse, ao longo do tempo, a referência no seu espaço urbano da importância e da contribuição dos negros para a história da cidade. Durante a sua existência, na atual Praça Rui Barbosa, a Igreja de N. S. do Rosário foi um espaço de manifestação da fé, mas também de resistência e de lutas cotidianas.

O conceito de “lugar de memória” traz consigo a importância da materialidade para atribuirmos significação a determinado local. Restos mortais possivelmente seriam encontrados se fosse feita uma pesquisa arqueológica nesse espaço, o que representa a materialidade da história, além de outros registros documentais relativos à existência do pelourinho, de fotografias da Igreja de N. S. do Rosário e seu entorno, de plantas urbanas e documentos textuais, que atestam a existência desse local e os usos e apropriações desse espaço no decorrer da história da cidade.

Recentemente, na atual Praça Rui Barbosa, foi instalado um tótem da “Rota do Centro Histórico” no qual há informações históricas sobre o local. A iniciativa e reconhecimento do poder público municipal sobre o local é um ponto positivo em relação ao enriquecimento e à difusão das informações sobre a história e o patrimônio cultural de Jundiaí. Entretanto, sobretudo na atual Praça Rui Barbosa, apenas a sinalização é muito pouco para uma efetiva apropriação da população em relação a essa história e memórias. Isso só ocorrerá por meio de ações de educação patrimonial para estudantes e demais moradores da cidade, e de intervenções de movimentos sociais se apropriando desse “lugar de memória” com todos os seus significados, como ocorreu no último 20 de novembro, no qual a Marcha da Consciência Negra em Jundiaí teve esse local como ponto de encontro inicial para o início da manifestação.



FOTO 201

Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Década de 1860. Acervo AHMJ.



FOTO 202

Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 1885 - Acervo Gabinete de Leitura Ruy Barbosa.



FOTO 203

Cartão postal 'Jundiahy - Rua do Rozario'. Início do século 20. Acervo AHMJ



FOTO 204

Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de N. S. do Rosário, construída possivelmente no final do século 18 e demolida por iniciativa do poder público municipal em 1922. Fotografia tirada aproximadamente na década de 1910, período em já havia transmissão de energia elétrica em Jundiaí. Fotografia de Alexandre Janczur. Acervo AHMJ.



Analisando as fotografias presentes nesta página, podemos apreender que, quando foram produzidas, não valorizavam a Igreja de N. S. do Rosário na composição das imagens. Nas quatro imagens, o edifício da igreja aparece ao fundo, sem destaque. As fotografias buscavam destacar a urbanidade (disposição dos edifícios, calçamento, arborização) e o desenvolvimento comercial na cidade, mostrando as fachadas e letreiros dos estabelecimentos (com exceção para a fotografia da década de 1860, na qual não são mostrados comércios). Assim, ao utilizarmos as fotografias como fontes documentais, precisamos levar em conta o seu contexto de produção e de visualização.



FOTO 205

Detalhe da fotografia da Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Década de 1860. Acervo AHMJ. O recorte da fotografia buscou destacar o edifício da igreja e seu entorno.



FOTO 206

Detalhe da fotografia da Rua do Rosário, tendo ao fundo a Igreja de N. S. do Rosário, construída possivelmente no final do século 18 e demolida por iniciativa do poder público municipal em 1922. Fotografia tirada aproximadamente na década de 1910. O recorte da fotografia buscou destacar o edifício da igreja e seu entorno. Fotografia de Alexandre Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 207

Fotografia da Igreja de N. S. do Rosário e ao lado o Gymnasio Hydecroft. Início do século 20. Foto Ideal. Alexandre Janczur. Acervo AHMJ.



FOTO 208

Fotografia da última cerimônia religiosa realizada na Igreja de N. S. Rosário, em 04 de junho de 1922, na qual houve a transferência das imagens em andores para a Igreja de Santa Cruz. A Irmandade do Santíssimo Sacramento e as 'Filhas de Maria' foram convidadas para a cerimônia pelos membros da Irmandade do Rosário, de acordo com informações registradas nas atas da referida irmandade. À direita, alguns dos membros da Irmandade de N. S. do Rosário presentes na cerimônia. Nessa época, o país vivia uma reconfiguração no pós-abolição, pois o fim legal da escravidão no Brasil tinha ocorrido 34 anos antes do momento em que essa fotografia foi tirada. Acervo AHMJ.

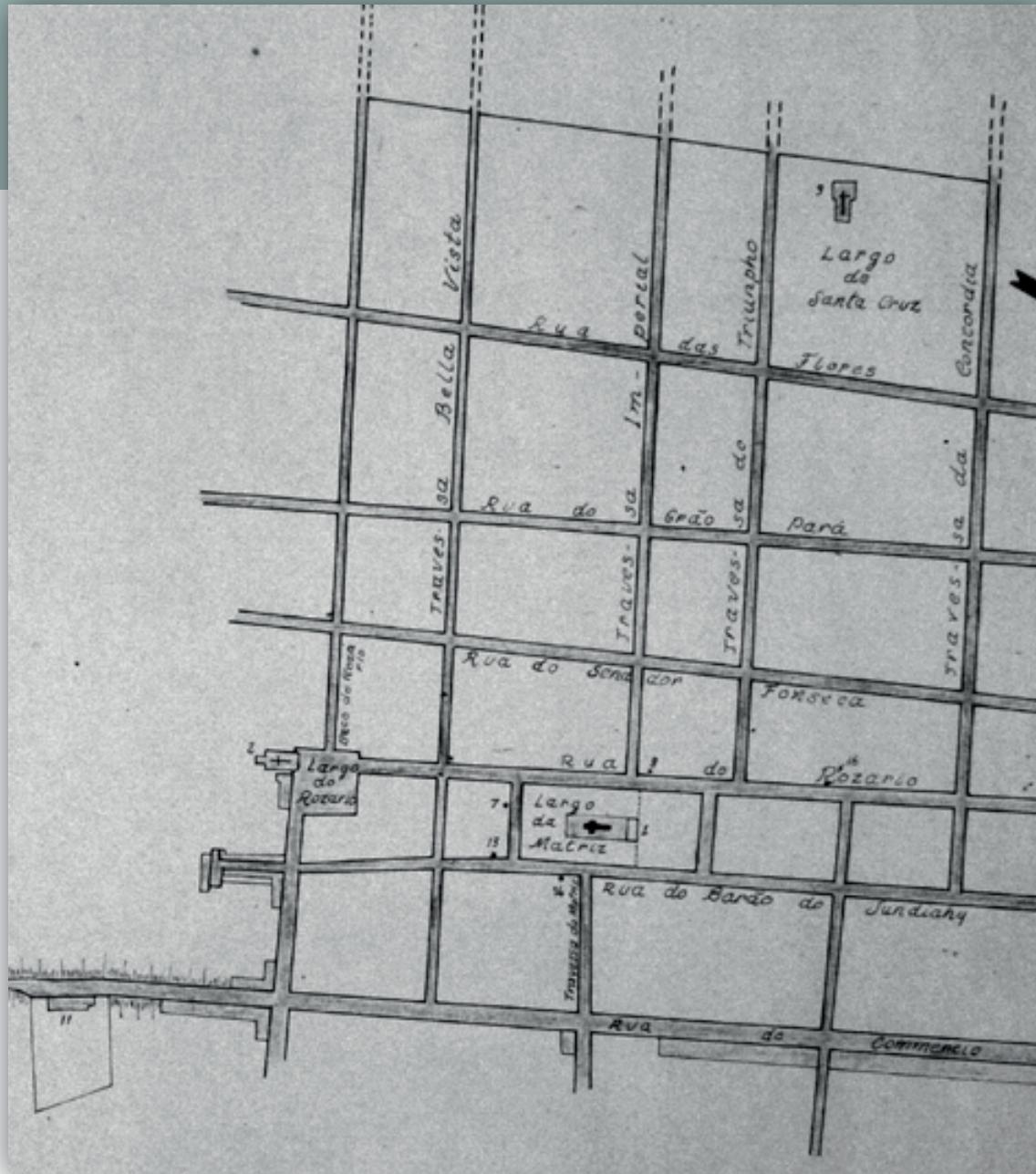


FOTO 209

Detalhe da Planta da Cidade de Jundiahy (1888) destacando o Largo do Rosário e o Beco do Rosário. Acervo AHMJ. Notar que a "Rua do Rozário" terminava no edifício da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, demolida em 1922, a partir da qual foi feito um prolongamento, atual Rua Major Sucupira.

26/5/1771

Termo decurianſco

Assim eſte dia, domy de Mayo tem illa Corte  
el hinc elum dhoys, nrota vila de Jundiaí d'orçor 10-0-0  
diuui de Jundiaí Comarca da cida de São Paulo se rebela  
dela vila de Jundiaí da morada do Dr. J. da diuicio da m dze  
offices, O matto decurianſco que o Dr. dhoos' fazendo ex-offi  
cios de Camara obayos a signados, emendo oly rado, San  
ta Inesanto coxos o bem Comarca de São Paulo na regna  
determinadas por O matto onraco Pelourinho, polo en  
sigo ter Caltido, e se achor podre, Elendo andado erguer  
no dia milha de Jundiaí

FOTO 210

Reprodução de um trecho de uma ata da Câmara da Vila de Jundiaí, de 26 maio de 1771, mencionando a necessidade de compra de um novo pelourinho, "pelo antigo ser caído e se achar podre" - Atas da Câmara da Vila de Jundiaí - dez. 1766 a fev. de 1777 - Fotografia do acervo do AHMJ.

. MARC. A. M. P. R. M. E. S.

dat. o dia dezoito de Agosto de mil e sete Centos e quarenta e quatro anno: faleceu  
carijó da vila presente Antonio Carijó de Caza de José Rodrigues Pretto de  
idade de cinqüenta annos passos mais ou menos sem Identificação para  
qua administrado sendo o seu nome Carijó prante morto joão Gonçalves  
o conductor de sua Coroa que foy Corrado no dia de sua morte de  
quarze e quanto em que me afigurou D. Mor. I. M. P. R. M. E. S.

FOTO 211

Reprodução de um trecho do documento Óbitos de escravos (1744 a 1787). Fotografia do acervo AHMJ. Esse trecho faz referência a um homem indígena escravizado: "Antonio Carijó de caza de José Rodrigues Pretto" (foi mantida a grafia original). A escravização indígena, do início da colonização, até o final do século 18, passou por sucessivas mudanças. A Coroa portuguesa ora restringia, ora liberava completamente a escravização dos grupos indígenas para atender aos interesses dos colonos. Essa inconstância favoreceu que diversos grupos indígenas fossem escravizados. Embora não fossem referidos como "escravos", mas como "administrados", na prática isso era o reconhecimento legal de uma prática social dos colonizadores em relação aos indígenas. A identidade do homem desse registro é dada pelo seu proprietário "de caza de José Rodrigues Pretto" e pelo termo "Carijó". De acordo com o trabalho de Walter Morales, no "Livro de Óbitos de escravos", além do termo "administrado", aparecem mais quatro denominações para os indígenas nesses registros: Carijó, Kayapó, Pareci e Bororo. Esses termos são usados pelos colonizadores e não contemplam a diversidade cultural dos vários grupos indígenas escravizados. Por outro lado, "comprovam a presença de indígenas capturados no sertão e trazidos para trabalhar na vila de Jundiaí até pelo menos meados do século 18".

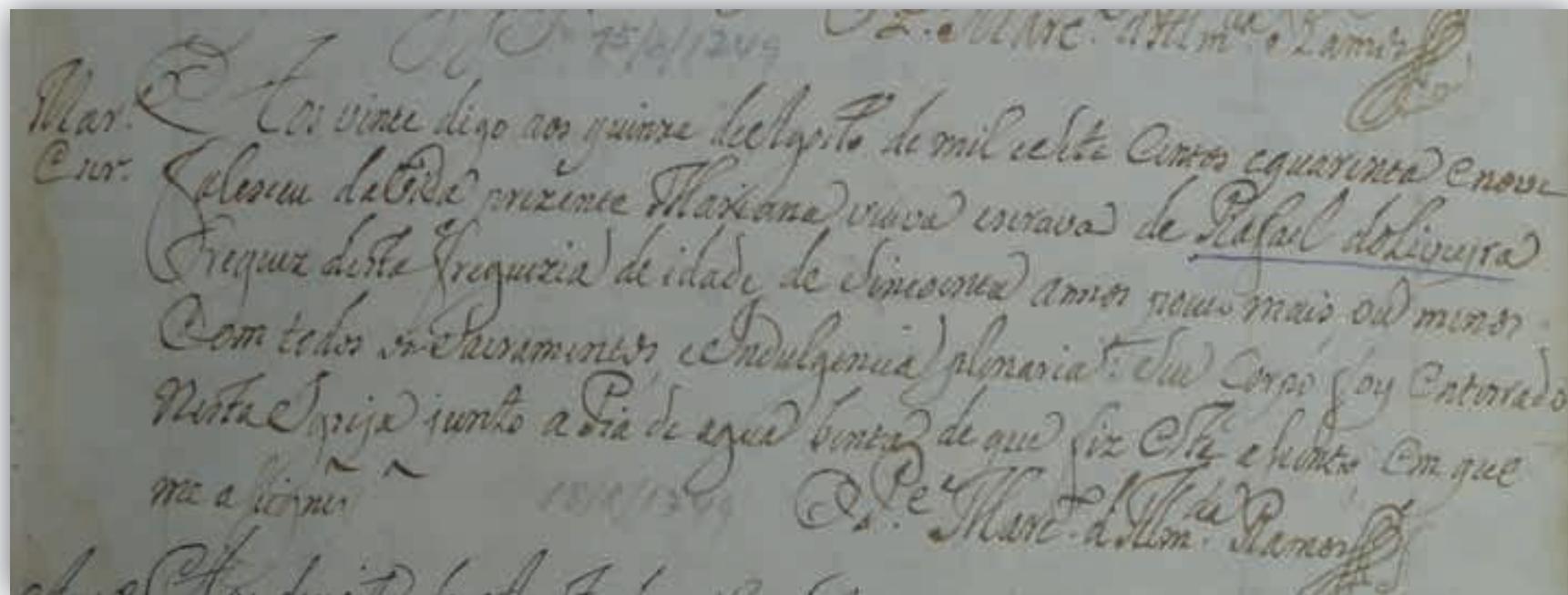


FOTO 212

Reprodução de um trecho do documento Óbitos de escravos (1744 a 1787). Fotografia do acervo AHMJ. Esse registro de uma mulher de nome Mariana, de cerca de 50 anos, traz informações importantes à compreensão da escravidão negra no período. Nessa época, nos registros oficiais, a referência “escravo” era usada aos africanos e afro-brasileiros.

Como no registro anterior, de “Antonio Carijó”, a identidade social de Mariana é dada pelo seu proprietário: “escrava de Rafael de Oliveira”. Ela foi enterrada no interior do edifício religioso, “junto a Pia de água benta”, o que indica que ela e possivelmente seu marido, eram membros da Irmandade de N. S. do Rosário. Estudos indicam que os casamentos entre escravizados, na nossa região e em outras partes do território brasileiro, foram um elemento social muito importante. Por um lado, podem ser interpretados como uma forma de “acomodação” do regime escravista que favoreceu sua continuidade, por outro, foi importante na transmissão, entre gerações de famílias escravizadas, de memórias e de valores das várias culturas africanas presentes nos plantéis.

A interação entre indígenas, africanos e afro-brasileiros também é comprovada a partir dos casamentos entre indivíduos dos diferentes grupos e registrados no “Livro de casamentos de escravos de Jundiaí”, Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiaí, SP.

Também era comum que ao constituir família, os homens e mulheres escravizados pudessem cultivar lavouras de subsistência, o que dava maior autonomia em relação à dependência da alimentação dada pelos seus senhores. Assim, os casamentos entre escravizados também foram uma das formas de resistência à escravidão.



FOTO 213

Detalhe de fotografia na qual é possível ver trabalhadores desmanchando o telhado da Igreja de N. S. do Rosário para sua demolição, em julho de 1922. Recorte feito pelo pesquisador e fotógrafo Marco Antônio A. Cunha a partir de um negativo de vidro de Alexandre Janczur. Acervo AHMJ.

A demolição do edifício religioso foi por diversas vezes citada nas atas das reuniões da Irmandade de N. S. do Rosário, no ano de 1922. Nas atas, ficou registrado que a Câmara Municipal justificou a necessidade da derrubada da igreja para “embellemento da localidade” (foi mantida a grafia da época) e que os membros da irmandade expressavam que isso representava o fim “da nossa velha e tradicional igreja”.

Houve a demolição de um lugar de expressão da fé, de sociabilidade e de resistência. Assim, como aconteceu em outros locais, embora houvesse menção à “negociação” entre o poder público local e a irmandade, a margem de ação das Irmandades do Rosário era limitada.

Os membros da irmandade responsáveis pela “negociação” com o poder público foram reeleitos, poucos meses depois da demolição, com a quase totalidade dos votos registrados. Isso indica que houve um reconhecimento, pelos membros da irmandade, da condução das negociações com o poder público local sobre a demolição da igreja. Os integrantes da mesa (provedor, secretários, tesoureiro) conseguiram uma indenização de 30 contos de réis para a construção de uma nova igreja e não interromper os serviços religiosos da Irmandade de N. S. do Rosário.

Além disso, em outras atas, ficou registrada a negação expressa pelos membros da irmandade e corroborada por seu provedor de não aceitar a exigência do Arcebispo Metropolitano para que a irmandade repassasse a indenização para a diocese e se instalasse na igreja localizada na Vila Arens.

A argumentação dos membros da irmandade (depois aceita pelo Arcebispo) era de que eles não queriam ir para a Vila Arens, pois a irmandade “não tem interesse algum, além de ser um subúrbio da cidade, empregando ali a quantia proveniente da indenização” (foi mantida a grafia da época).

Os membros da irmandade queriam ir para um local no qual tivessem liberdade e não ficassem na dependência da aprovação de terceiros. E conseguiram, pois as imagens sacras da Igreja do Rosário foram para a Igreja de Santa Cruz, que também passou a ser a sede da irmandade. Posteriormente, a Igreja de Santa Cruz foi demolida e houve a construção da atual Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito, na década de 1930.



FOTO 214

Cartão postal 'Praça da Bandeira'. Meados do século 20. Destaque para o edifício da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Acervo do AHMJ.



FOTO 215

Cartão postal 'Jundiaí - Est. de S. Paulo - Aspecto da Praça da Bandeira - Foto postal Colombo. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ. Notar, ao fundo, a Igreja de N. S do Rosário e São Benedito e, em primeiro plano, o obelisco em homenagem ao centenário da independência brasileira e uma construção que, na época desse registro, era um posto de puericultura da Prefeitura.



FOTO 216

Demolição da Igreja de Santa Cruz em 1935, no antigo Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira). A atual Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito foi construída no mesmo largo, mas em um terreno ao fundo da igreja demolida e do lado direito das construções retratadas nessa fotografia. Acervo AHMJ.



FOTO 217

Antigo Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira). Ao fundo, construção da Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito e, ao centro, o chafariz. Fotografia tirada na década de 1930. Acervo AHMJ.



FOTO 218

Antigo Largo Santa Cruz (atual Praça da Bandeira). Ao fundo a Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito e, ao centro, com o espaço remodelado, o chafariz. Fotografia tirada na década de 1930. Acervo AHMJ.

## Ecos da escravidão e sons da resistência no espaço urbano de Jundiaí



FOTO 219

Antigo Largo Santa Cruz, atual Praça da Bandeira/ Terminal Central. À esquerda, um obelisco em comemoração ao centenário da independência brasileira e um edifício que, na época, era um posto de puericultura da Prefeitura Municipal e, à direita, a Avenida Jundiaí. No centro, aspecto das figueiras centenárias citadas no depoimento publicado na Revista Sultana, em 1929. Segundo informações de duas colaboradoras do Projeto Entre Vistas: cidades que vivem nas memórias, Sarah e Leonina, elas têm lembrança de uma manifestação contrária à derrubada das figueiras, na qual os manifestantes “abraçaram” as árvores, no final da década de 1970. Fotografia de meados do século 20. Acervo AHMJ

Registros documentais permitem vislumbrar vivências da escravidão no espaço urbano de Jundiaí, como o relato presente num almanaque, publicado em Jundiaí, em 1929:

*“Nhonhô, não ouviu falar do Largo da Forca? Puis era alli mesmo ao lado da Egreja. Me lembro que o primeiro que estreou foi um preto de nome Cremente. Foi injustamente por causa de um tal Gonçalo, que munto puchadô de Sinhô. O causo foi assim: o Sinhô tinha uma negrinha do porte já de casá e um bello dia ella pareceu em vesp'ra de se mãe. Sinhô fico brabo e quis saber quem foi o auto. Nois tudo sabia que tinha sido o Gonçalo, mas tanto elle feiz, que ponou a curpa no pobre do Cremente, que assim pagou o pato. A negrada tuda assistiu p'ra exemplá nós.” (foi mantida a transcrição feita no momento da publicação da revista)*

Revista Sultana, 1929. Acervo AHMJ

Com fundação datada de 1895, o Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiaiense 28 de Setembro continua em plena atividade, sendo o quarto clube negro mais antigo do país e o primeiro no estado de São Paulo.

O popularmente conhecido 'Clube 28' surgiu da união de dois clubes negros da cidade - o '28 de Setembro', formado por negros de condições econômicas melhores e o 'Clube Recreativo Jundiaiense', constituído pelas camadas mais populares de negros do município. O registro do 'Clube 28' como bem imaterial de Jundiaí, a partir de 2016, em âmbito municipal, reforça a grande diversidade que forma a memória coletiva de uma cidade.



FOTO 220

Fotografia dos diretores e associados do "Clube 28 de Setembro", após a assinatura de doação do terreno destinado à construção da sua sede na Rua Petronilha Antunes. Acervo AHMJ



FOTO 221

Fotografia da construção da sede atual do Clube 28 de Setembro, na Rua Petronilha Antunes, por associados e simpatizantes, em regime de mutirão. Fotografia de 1948. Acervo AHMJ.



FOTO 222

Inauguração do Escudo do Clube 28 de Setembro. Estão presentes associados e familiares. Acervo AHMJ. No alto, Benedito de Paula. O 'Clube 28' é considerado um patrimônio imaterial de Jundiaí. O edifício da sede atual do Clube é um marco importante, mas o registro como patrimônio cultural é sobretudo devido às vivências e memórias dos seus membros ao longo da sua história e não pelo prédio em si.

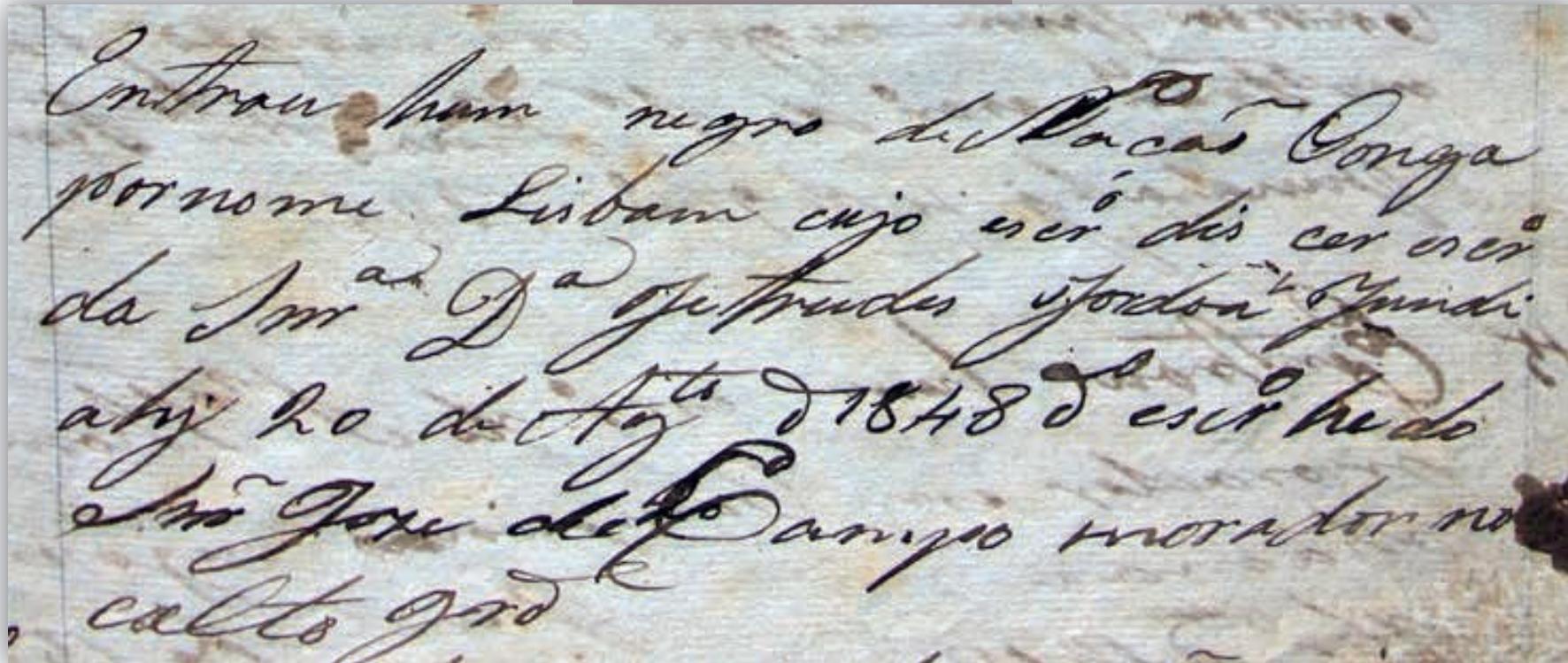


FOTO 223

Reprodução de um trecho do Registro da Cadeia (fev. 1848 a abr. 1864), parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí (AHMJ). O documento cita: "Entrou um negro de Nação Conga por nome Lisboam, cujo escravo dis cer escravo da Senhora Dona Gertrudes Jordão de Jundiaí 29 de agosto de 1848 [...]" . Uma análise preliminar do Registro da Cadeia evidencia que a maior parte das anotações se referem à captura de escravizados (na sua maioria homens). Em relação a esse trecho, especificamente, temos informação da procedência desse homem escravizado, no caso da "nação Conga", portanto ele é procedente da África. Nesse documento, em outras anotações, também são mencionados homens da "nação mina".

O termo "nação" era usado pelos portugueses para denominar as regiões dos portos de embarque dos homens e mulheres aprisionados que alimentaram o tráfico atlântico por mais de 300 anos.

Assim, os termos citados, "conga" e "mina", abarcam diferentes grupos com uma grande diversidade cultural. No Livro de Óbitos, outro documento no qual há referência à procedência dos africanos escravizados em Jundiaí, Walter Morales menciona, na sua pesquisa, que aparecem as seguintes denominações para os africanos: "os da Guiné, Congo e Benguela". Pode-se afirmar que muitas 'Áfricas' vieram para o território brasileiro e que também estavam presentes na região de Jundiaí.

Entrou hum mulato no<sup>o</sup> do S. Crus  
morador em Campinas Jundiahy 24 de  
Corrente 1848 dno meu jorral

FOTO 224

Reprodução de um trecho do Registro da Cadeia (fev. 1848 a abr. 1864), parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí (AHMJ). O documento cita: "Entrou hum mulato escravo do Senhor Crus morador em Campinas Jundiahy 24 do corrente de 1848 de nome Jose". Esse registro indica uma situação muito presente na história brasileira: a miscigenação ao mencionar o termo 'mulato'. No entanto, ao mesmo tempo, o peso da escravidão está presente ao sequer denominar o homem, apenas citando o nome do seu senhor. Fotografia do acervo do AHMJ.

19 Entrou hum Negro Boçal e q̄ não  
declara onme nem donde é onme  
do S<sup>r</sup> Jundiah 17 de Fev<sup>r</sup> 1848

23 Evadiu dois escravos desta prizão q̄ n̄o  
mbo hum p<sup>t</sup> nom Gabriel e outro boçal que n̄o contava o nome Jundiah 23 do corrente 1848

"

FOTO 225

Reprodução de um trecho do Registro da Cadeia (fev. 1848 a abr. 1864), parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí (AHMJ). Fotografia do acervo do AHMJ. O documento cita: "Entrou hum Negro Boçal e que não declara o nome e nem de onde é nem do Senhor Jundiah 17 de fevereiro de 1848" e ainda "Evadiu dois escravos desta prizão [ilegível] hum por nome Gabriel e outro boçal que não contava o nome Jundiah 23 do corrente 1848". Esse registro oferece elementos importantes acerca da escravidão na região de Jundiaí, em meados do século 19. O termo 'boçal', presente na documentação da época, indica os escravizados que não tinham domínio do idioma do colonizador e/ou não tinham conhecimento de algum ofício no contexto dos trabalhos exigidos. O oposto de 'boçal' era o termo 'ladino'.

O fato desse homem, em 1848, ser um 'boçal' é um indicativo de que ele havia sido trazido da África há pouco tempo. Desde o início da década de 1830, o tráfico de escravos estava proibido no Brasil, embora somente na década de 1850, por ação da Inglaterra, o tráfico de homens e mulheres entre África e o território brasileiro foi efetivamente encerrado. Portanto, o homem mencionado no registro, possivelmente, era um exemplo do tráfico ilegal comum nesse período e ignorado pelas autoridades do Império.

A menção no registro do termo 'boçal' não dá elementos com segurança acerca do domínio do idioma português que esse homem pudesse ter, pois foi feito por um dos responsáveis pela sua prisão, sendo uma atribuição deste. O fato de constar no documento que ele 'não declara o nome e nem de onde é nem do Senhor' pode ser interpretado como uma forma de defesa. Ao não dizer o seu próprio nome, nem do seu proprietário e nem do local de onde fugiu, ele pode ter exercido, naquele momento, a única forma de resistência que lhe era possível: o silêncio.

*Tomara que chova hoje  
Da banda que eu vim  
Pa chuva apagar meu rastro  
Pra ninguém sabe de mim*

SAMBA DE RODA DONA AURORA. Tomará que chova hoje. Vinhedo: Projeto Acervo das Tradições.  
Disponível em <https://soundcloud.com/user-732966954-822152257/faixa-19>. Acesso em 04 dez. 2021.

Como esses dois documentos (o registro da cadeia e a música) nos informam, a luta pela liberdade era constante. O documento textual descreve a fuga de dois prisioneiros, um de nome Gabriel e outro 'boçal', que fugiram da prisão em 23 de fev. de 1848. Não há mais informações disponíveis, no registro, sobre esses dois homens. Assim, possivelmente, o crime deles, ao fugirem dos seus cativeiros e depois da cadeia de Jundiaí, foi lutar pela liberdade.

Essa dimensão de luta pela liberdade também está presente na música Tomará que chova hoje, do grupo de samba de roda D. Aurora. A música traz consigo sentidos simbólicos: inicialmente ecoa as vivências de homens e mulheres africanos e seus descendentes escravizados na região de Jundiaí, em um canto no qual a resistência dessas pessoas contra a violência da escravidão se faz presente.

Entretanto, se por um lado, os versos remetem à agência desses homens e mulheres escravizados, por outro revela a vulnerabilidade dessas lutas. Isso porque, para não serem descobertos e conseguirem a liberdade, necessitam contar com a ajuda de um fenômeno fora do seu alcance: a chuva, para apagar os seus rastros.



FOTO 226

Homens negros representando escravos carregadores da liteira na qual estavam duas crianças vestidas de pajens, à moda da nobreza europeia, e que entregariam a coroa à rainha da Festa da Uva, em 1956. Acervo AHMJ.



FOTO 227

Fotografia da construção da sede atual do Clube 28 de Setembro, na Rua Petronilha Antunes, por associados e simpatizantes, em regime de mutirão. Fotografia de 1948. Acervo AHMJ.

A memória e a história são campos de constantes disputas. Que histórias e memórias vamos colocar no horizonte para compreendermos a cidade, com a sua multiplicidade e contradições? A história da cidade de Jundiaí não pode ficar restrita a uma única narrativa. Pensar a multiplicidade de sujeitos históricos e narrativas pode ser decisivo para a construção de uma sociedade mais plural.

E como nos mostra a música do grupo de samba de roda D. Aurora, as histórias e as memórias têm diferentes formas de se materializar, sendo continuamente reelaboradas. O fato de não as conhecermos, pode favorecer que essa história seja suprimida. A história e a memória podem ser formas de resistência, pois carregam consigo uma infinidade de outras vidas que estão ligadas às nossas.

*Hoje veio na memória  
Sambadô que já morreu  
Mas fiquei agradecido  
a lembrança que Deus me deu*

SAMBA DE RODA DONA AURORA. Hoje veio na memória. Vinhedo: Projeto Acervo das Tradições.  
Disponível em <https://soundcloud.com/user-732966954-822152257/faixa-7> . Acesso em 04 dez. 2021.

# **Referências Bibliográficas**

BARTH BARTHES, Roland. A câmara clara - nota sobre a fotografia. 2.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BEM, Sueli de. Conversa de Patrimônio em Jundiaí. São Paulo: EDUSP, 2014.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUENO, Roberto Franco. Villa Formosa de Nossa Senhora do Destêrro do Mato Grosso de Jundiahy, da Capitania de Sam Vicente: os dois primeiros séculos. Jundiaí, SP: Editora In House, 2010.

CAMOLEZE, J. M. C.; MACHADO, B. H. Pelas lentes dos Janczur: a fotografia como representação da vida urbana no início do século XX em Jundiaí [SP]. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 15, n. 00, p. e021015, 2021. DOI: 10.20396/labore.v15i00.8665043. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8665043>.

CAMOLEZE, Jean. M. C. Memória Coletiva e Patrimônio histórico. 1. ed. Jundiaí: Fibra, 2021. 156p.

CARVALHO, V. C.; LIMA, S. F. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: LUCA; PINSKY (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 29-60

CIPOLATO, Aldo. Jundiaí na História. Jundiaí: Editora Japi, 1994.

CUNHA, Nara Rubia Carvalho; FRANÇA, Cyntia Simioni; OLIVEIRA, Alexandre Augusto de. Museus, experiências urbanas e produção de conhecimentos histórico-educacionais. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO, v. 12, p. 236-254, 2019. <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/745/692>. Acesso em: 20 dez. 2021

DOCUMENTÁRIO IMIGRANTES. Direção: Renato Janczur Klovra. Produção: Tainan Franco. Jundiaí: Mov8 Produções, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WjLATH8LC0o> Acesso em: 20 dez. 2021

ESCAPIN, Jussania Rita Lamarca. A História Sob os Degraus: memória e revitalização do Escadão de Jundiaí - SP como espaço público de lazer e eventos. Jundiaí: Edições Brasil, 2013. 120 p. Disponível em: <https://edicoesbrasil.com.br/escadao.pdf>. Acesso em 21 dez. 2021

FERRARO, Isabella. Exposição Taipa e Palavra. Jundiaí, Jardins do Solar do Barão. 2021.

FILLIPPINI, Elizabeth. PEREIRA, Eduardo Carlos. Cem anos da imigração italiana em Jundiaí. Estúdio Rio, 1988.

GRAMOLELLI JÚNIOR, Flávio; CUNHA, Cláudio. Ciclos de ocupação. In GRAMOLELLI JÚNIOR, Flávio (org.) et al. Bacia do rio Jundiaí. Campinas: Komed, 2006. p. 14 - 37

IZAIAS, Katia Cristina da Silva. População e dinâmica econômica na formação da Cidade de Jundiaí - 1615-1890. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2012. (Orientação: Rosana Baeninger).

IZAIAS, KATIA CRISTINA DA SILVA. População e dinâmica econômica da cidade de Jundiaí, das lavouras de subsistências a cultura do café. Processos Migratórios no Estado de São Paulo - Estudos Temáticos / Rosana Baeninger; Claudio Dedecca (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013. (Por Dentro do Estado de São Paulo - Volume 10) p. 101-120. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME\\_10.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME_10.pdf). Acesso em: 21 dez. 2021

JUNDIAÍ. Índios e Africanos na Jundiaí Colonial. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 2002 (Série Memórias, vol. 3)

JUNDIAÍ. Lugares. Jundiaí. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 2003 (Série Memórias, vol. 2)

JUNDIAÍ. O Centro da Cidade - Jundiaí. 2. ed. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 2001. (Série Memórias, vol. 1)

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan-jun, 2006.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. Cotia: Ateliê Editorial, 2012. 184 p.

\_\_\_\_\_. Realidades e ficções na trama fotográfica. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. 149 p.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Acervos documentais on-line, práticas de memória e experiências educacionais. Acervo, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 74-88, jul./dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Arquivos online: ação educativa no universo virtual. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2015.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p.525-541.

MAZZUIA, Mario. Jundiaí e sua História. Jundiaí. Jundiaí: Prefeitura de Jundiaí, 1979, 109 p.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A fotografia como documento. Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. Tempo, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-151, jan./jun. 2003.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. Métis: História e Cultura, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006. Disponível em <<http://www.ufsc.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/781/545>> Acesso em 20/12/2021.

MORALES, W. F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, [S. I.], n. 11, p. 165-187, 2001. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2001.109416. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109416>. Acesso em: 4 dez. 2021.

MORALES, W. F. A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII. (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP, São Paulo, 2000

MORALES, W.F.; MOI, F.P. Índios e Africanos no interior paulista: um estudo sobre a transição do cativeiro indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiaí, SP, no século XVIII. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 18: 115-131, 2008.

MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE JUNDIAÍ. Exposição Jundiaí, Nostra África - Memória e cultura como formas de resistência. 2013

MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE JUNDIAÍ. Exposição Fontes e Bebedouros: Beleza e Utilidade. 2013.

MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE JUNDIAÍ. Exposição Operários, mãos à obra - O início da industrialização em Jundiaí (1890-1950). 2014.

MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE JUNDIAÍ. Exposição Patrimônio cultural em Jundiaí: presente e passado. 2015

MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE JUNDIAÍ. Exposição Três Rios: uma paisagem - Os rios Jundiaí, Guapeva e Córrego do Mato no patrimônio cultural da cidade. 2015

MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE JUNDIAÍ. Exposição Paisagens Vistas e Revistas: transformações e esquecimentos. 2016

MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE JUNDIAÍ. Catalogação do acervo documental do Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí (AHMJ). [Jundiaí, 2016]. Disponível em <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2016/12/29/centro-de-memorias-lanca-catalogo-de-acervo-e-publicacao-historica-online/>. Acesso em 29 dez. 2016.

NAVARRO, E. de A. Os nomes de origem indígena dos municípios paulistas: uma classificação. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), [S. I.], v. 50, n. 2, p. 733-752, 2021. DOI: 10.21165/el.v50i2.2865. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2865>. Acesso em: 2 dez. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Alexandre Augusto de. Imagens da industrialização em Jundiaí: registros e ausências nas projeções da modernidade capitalista. REVISTA CIDADE, PATRIMÔNIO e MEMÓRIA. Edição 000, 2016. p. 09-17.

POLLI, José Renato. Trilhos e trançados: percorrendo caminhos e tecendo os fios da luta operária dos trabalhadores ferroviários e têxteis em Jundiaí (1860 - 1960) REVISTA CIDADE, PATRIMÔNIO e MEMÓRIA. Edição 000, 2016. p. 64-74

PONTES, A. de T. (1970). Jundiaí. Edição Histórica. São Paulo: Escalibur

PROJETO SE MEU BAIRRO FALASSE (Vila Arens, Ponte São João, Vila Municipal e Jardim Cica). Vania Cristina Feitosa. Jundiaí: Cine a Vapor Produções, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iiCju4qRsGk>. Acesso em: 20 dez. 2021

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 578-606.

REVISTA MUSEU DE JUNDIAÍ II: EFEMÉRIDES. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1974.

REVISTA MUSEU DE JUNDIAÍ. São Paulo, Tipografia EDANEE, 1967.

RIBEIRO DE CEZARE, J. F.; ARGOLLO FERRÃO, A. M. de; MARTELLI, M. A. Trilho Bantu em Jundiah: Escravidão na Construção das Ferrovias no Século XIX. Revista Jatobá, [S. l.], v. 2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revjat/article/view/67065>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANTOS, F. F. Lugares do Catolicismo Negro na São Paulo do século XIX. Estudos Avançados, [S. l.], v. 35, n. 102, p. 279-294, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35102.017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/190314>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza 1890-1915. São Paulo: Annablume, 1998.

SCHIAVINATTO, Iara Lis; COSTA, Eduardo (Org.). Cultura Visual & História. São Paulo: Alameda, 2016.

SCHNEIDER, Marília. Jundiaí na História - Jundiaí de ontem, de hoje e de todos nós. São Paulo: Ed. Porto de Ideias. 2008.

SILVA, Gabriel Nunes da. Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Jundiaí: demolição e esquecimento. REVISTA CIDADE, PATRIMÔNIO e MEMÓRIA. Edição 001, 2016. p. 30-36

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo; CAMPOS, Cândido Malta. Permanências do urbanismo de colina como tradição luso-brasileira: os casos de Salvador e de São Paulo. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 5, p. 47-69, 2013.

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUSA, Júlio Seabra Inglez de. A Agricultura em Jundiaí (1615 - 1970). Prefeitura Municipal de Jundiaí. 1970.

TOMANIK, Geraldo Barbosa. Jundiaí: cronologia histórica. Jundiaí: Literarte, 1993.

TORRES, Natália Larissa. Estudo sobre o perfil dos presos apresentados no Registro da Cadeia de Jundiaí de 1848 a 1852. Trabalho de Conclusão de Curso (GRADUAÇÃO) - UNIFACCAMP, Campo Limpo Paulista, 2018.

### **Fontes documentais do Arquivo Histórico Municipal de Jundiaí (AHMJ)**

Óbitos de escravos (1744 a 1787).

Ata da Câmara da Vila de Jundiaí, de 26 maio de 1771, mencionando a necessidade de compra de um novo pelourinho - Atas da Câmara da Vila de Jundiaí - dez. 1766 a fev. de 1777

Registro da Cadeia (fev. 1848 a abr. 1864)

Estatísticas do Município de Jundiahy (4<sup>a</sup> Secção) Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em São Paulo (1906)

Atas das Reuniões da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1912 a 1956)

Revista Sultana - anno I, num. 08 (abr. 1929)

Revista Sultana - Revista Mensal Jundiahense - N. 27. Dez. 1935

## **Sesc Jundiaí**

*Gerente:* Celina Kunie Tamashiro

*Gerente Adjunto:* Luiz Fernando S. Silva

*Coordenadora de Programação:* Denise Miréle Kieling

*Coordenador de Comunicação:* Luciano Domingos da Silva

*Coordenação do Projeto:* Paula Cristina Bernardo

*Pesquisa e elaboração do texto:* Alexandre Augusto de Oliveira

*Participantes:* Ilda Saito Otero, Leonina Belmira de Almeida Schiavo, Maria Lúcia Esteves de Moura, Maria Lucia Fim, Maria Simom Ferreira, Rosalva Teixeira, Leonello Vicente, Pedro Colombo Giarola, Sarah Magali E. Da Silva

*Equipe Sesc Jundiaí no projeto:* Ana Cristina Pacheco Pimentel, Alexandra Gavitti, Brisa Beatriz G Sell, Carlos Alberto de Lima Sousa, Cláudia Cristina Pagotto, Ederson Souza B. Prado, Fabiola Nóbrega Freire Aires, Fabiano Rocha dos Santos, Fábio Augusto Correa, Fagner Moreira Costa, Flávio Roberto Martins da Silva, Giuliano Trevelin Martins, Jansen Franco de Carvalho, Laura Maria Souza Dalsenter, Leandro Sabatini Araujo, Luciano Gonçalves de Souza, Michael Anderson de Jesus L. Carvalho, Miller Imperato, Paulo César de Maria, Rafael Castori Andrade, Renata Tsuneyo Ito, Ricardo Nonato da Silva, Ricardo Trinquinato Ródio, Robson de Aguiar Ferreira, Rodrigo Gátera, Silvana Bianco Félix de Oliveira, Sônia Giovanini, Thais Dias Correa, Vania Cristina Feitosa, Viviane Cardoso Trindade, Wemerson Dias de Moraes.

*Direção e Produção da websérie:* Z&S Filmes

## **Sesc Jundiaí**

Av. Antônio Frederico Ozanan, 6600

TEL.: (11) 4583.4900

    / sescjundiai

**sescsp.org.br**